

PLANO DE
**GESTÃO
DE RISCOS**
2024-2027



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa



“Se você desconhece o que vai ocorrer,
mas está ciente das probabilidades, isso é risco:
Se você desconhece até as probabilidades, isso é incerteza”

Frank Knight

R585p Rio Grande do Norte (estado). Assembleia Legislativa.

Plano de Gestão de Riscos : 2024-2027. - 1. ed. - Natal :
Caule de Papiro, 2024.

224 p.: il.

1. Rio Grande do Norte. Assembleia Legislativa. 2.
Gestão de Pessoas. 3. Gestão de Riscos I. Título.

CDU: 331.461"2024/2027"(813.2)(047)

CONTROLE DE VERSÕES

Data	Descrição/ Alteração	Efetuada por	Revisada por	Validada por
02.10.2024	Versão inicial	Assessoria de Planejamento	Assessoria de Planejamento	Presidência e Diretoria-Geral

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MESA DIRETORA

PRESIDENTE

Dep. Ezequiel Ferreira

1º VICE-PRESIDENTE

Dep. Tomba Farias

2º VICE-PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO

Dep. Kleber Rodrigues

2º SECRETÁRIO

Dep. Gustavo Carvalho

3º SECRETÁRIO

Dep. Isolda Dantas

4º SECRETÁRIO

63ª LEGISLATURA

DEPUTADO CORONEL AZEVEDO – PL

DEPUTADO IVANILSON OLIVEIRA – UNIÃO BRASIL

DEPUTADO DR. BERNARDO – PSDB

DEPUTADO JOSÉ DIAS – PSDB

DEPUTADA CRISTIANE DANTAS – SD

DEPUTADO DR. KERGINALDO – PSDB

DEPUTADA DIVANEIDE BASÍLIO – PT

DEPUTADO KLEBER RODRIGUES – PSDB

DEPUTADA EUDIANE MACEDO – PV

DEPUTADO LUIZ EDUARDO – SD

DEPUTADO EZEQUIEL FERREIRA – PSDB

DEPUTADO NEILTON DIÓGENES – PP

DEPUTADO FRANCISCO DO PT – PT

DEPUTADO NELTER QUEIROZ – PSDB

DEPUTADO GALENO TORQUATO – PSDB

DEPUTADO TAVEIRA JÚNIOR – UNIÃO BRASIL

DEPUTADO GUSTAVO CARVALHO – PSDB

DEPUTADA TEREZINHA MAIA – PL

DEPUTADO HERMANO MORAIS – PV DEPUTADO

DEPUTADO TOMBA FARIAS – PSDB

DEPUTADO ISAAC DA COSTA FILGUEIRA – MDB

DEPUTADO UBALDO FERNANDES – PSDB

DEPUTADA ISOLDA DANTAS – PT

DEPUTADO VIVALDO COSTA – PV

COLABORADORES

DIRETORIA-GERAL

Augusto Carlos Garcia de Viveiros
Luciana Targino de Almeida Cardoso
Américo Maia
Ilany Maciel Moraes da Silva
Jairan João da Silva
Kecilene Pereira Cortez
Renata de Sousa Medeiros Campos Gadelha
Roselie Paiva de Albuquerque
Samara Andreia Lima da Costa Mainel

DIRETORIA DA PRESIDÊNCIA

Maria Dulcinéia Limeira Brandão
Bianca de Souza Saldanha
Gabriela Bandeira
Hérica Batista
Juliana de Assis França Marinho
Rosângela Guedes

ESCOLA DA ASSEMBLEIA

José Bezerra Marinho Júnior
Igor Moreira Aguiar dos Santos
Isis Carla Libânio de Melo
Juliana Tomaz Adão
Kássia Kamila de Moura
Luiza Marillac Rodrigues de Queiroz
Renailda Araújo Souza

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Marília Araújo Rocha
Francisco Canindé Claudino

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Pedro Barbosa Cascudo Rodrigues

Danilo Jose Silva Gesteira

Delkislina Alves Cavalcante

Diego Hugo Dantas Cavalcante

Eduarda China Salustino

Érick Gustavo de Oliveira Campos

Flávio Fernandes do Nascimento

Geiely Rodrigues da Fonseca

Giuseppe Rosado Diógenes Paiva

Inacio Araujo Freire Neto

Leopoldo André Medeiros de Azevedo

Magnus Roberto Assis de Medeiros Sobrinho

Maria Eleonora Lopes D Albuquerque Castim

Maria Selma Menezes Da Costa

Mariana Teixeira da Cunha

Paulo Jose da Silva Neto

Sidney de Macedo Alves

Suely Rodrigues Nóbrega Pimentel

Vinício Almeida de Medeiros

Wanderley Alves de Moura

DIRETORIA DE GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

Mário Sérgio de Oliveira Gurgel

Helder Neres Souza

Ilson Francisco de Moura

João Alves F. Neto

Vinicius Pereira Santana

DIRETORIA DE POLÍTICAS COMPLEMENTARES

Ricardo Luiz Medeiros da Fonsêca

Kércia Michelle

Lucianna Lourenço

DIRETORIA LEGISLATIVA

Tatiana Mendes Cunha
Alice Cachina França Barros
Amanda Alves Miranda de Miranda
Cláudia Gonçalves Matos Flores
Ely Gabriela Martins Rossiter
Gustavo de Lima Brito
Klauss Bruno Brand Nardy
Luciano Oliveira de Faria
Luighi Ferrer Rocha Bezerra
Samya Aby Faraj Linhares Bastos

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Thyago Cortez do Carmo Carvalho
Angela Miranda Lima Pinheiro
Fabiano Cesar Petrovich Bezerra
Helga Moreira Torquato de Almeida
Jordana Freire dos Santos
Luiz Gonzaga Abrantes Alves
Maria Alcilene Silva Fernandes
Raphaelle das Dores Silva Brites
Vagner Gomes Teixeira Junior

DIRETORIA DE REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

Rodrigo Rafael de Souza

CONTROLADORIA INTERNA

Johannes Dantas Farias Guerra
Leonardo dos Santos Araujo
Maria Raquel Brito de Araújo

PROCURADORIA-GERAL

Renato Morais Guerra

Antônio Carneiro de Souza Júnior

Cleo Vieira Pereira

Juliana Fagundes de Souza Pinheiro Pereira

Larissa Cristina Pinheiro Fagundes

Maria Heloisa de Oliveira Matos

OUVIDORIA

José Francisco dos Santos Neto

Ana Paula Vendramini, Assessora

Igor de Sá Casado da Silva

PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

Deputada Cristiane Dantas

Patrícia Gurgel b. de Melo Lopes

Samya Aby Faral Linhares Bastos

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Agnaldo Pires Filho

Marcos Alexandre de Araújo Tavares

COORDENAÇÃO

Luciana Targino de Almeida Cardoso

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Américo Maia

Ilany Maciel Morais da Silva

Jairan João da Silva

Renata de Sousa Medeiros Campos Gadelha

Roselie Paiva de Albuquerque

DESIGN GRÁFICO DA CAPA

Gustavo Pinheiro Torquato

PALAVRA DO PRESIDENTE

O Plano de Gestão de Riscos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALRN) reflete o compromisso da instituição com a transparência, eficiência e segurança nas suas operações. Esse plano é essencial para garantir a integridade das atividades legislativas, prevenindo e mitigando potenciais ameaças que possam comprometer o andamento dos trabalhos e a credibilidade da Casa Legislativa.

A gestão de riscos não é apenas uma questão administrativa, mas uma responsabilidade institucional que assegura o bom uso dos recursos públicos e a confiabilidade dos processos. Ao implantar um plano de gestão de riscos, esta Casa Legislativa visa promover uma cultura organizacional preventiva, onde todos os setores da Assembleia estejam atentos a identificar, avaliar e responder a riscos de maneira ágil e eficaz, de forma a garantir que o plano de gestão de riscos esteja em consonância com as melhores práticas de governança pública.

A implementação desse plano envolve uma análise contínua dos processos legislativos e administrativos, a fim de detectar possíveis vulnerabilidades, desde fraudes e falhas de conformidade até riscos operacionais e tecnológicos.

Dessa forma, o Plano de Gestão de Riscos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte é uma ferramenta estratégica que visa fortalecer a eficiência, a segurança e a integridade da instituição, resguardando seu papel essencial no desenvolvimento do Estado e na proteção dos interesses da população potiguar.

Além disso, o plano contempla uma abordagem integrada de gestão, envolvendo a participação ativa de servidores, gestores e setores estratégicos da Assembleia. Esta colaboração interna é fundamental para garantir que o gerenciamento de riscos seja amplamente compreendido e aplicado em todas as áreas da instituição, favorecendo a tomada de decisões mais seguras e bem fundamentadas.

Por fim, o monitoramento constante e a revisão periódica das estratégias adotadas são ações cruciais para o sucesso do Plano de Gestão de Riscos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
1. LINHAS DE DEFESA	14
As Três Linhas de Defesa da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte - ALRN.....	14
Benefícios da Estrutura de Três Linhas de Defesa	15
Considerações Importantes	15
2. PROCESSO DE ELABORAÇÃO	16
3. IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	16
4. MONITORAMENTO	40
5. COMUNICAÇÃO	41
6. EVENTOS DE RISCOS.....	41
7. CATEGORIA DE RISCO.....	44
8. RESPOSTA AO RISCO.....	45
9. PLANO DE AÇÃO	207

APRESENTAÇÃO

A gestão de riscos é o processo de identificar, avaliar, tratar e monitorar eventos ou situações que possam impactar, de forma negativa ou positiva, o alcance dos objetivos organizacionais. Após a elaboração do Plano de Gestão de Riscos para o biênio 2022/2023, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN) estabelece o Plano de Gestão de Riscos para o período 2024-2027, seguindo as diretrizes da Política de Gestão Corporativa de Riscos, instituída pela Resolução nº 56, de 08 de novembro de 2022.

Este documento está alinhado ao Plano Estratégico 2024-2027, denominado Horizonte²⁷, no qual foram definidos 11 macrodesafios, tratados como objetivos, aos quais estão vinculados os principais processos e subprocessos/atividades descritos na Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos.

Assim, a Cadeia de Valor e a Arquitetura de Processos servem como guia para a elaboração deste Plano de Gestão de Riscos, sendo os subprocessos/atividades a base utilizada pelos técnicos desta Casa Legislativa para identificar os eventos de risco.

A Metodologia Corporativa de Gestão de Riscos adotada pela ALRN segue o padrão Enterprise Risk Management do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO-ERM), adaptado à realidade desta Casa Legislativa. Esta adaptação leva em consideração a necessidade de evolução gradativa na maturidade sobre o tema, bem como a aplicação nas diversas unidades da Casa.

Além disto, o Plano de Gestão de Riscos 2024-2027 se alinha com os princípios da governança corporativa, buscando promover uma cultura de gestão de riscos integrada e participativa. Isto inclui o comprometimento das lideranças e servidores, a fim de garantir que os riscos sejam tratados de maneira proativa e eficaz. A estrutura de governança foi desenhada para assegurar que todos os envolvidos compreendam seu papel no processo de gerenciamento de riscos e contribuam para o sucesso das metas organizacionais.

Outro ponto importante é que o Plano enfatiza a necessidade de constante monitoramento e revisão dos riscos identificados, uma vez que o ambiente organizacional e externo está em constante mudança. A flexibilidade do Plano permite ajustes que acompanhem estas mudanças, de modo a mitigar possíveis ameaças e maximizar oportunidades que surgirem no caminho. Com isto, busca-se garantir a resiliência institucional frente a cenários adversos e a obtenção de resultados sustentáveis.

Por fim, o Plano reforça a importância da comunicação clara e eficiente entre os setores e unidades da ALRN. A troca de informações sobre riscos, controles e ações mitigadoras é fundamental para a prevenção de falhas e a correção de desvios, garantindo a continuidade dos processos essenciais à boa governança pública. Desta forma, a ALRN reafirma seu compromisso com a transparência e a eficiência na gestão pública.

1. LINHAS DE DEFESA

O conceito de **linhas de defesa** é fundamental para a estruturação de um plano de gestão de riscos eficaz. Ele divide as responsabilidades pela gestão de riscos em três níveis distintos, cada um com funções e objetivos específicos. Essa divisão permite uma abordagem mais completa e robusta para a identificação, avaliação e tratamento dos riscos.

AS TRÊS LINHAS DE DEFESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - ALRN

PRIMEIRA LINHA DE DEFESA:

- Responsabilidades: A primeira linha é composta pelas áreas operacionais da organização, que estão diretamente envolvidas na execução das atividades e na geração de valor (atividades administrativas, como os responsáveis por recursos humanos, finanças, logística e manutenção).
- Funções:
 - Identificar e avaliar os riscos inerentes às suas atividades.
 - Implementar controles para mitigar esses riscos.
 - Monitorar os riscos e os controles de forma contínua.
- Exemplo: O setor de recursos humanos – Diretoria de Gestão de Pessoas – é responsável por identificar os riscos relacionados à gestão de pessoal, como identificação de lacunas de competências, coordenação e controle de frequências e afastamentos eventuais, mapeamento de risco à saúde e rotatividade. Para mitigar esses riscos, podem definir as competências por cargo efetivo, considerando suas atividades laborais, aprimorar o sistema de frequência para controle de afastamentos ou realizar estudos técnicos dos riscos dos ambientes de trabalho.

SEGUNDA LINHA DE DEFESA:

- Responsabilidades: A segunda linha é composta por setores de suporte técnico à administração.
- Funções:
 - Desenvolver políticas e procedimentos para a gestão de riscos.
 - Através de indicadores de desempenho, relatórios e análises, acompanha de perto a evolução dos riscos e a eficácia das medidas de controle.
 - Fornecer suporte e orientação às áreas operacionais.

- Identificar e avaliar riscos emergentes.
- Exemplo: o setor de planejamento identifica e classifica os riscos mais relevantes para a organização.

TERCEIRA LINHA DE DEFESA:

- Responsabilidades: A terceira linha é composta pela auditoria interna.
- Funções:
 - Avaliar a adequação e a eficácia dos controles internos.
 - Assegurar a independência e a objetividade na avaliação dos riscos.
 - Fornecer uma avaliação independente à alta gestão sobre a gestão de riscos da organização.
- Exemplo: A auditoria interna é a terceira linha de defesa, responsável por avaliar a eficácia dos controles internos e a aderência aos processos de gestão de riscos.
-

BENEFÍCIOS DA ESTRUTURA DE TRÊS LINHAS DE DEFESA

- Separação de responsabilidades: Evita conflitos de interesse e aumenta a clareza sobre as funções de cada área.
- Melhoria da eficácia dos controles: Permite uma abordagem mais completa e abrangente para a gestão de riscos.
- Aumento da confiança: Demonstra aos stakeholders que a organização possui um sistema de gestão de riscos robusto e eficaz.
- Conformidade com regulamentações: Facilita o cumprimento das exigências legais e regulatórias.

CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

- Colaboração: As três linhas de defesa devem trabalhar de forma colaborativa para alcançar os objetivos da ALRN.
- Flexibilidade: A estrutura das linhas de defesa pode variar de acordo com o tamanho e a complexidade da organização.
- Adaptação: A estrutura deve ser adaptada às mudanças no cenário de riscos e às necessidades da ALRN.

2. PROCESSO DE ELABORAÇÃO

A gestão de riscos (identificação e avaliação de riscos e definição de respostas, dentre elas, controles) interage com o Planejamento Estratégico, à medida que a organização, ao identificar e tratar os riscos e implementar controles internos focados nesses riscos, aumentará a probabilidade de alcance dos objetivos definidos. Desse modo, o Plano de Gestão de Riscos, além de colocar em prática a Política Corporativa de Gestão de Riscos da ALRN, instituída por meio da Resolução nº 56/2022, está diretamente vinculado ao Plano Estratégico Horizonte 2024-2027 por meio dos macrodesafios ou objetivos estratégicos estabelecidos, bem como à Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos.

As etapas para definição do ambiente interno e a fixação dos objetivos foram realizadas na elaboração do Plano Estratégico com o envolvimento de todas as unidades da ALRN, na etapa de análise do ambiente com a utilização de ferramentas de planejamento tais como Brainsorming, Matriz SWOT e Matriz SWOT Cruzada etc. Após a definição do direcionamento institucional com o estabelecimento da missão, visão e valores da ALRN, o Mapa Estratégico foi definido acrescido das perspectivas e seus macrodesafios.

Nesse período, também foi atualizada a Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos da ALRN onde foram definidos os macroprocessos, principais processos e subprocessos/atividades. A Cadeia de Valor viabiliza a gestão de processos, instrumento de ordem para cumprir com requisitos de governança para melhoria contínua dos fluxos de trabalho e dos produtos e serviços entregues.

3. IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

Os Objetivos Estratégicos do Plano de Gestão de Riscos ou Macrodesafios do Plano Estratégico 2024-2027 estão vinculados aos macroprocessos, principais processos e subprocessos/atividades da Cadeia de Valor como ilustra a Tabela abaixo:

01. Aprimorar a atividade fiscalizadora do Legislativo Estadual

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Fiscalização de Políticas Públicas	Comunidade, poder público e órgãos de controle	Fiscalização dos atos do Poder Executivo	Acompanhamento de planos e programas governamentais

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Fiscalização de Políticas Públicas	Comunidade, poder público e órgãos de controle	Fiscalização dos atos do Poder Executivo	Acompanhamento da elaboração e execução da proposta orçamentária do Poder Executivo
Fiscalização de Políticas Públicas	Comunidade, poder público e órgãos de controle	Fiscalização dos atos do Poder Executivo	Análise de proposta de fiscalização e controle
Fiscalização de Políticas Públicas	Comunidade, poder público e órgãos de controle	Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Poder Público	Avaliação do cumprimento de leis orçamentárias
Fiscalização de Políticas Públicas	Comunidade, poder público e órgãos de controle	Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Poder Público	Relatórios finais de fiscalização e controle
Fiscalização de Políticas Públicas	Comunidade, poder público e órgãos de controle	Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Poder Público	Supervisão do sistema de controle interno
Fiscalização de Políticas Públicas	Comunidade, poder público e órgãos de controle	Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Poder Público	Promoção da transparência e controle de gastos
Fiscalização de Políticas Públicas	Comunidade, poder público e órgãos de controle	Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Poder Público	Prestação de contas

02.Fortalecer a atuação parlamentar a partir de uma produção legislativa de qualidade

Macroprocesso	Principais clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Produção Legislativa	ALRN	Avaliação documental de proposições	Análise de Projeto de Lei
Produção Legislativa	ALRN	Avaliação documental de proposições	Análise de projetos de decretos legislativos
Produção Legislativa	ALRN	Avaliação documental de proposições	Análise de projetos de resolução

Macroprocesso	Principais clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Produção Legislativa	ALRN	Avaliação documental de proposições	Análise de proposta de emenda à constituição
Produção Legislativa	Sociedade	Gestão do processo legislativo	Impulsionamento das proposições
Produção Legislativa	Sociedade	Gestão do processo legislativo	Processamento e publicação de proposições
Produção Legislativa	Sociedade	Gestão do processo legislativo	Proposição, discussão e deliberação de matérias legislativas
Produção Legislativa	Sociedade	Gestão do processo legislativo	Proposta de emendas à Constituição
Produção Legislativa	Sociedade	Gestão do processo legislativo	Promulgação de matérias legislativas específicas
Produção Legislativa	ALRN	Suporte ao processo legislativo	Acompanhamento de diligências
Produção Legislativa	ALRN	Suporte ao processo legislativo	Apoio à execução das atividades parlamentares
Produção Legislativa	ALRN	Suporte ao processo legislativo	Consultoria Legislativa
Produção Legislativa	ALRN	Suporte ao processo legislativo	Instalação de legislaturas

Macroprocesso	Principais clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Produção Legislativa	ALRN	Suporte ao processo legislativo	Eleições da Mesa
Produção Legislativa	ALRN	Suporte ao processo legislativo	Constituição de comissões
Produção Legislativa	ALRN	Suporte ao processo legislativo	Reuniões de Liderança
Produção Legislativa	ALRN	Suporte ao processo legislativo	Supervisão das agendas, atas e pautas das reuniões

03.Potencializar a transparência das ações da Assembleia Legislativa

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Gestão Documental e da Informação	Sociedade	Transparência e publicidade das atividades parlamentares	Acompanhamento de publicação de atas e de súmulas das matérias aprovadas
Gestão Documental e da Informação	Sociedade	Transparência e publicidade das atividades parlamentares	Acompanhamento de publicações sobre as Comissões em periódicos da ALRN
Gestão Documental e da Informação	Sociedade	Transparência e publicidade das atividades parlamentares	Prestação de informações ao público em geral
Gestão Documental e da Informação	Sociedade	Transparência e publicidade das atividades parlamentares	Prestação de informações sobre atividades desenvolvidas no Plenário
Monitoramento e Avaliação	ALRN	Fiscalização dos atos da ALRN	Orçamentário, financeiro, contábil e patrimonial

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Monitoramento e Avaliação	ALRN	Fiscalização dos atos da ALRN	Realização de auditorias
Monitoramento e Avaliação	ALRN	Fiscalização dos atos da ALRN	Promoção da transparência e controle de gastos
Monitoramento e Avaliação	ALRN	Fiscalização dos atos da ALRN	Acompanhamento de atos de gestão

04.Promover os direitos da cidadania, impulsionando a participação da sociedade.

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Representação Popular	Sociedade	Combate à violência contra mulher	Atendimento aos serviços jurídicos de apoio
Representação Popular	Sociedade	Combate à violência contra mulher	Atendimento psicossocial às mulheres vítimas de violência
Representação Popular	Sociedade	Combate à violência contra mulher	Capacitação sobre os direitos das mulheres e questões de gêneros
Representação Popular	Sociedade	Combate à violência contra mulher	Discussão e fiscalização sobre políticas públicas voltadas para mulheres
Representação Popular	Sociedade	Combate à violência contra mulher	Criação do observatório de gênero
Representação Popular	Comunidade	Defesa do consumidor	Apuração de consultas e denúncias
Representação Popular	Comunidade	Defesa do consumidor	Desenvolvimento de campanhas e programas educativos junto a consumidores e fornecedores

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Representação Popular	Comunidade	Defesa do consumidor	Fiscalização das relações de consumo
Representação Popular	Comunidade	Defesa do consumidor	Mediação de conflitos entre participantes de relações de consumo
Representação Popular	Comunidade	Defesa do consumidor	Orientação sobre direitos e garantias
Representação Popular	Comunidade	Defesa do consumidor	Registro de reclamações e denúncias
Representação Popular	Comunidade	Defesa dos direitos dos cidadãos vulneráveis sociais	Assessoramento jurídico acerca do Direito de Família, Direito Sucessório e questões relacionados a Registro Público.
Representação Popular	Comunidade	Defesa dos direitos dos cidadãos vulneráveis sociais	Defesa da Mulher
Representação Popular	Comunidade	Defesa dos direitos dos cidadãos vulneráveis sociais	Promoção de orientação jurídica
Representação Popular	ALRN, comunidade e câmaras municipais	Estímulo à saúde e bem-estar	Atendimento médico ambulatorial
Representação Popular	ALRN, comunidade e câmaras municipais	Estímulo à saúde e bem-estar	Diagnóstico, orientação e terapias de habilitação e reabilitação fonoaudiológica
Representação Popular	ALRN, comunidade e câmaras municipais	Estímulo à saúde e bem-estar	Elaboração de cartilhas educativas nas áreas de saúde e bem-estar
Representação Popular	ALRN, comunidade e câmaras municipais	Estímulo à saúde e bem-estar	Orientações nutricionais
Representação Popular	ALRN, comunidade e câmaras municipais	Estímulo à saúde e bem-estar	Prevenção e assistência à saúde

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Representação Popular	ALRN, comunidade e câmaras municipais	Estímulo à saúde e bem-estar	Promoção de atividades culturais e musicais
Representação Popular	ALRN, comunidade e câmaras municipais	Estímulo à saúde e bem-estar	Promoção de atividades itinerantes e de cunho social
Representação Popular	ALRN, comunidade e câmaras municipais	Estímulo à saúde e bem-estar	Promoção de programas e campanhas preventivas de doença bucal
Representação Popular	ALRN, comunidade e câmaras municipais	Estímulo à saúde e bem-estar	Realização de palestras educativas sobre saúde preventiva, orientação postural ergonomia e outros temas
Representação Popular	ALRN, comunidade e câmaras municipais	Estímulo à saúde e bem-estar	Trabalhos sobre medicina preventiva e alternativa
Representação Popular	ALRN, comunidade e câmaras municipais	Estímulo à saúde e bem-estar	Tratamento odontológico radical, restaurador e preventivo
Representação Popular	Sociedade	Incentivo à participação da mulher na política	Capacitação dos municípios acerca dos direitos políticos das mulheres
Representação Popular	Sociedade	Incentivo à participação da mulher na política	Interiorização da Procuradoria da Mulher nos municípios
Representação Popular	Sociedade	Representação institucional	Audiências públicas
Representação Popular	ALRN, comunidade e câmaras municipais	Cidadania e educação política	Elaboração de cartilhas educativas nas áreas de cidadania e educação política
Representação Popular	ALRN, comunidade e câmaras municipais	Cidadania e educação política	Exposições e mostras culturais sobre a história política da ALRN
Representação Popular	ALRN, comunidade e câmaras municipais	Cidadania e educação política	Promoção de conferências, seminários, ciclos de debates nas áreas de economia, política, educação,

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
			saúde, meio-ambiente e outros temas
Representação Popular	ALRN, comunidade e câmaras municipais	Cidadania e educação política	Realização de palestras e oficinas em escolas públicas
Representação Popular	ALRN, comunidade e câmaras municipais	Cidadania e educação política	Realização de parcerias com outras instituições para promoção de ações de cidadania
Representação Popular	ALRN	Representação judicial da ALRN	Assessoramento jurídico
Representação Popular	ALRN	Representação judicial da ALRN	Consultoria Jurídica

05.Fortalecer a comunicação com a sociedade.

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Gestão das Partes Interessadas	Sociedade	Relacionamento com a Sociedade	Interlocação com a sociedade civil
Gestão das Partes Interessadas	Sociedade	Relacionamento com a Sociedade	Monitoramento da imagem do Legislativo
Gestão das Partes Interessadas	Sociedade	Relacionamento com a Sociedade	Pesquisas de opinião pública
Gestão das Partes Interessadas	Sociedade	Relacionamento com a Sociedade	Planejamento e realização de ações interinstitucionais
Gestão das Partes Interessadas	Sociedade	Relacionamento com a Sociedade	Planejamento e realização de eventos internos e externos

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Gestão das Partes Interessadas	Sociedade	Relacionamento com a Sociedade	Projetos de aproximação entre ALRN e Sociedade

06. Aprimorar a governança e o alinhamento estratégico entre as áreas da Assembleia Legislativa

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Planejamento Institucional	ALRN e sociedade	Direcionamento organizacional	Assessoramento político-institucional
Planejamento Institucional	ALRN e sociedade	Direcionamento organizacional	Fornecimento de diretrizes da atuação institucional
Planejamento Institucional	ALRN, comunidade, câmaras municipais e órgãos de controle	Planejamento estratégico	Elaboração do Plano de Aquisições e Contratações
Planejamento Institucional	ALRN	Planejamento estratégico	Elaboração do Plano Estratégico
Planejamento Institucional	ALRN, comunidade, câmaras municipais e órgãos de controle	Planejamento estratégico	Elaboração do Plano Estratégico de Pessoas
Planejamento Institucional	ALRN, comunidade, câmaras municipais e órgãos de controle	Planejamento estratégico	Elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
Planejamento Institucional	ALRN	Planejamento tático-operacional	Elaboração de planos setoriais
Planejamento Institucional	ALRN	Suporte metodológico em projetos e processos	Manutenção da Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Planejamento Institucional	ALRN	Suporte metodológico em projetos e processos	Manutenção de metodologias de gestão de projetos e de processos
Monitoramento e Avaliação	ALRN, comunidade e órgãos de controle	Documentação dos resultados de gestão	Relatórios gerenciais e de desempenho institucional
Monitoramento e Avaliação	ALRN	Gestão de agendas dos gestores	Gestão da agenda da Diretoria-Geral
Monitoramento e Avaliação	ALRN	Gestão de agendas dos gestores	Gestão da agenda da Presidência
Monitoramento e Avaliação	ALRN	Reuniões de análise da estratégia	Análise e realinhamento da estratégia
Monitoramento e Avaliação	ALRN	Reuniões de análise da estratégia	Divulgação do Cronograma de Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs)
Monitoramento e Avaliação	ALRN	Reuniões de análise da estratégia	Medição de desempenho
Monitoramento e Avaliação	ALRN	Reuniões de análise da estratégia	Preparação e realização de RAEs
Monitoramento e Avaliação	ALRN	Reuniões de análise da estratégia	Reuniões internas de gestão (setoriais)
Monitoramento e Avaliação	ALRN, comunidade, câmaras municipais e órgãos de controle	Supervisão organizacional	Acompanhamento e avaliação das ações institucionais

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Gestão de Riscos	ALRN e órgãos de controle	Gestão da política e processo de gestão de riscos	Avaliações dos controles de riscos
Gestão de Riscos	ALRN e órgãos de controle	Gestão da política e processo de gestão de riscos	Elaboração do Plano de Gestão de Riscos
Gestão de Riscos	ALRN e órgãos de controle	Gestão da política e processo de gestão de riscos	Política de Gestão Corporativa de Riscos
Gestão de Riscos	ALRN e órgãos de controle	Gestão da política e processo de gestão de riscos	Monitoramento e análise crítica

07.Elevar o nível de maturidade em governança em tecnologia da informação

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Gestão de Tecnologia da Informação	ALRN	Gestão de projetos de soluções corporativas	Desenvolvimento/ Manutenção de soluções de TI corporativas
Gestão de Tecnologia da Informação	ALRN	Gestão de projetos de soluções corporativas	Coordenação da contratação de sistemas
Gestão de Tecnologia da Informação	ALRN	Gestão de projetos de soluções corporativas	Definição e disseminação de normas e padrões de TI
Gestão de Tecnologia da Informação	ALRN	Gestão de projetos de soluções corporativas	Gerenciamento de bancos de dados

08.Desenvolver políticas de ESG com foco no desenvolvimento sustentável

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Plano de Logística Sustentável	Elaboração do Plano de Logística Sustentável
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Plano de Logística Sustentável	Monitoramento do Plano de Logística de Sustentabilidade
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Plano de Logística Sustentável	Revisão do Plano de Logística Sustentável

09.Buscar a excelência nas práticas de gestão

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	ALRN e órgãos de controle	Contabilidade e Finanças	Análise de resultados da receita e despesa
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	ALRN e órgãos de controle	Contabilidade e Finanças	Controle e acompanhamento de resultados da gestão orçamentária e financeira
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	ALRN e órgãos de controle	Contabilidade e Finanças	Elaboração de relatórios técnicos para órgãos de controle
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	ALRN e órgãos de controle	Contabilidade e Finanças	Emissão de demonstrativos contábeis
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	ALRN	Planejamento e execução orçamentária e financeira	Apoio na elaboração do Plano Plurianual
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	ALRN	Planejamento e execução orçamentária e financeira	Assessoramento orçamentário e financeiro

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	ALRN	Planejamento e execução orçamentária e financeira	Elaboração da proposta orçamentária
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	ALRN	Planejamento e execução orçamentária e financeira	Aprovação da proposta orçamentária e encaminhamento ao Poder Executivo
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	ALRN	Planejamento e execução orçamentária e financeira	Aprovação do orçamento analítico da ALRN
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	ALRN	Planejamento e execução orçamentária e financeira	Levantamento de demandas orçamentárias para o quadriênio
Gestão do Conhecimento Organizacional	ALRN	Compartilhamento de conhecimentos	Gerenciamento do banco interno de talentos
Gestão do Conhecimento Organizacional	ALRN	Compartilhamento de conhecimentos	Identificação de perfis de conhecimento
Gestão do Conhecimento Organizacional	ALRN	Compartilhamento de conhecimentos	Manutenção de política de disseminação do conhecimento
Gestão do Conhecimento Organizacional	ALRN, comunidade e câmaras municipais	Desenvolvimento da formação educacional continuada	Acompanhamento do plano de capacitação de servidores
Gestão do Conhecimento Organizacional	ALRN, comunidade e câmaras municipais	Desenvolvimento da formação educacional continuada	Capacitação pessoal, profissional e técnica de servidores
Gestão do Conhecimento Organizacional	ALRN, comunidade e câmaras municipais	Desenvolvimento da formação educacional continuada	Preparação de parlamentares para o exercício da legislatura
Gestão do Conhecimento Organizacional	ALRN, comunidade e câmaras municipais	Desenvolvimento da formação educacional continuada	Planejamento de ações educacionais
Gestão do Conhecimento Organizacional	ALRN, comunidade e câmaras municipais	Desenvolvimento da formação educacional continuada	Recrutamento e seleção de docentes
Gestão do Conhecimento Organizacional	ALRN e comunidade	Incentivo ao aperfeiçoamento cultural, educacional e científico da sociedade	Apoio aos trabalhos de pesquisa legislativa
Gestão do Conhecimento Organizacional	ALRN e comunidade	Incentivo ao aperfeiçoamento cultural, educacional e científico da sociedade	Capacitação de lideranças sociais

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Gestão do Conhecimento Organizacional	ALRN e comunidade	Incentivo ao aperfeiçoamento cultural, educacional e científico da sociedade	Condução do programa Parlamento Jovem
Gestão do Conhecimento Organizacional	ALRN e comunidade	Incentivo ao aperfeiçoamento cultural, educacional e científico da sociedade	Estudos e pesquisas sobre temas de interesse do Poder Legislativo ou projetos de lei em tramitação
Gestão do Conhecimento Organizacional	ALRN e comunidade	Incentivo ao aperfeiçoamento cultural, educacional e científico da sociedade	Produção científica
Gestão do Conhecimento Organizacional	ALRN e comunidade	Incentivo ao aperfeiçoamento cultural, educacional e científico da sociedade	Promoção de eventos sobre gestão pública legislativa e temas atuais da realidade político-brasileira
Gestão Documental e da Informação	ALRN, comunidade e órgãos de controle	Atualização de normativos	Manutenção da atualização do Regimento Interno e Constituição Estadual
Gestão Documental e da Informação	ALRN, comunidade e órgãos de controle	Atualização de normativos	Revisão do regulamento, Regimento Interno e Constituição Estadual
Gestão Documental e da Informação	ALRN	Gerenciamento de Matérias Administrativas	Coordenação dos trabalhos de elaboração do relatório anual da Assembleia Legislativa
Gestão Documental e da Informação	ALRN	Gerenciamento de Matérias Administrativas	Elaboração de Atos da Mesa e do Gabinete da Presidência relativos à administração
Gestão Documental e da Informação	ALRN	Gerenciamento de Matérias Administrativas	Recebimento e análise dos processos administrativos e autorização da sua tramitação
Gestão Documental e da Informação	Sociedade	Gerenciamento da massa documental	Gerenciamento do fluxo de entrada e saída de documentos

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Gestão Documental e da Informação	Sociedade	Gerenciamento da massa documental	Guarda, avaliação e destinação final de documentos, conforme a Tabela de Temporalidade Documental
Gestão Documental e da Informação	Sociedade	Gerenciamento da massa documental	Manutenção dos instrumentos de gestão documental da ALRN
Gestão Documental e da Informação	Sociedade	Gerenciamento da massa documental	Registro, classificação e distribuição da massa documental de interesse da área (administrativa ou legislativa)
Gestão Documental e da Informação	ALRN	Gerenciamento de informações de servidores (ativos e inativos)	Armazenamento de informações de pessoal
Gestão Documental e da Informação	ALRN	Gerenciamento de informações de servidores (ativos e inativos)	Manutenção e controle de informações de pessoal
Gestão Documental e da Informação	Sociedade	Gerenciamento do acervo histórico	Gerenciamento do ambiente museal
Gestão Documental e da Informação	Sociedade	Gerenciamento do acervo histórico	Gerenciamento do Programa Memorial do Legislativo Potiguar
Gestão Documental e da Informação	Sociedade	Gerenciamento do acervo histórico	Pesquisas para o resgate de documentos, registros e objetos de valor histórico
Gestão Documental e da Informação	Sociedade	Gerenciamento do acervo histórico	Preservação, resgate e divulgação da memória (acervo histórico)
Gestão das Partes Interessadas	Sociedade	Comunicação institucional	Comunicação da estratégia
Gestão das Partes Interessadas	Sociedade	Comunicação institucional	Divulgação das ações institucionais no âmbito jornalístico
Gestão das Partes Interessadas	Sociedade	Comunicação institucional	Gestão da política de comunicação social institucional

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Gestão das Partes Interessadas	Sociedade	Comunicação institucional	Montagem do Diário Oficial Eletrônico
Gestão das Partes Interessadas	Sociedade	Comunicação institucional	Interlocução com os demais entes federativos e Poderes do Estado
Gestão das Partes Interessadas	Sociedade	Comunicação institucional	Planos de comunicação interna e externa
Gestão de Riscos	ALRN	Segurança institucional	Ações de inteligência institucional
Gestão de Riscos	ALRN	Segurança institucional	Brigada de incêndio
Gestão de Riscos	ALRN	Segurança institucional	Investigação e sindicâncias de polícia institucional
Gestão de Riscos	ALRN	Segurança institucional	Policiamento Legislativo
Gestão de Riscos	ALRN	Segurança institucional	Segurança pessoal de autoridades
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Cadastro de pessoal	Averbação de tempo de serviço
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Cadastro de pessoal	Emissão de certidões, atestados e declarações da vida funcional
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Cadastro de pessoal	Manutenção de registros funcionais, cadastrais e financeiros de deputados e servidores
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Cadastro de pessoal	Organização da legislação de pessoal
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Cargos e salários	Controle do quantitativo de cargos (de carreira e em comissão) e funções de confiança
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Cargos e salários	Desenvolvimento e progressão funcional de servidores
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Cargos e salários	Estabelecer procedimentos de enquadramento no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Desenvolvimento de pessoal	Avaliação de desempenho funcional
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Desenvolvimento de pessoal	Avaliação do desempenho por competências
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Desenvolvimento de pessoal	Desenvolvimento de competências (técnicas e comportamentais)
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Desenvolvimento de pessoal	Identificação de lacunas de competências
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Desenvolvimento de pessoal	Manutenção da política de gestão de pessoas
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Desenvolvimento de pessoal	Proposição de programas e ações de formação e aperfeiçoamento (com base em lacunas de competências)
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Desenvolvimento de pessoal	Supervisão das ações de treinamento e desenvolvimento
Gestão da Força de Trabalho	ALRN e órgãos de controle	Escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas	Desenvolvimento e manutenção de integração com os sistemas do e-Social
Gestão da Força de Trabalho	ALRN e órgãos de controle	Escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas	Recepção, consolidação e envio de informações ao Sistema e-Social
Gestão da Força de Trabalho	ALRN, Câmaras Municipais e demais Órgãos Públicos	Gerenciamento da Previdência Complementar	Acompanhamento de Investimentos da EFPC
Gestão da Força de Trabalho	ALRN, Câmaras Municipais e demais Órgãos Públicos	Gerenciamento da Previdência Complementar	Acompanhamento e Envio de Documentos Relacionados
Gestão da Força de Trabalho	ALRN, Câmaras Municipais e demais Órgãos Públicos	Gerenciamento da Previdência Complementar	Assessoria em Assuntos Relacionados ao Regime de Previdência Complementar
Gestão da Força de Trabalho	ALRN, Câmaras Municipais e demais Órgãos Públicos	Gerenciamento da Previdência Complementar	Assistência e Assessoria aos Participantes/Assistidos

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Gestão da Força de Trabalho	ALRN, Câmaras Municipais e demais Órgãos Públicos	Gerenciamento da Previdência Complementar	Fiscalização do Cumprimento das Normas e Regras
Gestão da Força de Trabalho	ALRN, Câmaras Municipais e demais Órgãos Públicos	Gerenciamento da Previdência Complementar	Recebimento de Requerimentos de Adesão ao Regime de Previdência Complementar
Gestão da Força de Trabalho	ALRN e órgãos de controle	Gerenciamento dos benefícios previdenciários	Concessão de aposentadoria
Gestão da Força de Trabalho	ALRN e órgãos de controle	Gerenciamento dos benefícios previdenciários	Concessão de licenças maternidade, adoção e guarda judicial
Gestão da Força de Trabalho	ALRN e órgãos de controle	Gerenciamento dos benefícios previdenciários	Elaboração de relatórios de benefícios previdenciários
Gestão da Força de Trabalho	ALRN e órgãos de controle	Gerenciamento dos benefícios previdenciários	Emissão de certidões de tempo de contribuição previdenciária
Gestão da Força de Trabalho	ALRN e órgãos de controle	Gerenciamento dos benefícios previdenciários	Encaminhamento de auxílio de assistência à saúde
Gestão da Força de Trabalho	ALRN e órgãos de controle	Gerenciamento dos benefícios previdenciários	Concessão de auxílio de assistência à saúde
Gestão da Força de Trabalho	ALRN e órgãos de controle	Gerenciamento dos benefícios previdenciários	Promoção dos benefícios previdenciários
Gestão da Força de Trabalho	ALRN, comunidade e órgãos de controle	Gestão de pagamentos a deputados e servidores	Acompanhamento e avaliação das despesas com pessoal
Gestão da Força de Trabalho	ALRN, comunidade e órgãos de controle	Gestão de pagamentos a deputados e servidores	Cálculos e conferência da folha de pagamento
Gestão da Força de Trabalho	ALRN, comunidade e órgãos de controle	Gestão de pagamentos a deputados e servidores	Estudo e controle da evolução dos custos com folha de pagamento
Gestão da Força de Trabalho	ALRN, comunidade e órgãos de controle	Gestão de pagamentos a deputados e servidores	Informes de rendimentos
Gestão da Força de Trabalho	ALRN, comunidade e órgãos de controle	Gestão de pagamentos a deputados e servidores	Pagamento de férias
Gestão da Força de Trabalho	ALRN, comunidade e órgãos de controle	Gestão de pagamentos a deputados e servidores	Pagamento de vantagem de assistência à saúde

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Gestão da Força de Trabalho	ALRN, comunidade e órgãos de controle	Gestão de pagamentos a deputados e servidores	Processamento da folha de pagamento
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Movimentação e controle funcional	Coordenação e controle de frequências e afastamentos eventuais
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Movimentação e controle funcional	Evolução funcional
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Movimentação e controle funcional	Gestão da concessão de adicional de qualificação
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Movimentação e controle funcional	Levantamento de substituições, progressões e outras formas de movimentação
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Movimentação e controle funcional	Remoção de servidores
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Qualidade de vida no trabalho	Mapeamento de risco à saúde
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Qualidade de vida no trabalho	Programa de ginástica laboral
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Qualidade de vida no trabalho	Promoção da qualidade, medicina e segurança do trabalho
Gestão da Força de Trabalho	ALRN e comunidade	Recrutamento, seleção e alocação de pessoal	Admissão de pessoal
Gestão da Força de Trabalho	ALRN e comunidade	Recrutamento, seleção e alocação de pessoal	Alocação de pessoas conforme perfis de competências e necessidades institucionais
Gestão da Força de Trabalho	ALRN e comunidade	Recrutamento, seleção e alocação de pessoal	Execução e acompanhamento de processos seletivos para ocupação de cargos e funções
Gestão da Força de Trabalho	ALRN e comunidade	Recrutamento, seleção e alocação de pessoal	Nomeação e exoneração de servidores
Gestão da Força de Trabalho	ALRN e comunidade	Recrutamento, seleção e alocação de pessoal	Organização de concursos públicos
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Serviços de saúde e bem-estar	Ações de prevenção à saúde
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Serviços de saúde e bem-estar	Assistência social ao servidor com problema de ordem socioeconômica

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Serviços de saúde e bem-estar	Atendimento domiciliar de serviço social a servidores em licença médica
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Serviços de saúde e bem-estar	Atendimento fisioterapêutico de recuperação
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Serviços de saúde e bem-estar	Atendimento médico ambulatorial
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Serviços de saúde e bem-estar	Atividades de psicodiagnóstico e psicoterapia
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Serviços de saúde e bem-estar	Concessão de licença por motivo de saúde do servidor
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Serviços de saúde e bem-estar	Controle e manutenção de dados sobre saúde ocupacional e geral de servidores
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Serviços de saúde e bem-estar	Desenvolvimento de programas de atendimento, orientação e acompanhamento biopsicossocial do servidor
Gestão da Força de Trabalho	ALRN	Serviços de saúde e bem-estar	Perícias de acidentes de trabalho e saúde ocupacional
Gestão da Força de Trabalho	ALRN e órgãos de controle	Gerenciamento dos benefícios previdenciários	Compensação previdenciária

10.Modernizar a infraestrutura tecnológica com foco em segurança.

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Gestão de Tecnologia da Informação	ALRN	Gestão de infraestrutura de TI	Controle de acesso a microcomputadores
Gestão de Tecnologia da Informação	ALRN	Gestão de infraestrutura de TI	Coordenação do funcionamento da rede de comunicação de dados

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Gestão de Tecnologia da Informação	ALRN	Gestão de infraestrutura de TI	Elaboração e manutenção do plano de segurança da informação
Gestão de Tecnologia da Informação	ALRN	Gestão de infraestrutura de TI	Gerenciamento e fiscalização dos contratos de tecnologia
Gestão de Tecnologia da Informação	ALRN	Gestão de infraestrutura de TI	Manutenção do parque computacional
Gestão de Tecnologia da Informação	ALRN	Gestão de infraestrutura de TI	Suporte técnico ao usuário de TI

11.Reestruturar as instalações físicas com foco em inovação

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Arquitetura e engenharia	Assessoramento técnico à administração predial em matéria de arquitetura e engenharia
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Arquitetura e engenharia	Elaboração de pareceres técnicos
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Arquitetura e engenharia	Elaboração de termos de referência para contratação de obras e serviços de engenharia
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Arquitetura e engenharia	Gerenciamento da ocupação dos espaços físicos
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Arquitetura e engenharia	Gerenciamento de projetos de arquitetura e engenharia
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Compras de bens e serviços	Acompanhamento dos processos de dispensa, inexigibilidade, leilões, concursos e pregões

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Compras de bens e serviços	Elaboração de minutas de termos de referência e editais
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Compras de bens e serviços	Estudos preliminares para aquisições e contratações
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Gestão da frota de veículos	Supervisão e controle do tráfego de veículos
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Gestão da frota de veículos	Controle de gastos com combustíveis
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Gestão da frota de veículos	Gerenciamento dos serviços prestados pelos motoristas
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Gestão da frota de veículos	Manutenção preventiva de veículos
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Gestão de contratos e convênios	Acompanhamento e avaliação da execução de contratos e convênios
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Gestão de contratos e convênios	Controle da vigência de contratos e convênios
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Gestão de contratos e convênios	Elaboração de minutas de termos contratuais, convênios e outros congêneres
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Gestão de materiais e patrimônio	Apuração de responsabilidade de danos causados ao patrimônio
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Gestão de materiais e patrimônio	Classificação, codificação e manutenção dos registros patrimoniais
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Gestão de materiais e patrimônio	Controle da movimentação de materiais
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Gestão de materiais e patrimônio	Controle de bens patrimoniais (mobiliário e imobiliário)

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Gestão de materiais e patrimônio	Controle do uso e conservação do patrimônio
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Gestão de materiais e patrimônio	Descarte de bens inservíveis
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Gestão de materiais e patrimônio	Recebimento, armazenamento e distribuição de materiais
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Manutenção da infraestrutura	Fiscalização técnica de contratos de energia, climatização e outros serviços
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Manutenção da infraestrutura	Manutenção da estrutura física
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Manutenção da infraestrutura	Manutenção de instalações elétricas e hidráulicas
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Serviços gerais	Controle da agenda de serviços e utilização dos auditórios e Plenário
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Serviços gerais	Recebimento e distribuição de jornais, revistas e correspondências
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Serviços gerais	Supervisão dos serviços de copeiragem, garçonagem e fornecimento de água e café
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Serviços gerais	Supervisão dos serviços de limpeza e higienização
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Serviços gerais	Supervisão dos serviços de limpeza, jardinagem, portaria e telefonia
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Telecomunicações e audiovisual	Captação, sonorização e gravação de áudios internos e externos
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Telecomunicações e audiovisual	Elaboração de projetos para as redes internas de áudio e vídeo

Macroprocesso	Principais Clientes	Principais Processos	Subprocesso / atividade
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Telecomunicações e audiovisual	Manutenção dos sistemas de telefonia e audiovisual
Gestão de Infraestrutura e Serviços	ALRN	Telecomunicações e audiovisual	Suporte à utilização de recursos audiovisuais

As unidades da ALRN definiram os eventos de riscos, suas causas e seus efeitos/consequências e categoria do risco a partir dos subprocessos/atividades da Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos. Em seguida, foi estabelecida a Qualificação do Risco Inerente a partir dos cálculos provenientes da pontuação para Probabilidade e para Impacto do Risco inerente de acordo com os seguintes critérios:

Probabilidade:

a. Praticamente certa (ocorrência praticamente certa). De forma inequívoca, o evento ocorrerá, pois as circunstâncias indicam claramente essa possibilidade;

b. Provável (ocorrência provável). De forma até esperada, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam fortemente essa possibilidade;

c. Média (ocorrência possível). De alguma forma, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam moderadamente essa possibilidade;

d. Baixa (ocorrência rara). De forma inesperada ou casual, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias pouco indicam essa possibilidade; e,

e. Muito baixa (ocorrência improvável). Em situações excepcionais, o evento poderá até ocorrer, mas nada nas circunstâncias indica essa possibilidade.

Impacto:

Para calcular a impacto, consideram-se os fatores esforço de gestão, impacto em processos, repercussão externa, impacto em objetivos, indicadores e metas, intervenção hierárquica e orçamento.

A pontuação geral (Probabilidade e Impacto) varia em uma escala de 1 (um) a 100 (cem), onde 1 (um) corresponde a impacto “insignificante” e probabilidade “Muito baixa” enquanto 100 (cem) corresponde a impacto “Crítico” e probabilidade “Muito alta”.

Identificação dos Controles Existentes: Descrição do Controle Atual, Avaliação quanto ao Desenho do Controle e Avaliação quanto a Operação do Controle.

Qualificação dos Controles Propostos: controles (ações) propostos, tipo principal de resposta ao risco (evitar, reduzir, compartilhar ou transferir, aceitar), probabilidade após implementação bem-sucedida do controle proposto, impacto após a implementação bem-sucedida dos controles (Esforço de Gestão, impacto em processos, repercussão externa, impacto em objetivos, indicadores e metas, intervenção hierárquica e orçamento) apresentando o Nível de Risco após novos controles (Risco Residual).

A Assembleia Legislativa estabeleceu o apetite de risco para os eventos com pontuação inferior a 40 pontos. Aqueles eventos cuja pontuação estiver igual ou acima de 40 pontos deverão estabelecer um plano para implementação no qual descreve a atividade/projeto, a data do início e de quem é a responsabilidade.

Dos subprocessos/atividades da Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos, constam no Plano de Gestão de Riscos 238 (duzentos e trinta e oito), alcançando 91% (noventa e um por cento) dos subprocessos/atividades para os quais foram definidos 404 (quatrocentos e quatro) eventos de risco. Desse total, 47 (quarenta e sete) eventos de risco foram incluídos no Plano de Ação para monitoramento porque se enquadram acima de 40 pontos no cálculo de risco inerente.

4. MONITORAMENTO

O monitoramento é fundamental na gestão de riscos para alcançar os objetivos pretendidos, pois é nessa etapa que verifica se o Plano de Ação está sendo executado na forma e no tempo planejados, deve-se adotar práticas de monitoramento e controle em todos os níveis da organização com a realização de reuniões periódicas de acompanhamento, a utilização de listas de verificação e a elaboração de relatórios situacionais, dentre os principais.

Assim como no monitoramento dos indicadores e iniciativas estratégicas do Plano Estratégico, o tratamento de eventuais dificuldades evidenciadas no monitoramento do Plano de Gestão de Riscos deverá ser reportado às instâncias superiores para tomada de decisão e reorientação às equipes quando não for possível a resolução no nível tático-operacional. Para isso, será utilizada a estrutura de monitoramento definida no Plano Estratégico a fim de deliberarem sobre a gestão de riscos em conjunto com os problemas enfrentados e resultados obtidos, buscando assegurar o necessário alinhamento entre direção e operação, bem como, entre o Plano Estratégico e o Plano de Gestão de Riscos.

O Plano de Gestão de Riscos será revisto a cada dois anos visando promover sua atualização pelas unidades, podendo alterá-los, incluir novos ou excluir aqueles cuja execução no Plano de Ação foi concluída.

Por estar associado aos macrodesafios (objetivos estratégicos) estabelecidos no Plano Horizonte 27, o processo de monitoramento do Plano de Gestão de Riscos ocorrerá enquanto

este estiver vigente, ou seja, até o final de 2027 quando deverá ser instituído o novo ciclo de planejamento desta Casa Legislativa.

Visando otimizar o processo, o monitoramento do Plano de Gestão de Riscos utilizará a estrutura estabelecida para o monitoramento do Plano Estratégico Horizonte 27.

5. COMUNICAÇÃO

A comunicação é um dos pilares fundamentais para a eficácia do Plano de Gestão de Riscos da ALRN. Tanto a comunicação interna quanto a externa desempenham papéis essenciais no alinhamento das estratégias e ações preventivas, garantindo que todos os envolvidos compreendam os riscos e saibam como mitigá-los. A clareza na transmissão de informações fortalece a transparência, que é crucial para a confiança institucional e para a segurança das operações.

No âmbito interno, a Assessoria de Planejamento realizou reuniões com as unidades envolvidas multiplicando a metodologia e disponibilizando o material para coleta de informações buscando a capilarização e execução efetiva dos procedimentos junto às unidades organizacionais. Após a publicação do Plano de Gestão de Riscos, a Diretoria de Comunicação Institucional divulgará nos canais da ALRN visando permitir que as diretrizes do plano de gestão de riscos sejam implementadas de maneira coesa. Os colaboradores envolvidos devem estar cientes dos riscos identificados e das medidas adotadas para preveni-los ou minimizá-los.

A comunicação externa, é importante que o plano de gestão de riscos seja compreendido pelos stakeholders e pela sociedade em geral. A Assembleia Legislativa deve manter a população informada sobre suas ações preventivas e corretivas, demonstrando seu compromisso com a integridade institucional. Esse diálogo aberto com o público reforça a confiança nas instituições e nas suas capacidades de gestão.

Tanto a comunicação interna quanto a externa precisam ser contínuas e adaptáveis, acompanhando as mudanças nos cenários de risco. Dessa forma, a comunicação se consolida como elemento indispensável para o bom funcionamento da entidade.

6. EVENTOS DE RISCOS

De acordo com a Resolução nº 56/2022 que institui a Política de Gestão Corporativa de Riscos na Assembleia Legislativa, risco é qualquer evento que, se ocorrer, afeta o alcance dos objetivos organizacionais. Desse modo, visando reduzir a ocorrência dos eventos que afetam os

macrodesafios (objetivos estratégicos) estabelecidos no Plano Estratégico Horizonte 2023, esta Casa Legislativa realizou a identificação e avaliação dos riscos corporativos e elaboração do plano de ação para posterior monitoramento visando mitigar o impacto.

QUANTIDADE/PERCENTUAL DE EVENTOS DE RISCO POR TIPO PRINCIPAL DE RESPOSTA AO RISCO

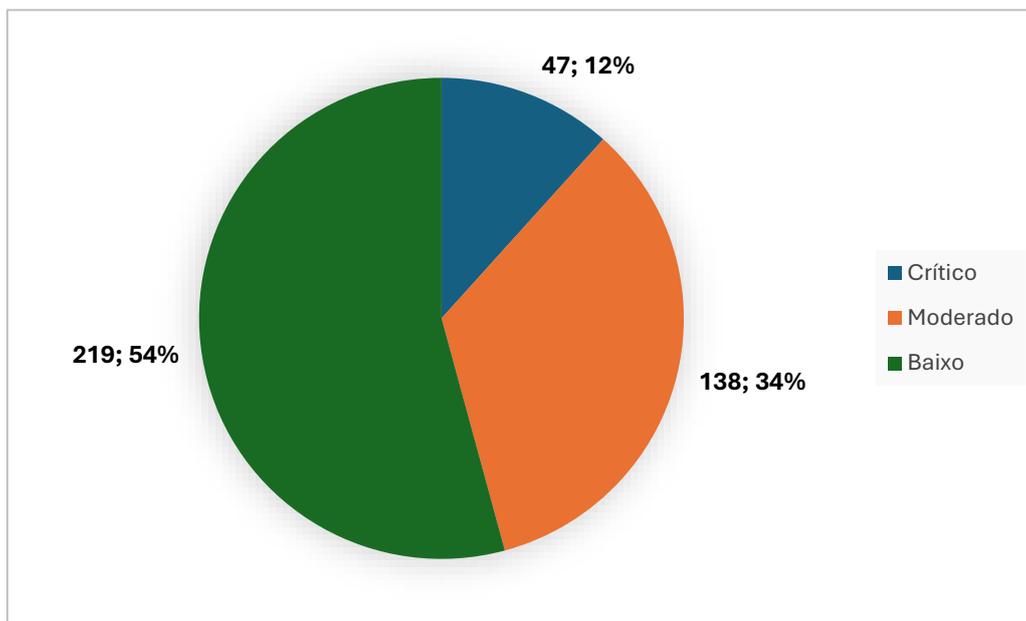


Gráfico 1 – Representação visual da quantidade/percentual de eventos de risco por tipo principal de resposta ao risco

Foram estabelecidos 404 (quatrocentos e quatro) eventos de riscos, sendo 219 (duzentos e dezenove) considerados de “baixo” risco, representando 54% (cinquenta e quatro por cento) do total, 138 (cento e trinta e oito) eventos de riscos considerados “moderados”, correspondente a 34% (trinta e quatro por cento) e 14 (quarenta e sete) eventos de riscos considerados “críticos” que chegam a 12% (doze por cento) com plano de ação, prazos e responsáveis para monitoramento periódico.

A figura a seguir apresenta a distribuição dos eventos de risco a partir da escala Probabilidade/Impacto:

MATRIZ DE RISCOS
QUANTIDADE DE EVENTOS DE RISCO A PARTIR DA DOS LIMIARES DE CADA NÍVEL DE RISCO DE RISCO

Nível de Risco		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa =>1 até <3	Baixa =>3 até <5	Moderada =>5 até <7	Alta =<7 até >9	Muito Alta =>9 até =10
IMPACTO	Crítico =>9 até =10	-	-	2	2	
	Grande =<7 até >9	11	-	15	5	1
	Médio =>5 até <7	21	-	60	18	16
	Pequeno =>3 até <5	48	-	67	49	3 10
	Insignificante =>1 até <3	46	-	17	9	4

Figura 1 – Representação visual da quantidade de eventos de risco a partir da matriz de riscos dos limiares de cada nível de risco

Na figura, apresentam-se (em vermelho) os eventos de risco cuja pontuação está acima de 40 pontos para o Nível de Risco Atual (Risco Inerente) que são aqueles cuja multiplicação da Probabilidade x Impacto resultou acima de 40 pontos, limite do apetite a risco da ALRN. Nessa condição, encontram-se 47 (quarenta e sete) eventos de risco que constam no plano de ação estabelecido no Capítulo 9 (PLANO DE AÇÃO) deste Plano de Gestão de Riscos e correspondem à probabilidade moderada, alta e muito alta e Impacto pequeno, médio, grande e crítico e Impacto crítico, grande, médio e pequeno. Aqueles eventos cuja pontuação da Probabilidade x Impacto resultou inferior a 40 pontos não foram incluídos no Plano de Ação.

Como exemplo¹, verifica-se o subprocesso “Manutenção de metodologias de gestão de projetos e de processos” cujo Evento de Risco é “inexistência de gerenciamento que define e mantém padrões para a gestão de projetos” onde foi considerada a probabilidade “alta” de ocorrer com 8 (oito) pontos no nível de risco atual (Risco Inerente) que está no quadrante da matriz =>7 até <9 e médio impacto porque a pontuação 5,9 (cinco vírgula nove) ficou no quadrante da matriz de risco =>5 até <7. Portanto, o nível de risco para esse evento totalizou 47,2 (quarenta e sete vírgula dois) pontos, acima do limite e deve ter um plano de ação para monitoramento.

7. CATEGORIA DE RISCO

A Categoria de risco é um grupo de possíveis causas de riscos. Neste Plano de Gestão de Riscos, as causas de riscos podem ser agrupadas em categorias como operacional, legal, financeiro/orçamentário e de integridade que definimos como:

Operacional: eventos que podem comprometer as atividades da ALRN, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas;

Legal: eventos derivados de alterações legislativas ou normativas que podem comprometer as atividades da ALRN;

Financeiro/Orçamentário: eventos que podem comprometer a capacidade da ALRN de contar com os recursos orçamentários e financeiros necessários à realização de suas atividades, ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária;

Integridade: eventos relacionados à corrupção, fraudes, irregularidades e/ou desvios éticos e de conduta que podem comprometer os valores e padrões preconizados pela ALRN e a realização de seus objetivos.

¹ O Evento de Risco consta na tabela de identificação do Evento de Risco Inerente na página 51

QUANTIDADE E PERCENTUAL DE EVENTOS DE RISCO POR TIPO PRINCIPAL DE RESPOSTA AO RISCO

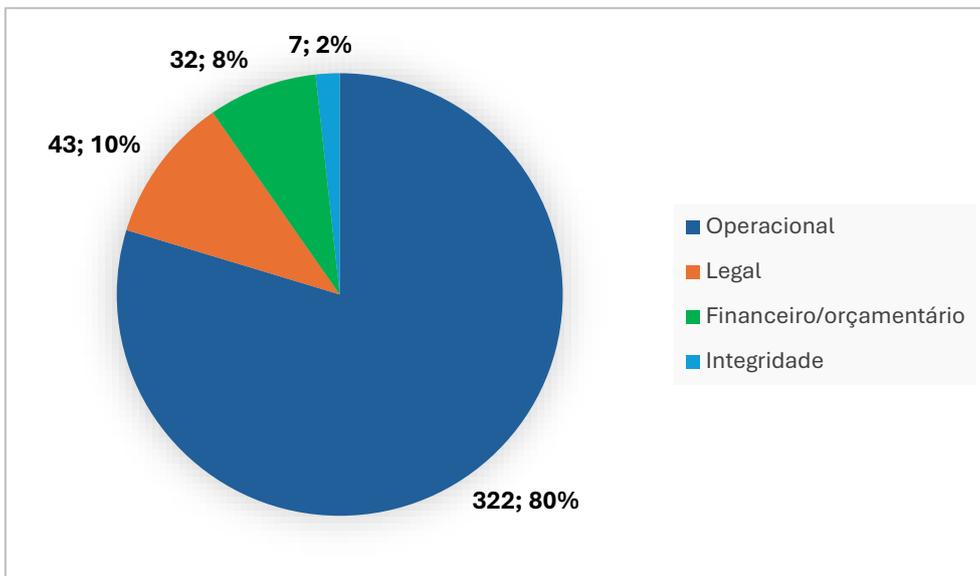


Gráfico 1 – Representação visual do percentual de eventos de risco por categoria de risco

8. RESPOSTA AO RISCO

Em relação a riscos é importante apresentar dois conceitos:

Risco inerente é o risco que a ALRN terá de enfrentar na falta de medidas que a administração possa adotar para alterar a probabilidade ou o impacto dos eventos, ou seja, ;

Risco residual é aquele que ainda permanece após a resposta da administração. A avaliação de riscos é aplicada primeiramente aos riscos inerentes.

De acordo com o COSO, “Evitar” sugere que nenhuma opção de resposta tenha sido identificada para reduzir o impacto e a probabilidade a um nível aceitável. “Reduzir” ou “Compartilhar” reduzem o risco residual a um nível compatível com as tolerâncias desejadas ao risco, enquanto “Aceitar” indica que o risco inerente já esteja dentro das tolerâncias ao risco, “Explorar” ou “Melhorar” é o desejo de garantir que a oportunidade aconteça, se concretize ou seja aperfeiçoada.

A qualificação dos controles propostos se refere às ações que oferecem condições de apresentar respostas satisfatórias aos eventos de risco visando reconhecer os riscos variados, diminuir os fatores prejudiciais ou se beneficiar das oportunidades. A definição dos controles pro-

postos traz respostas aos riscos (evitar, aceitar, melhorar, explorar, compartilhar/transferir ou reduzir). A configuração da ALRN ao tipo principal de resposta ao risco apresenta o seguinte resultado:

QUANTIDADE E PERCENTUAL DE EVENTOS DE RISCO POR TIPO PRINCIPAL DE RESPOSTA AO RISCO

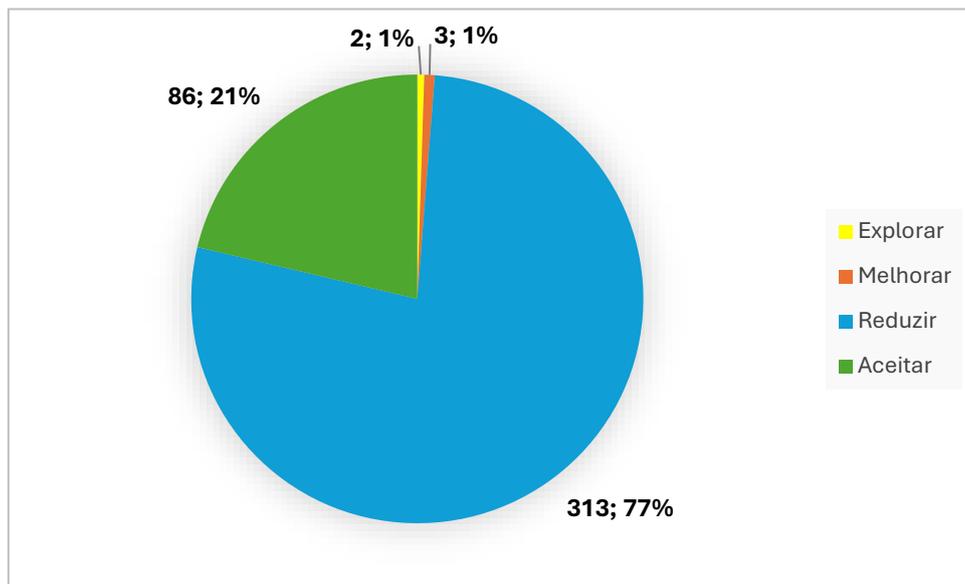


Gráfico 1 – Representação visual do percentual de eventos de risco por categoria de risco

Verifica-se que dos 404 (quatrocentos e quatro) eventos de riscos, 313 (trezentos e treze) eventos de riscos apresentaram como tipo principal de resposta ao risco “Reduzir”, representando 77%, 17 (dezessete) eventos de riscos buscam “Compartilhar/Transferir”, alcançando o percentual de 4%, 69 (sessenta e nove), “Aceitar”, representam 17%, 3 (três) eventos de riscos estabeleceram “Melhorar” como resposta principal ao risco, correspondente a 1%, “Explorar” e “Evitar” não apresentou nenhum evento de risco com esse tipo de resposta

Abaixo, apresenta-se a identificação do evento de risco inerente (principais processos, subprocesso/atividade, unidade responsável e a descrição do evento de risco com o respectivo cálculo (Probabilidade x Impacto) e a qualificação dos controles propostos (ações, tipo principal de resposta ao risco e cálculo do risco residual):

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Assessoramento político-institucional	Diretoria da Presidência	A descontinuidade da interlocução entre as partes envolvidas (PRINCIPAIS CLIENTES).	Ausência de agendas positivas e de interesse da sociedade.	Descontinuidade do assessoramento necessário.	2	8,3	16,6	Reuniões bimestrais para debater o planejamento das ações e a compilação de dados semestrais relacionados às captações de demandas e os resultados efetivos.	Reduzir	1	1,4	1,4
Assessoramento político-institucional	Diretoria da Presidência	A falha no entendimento entre as partes envolvidas - público externo com a ALRN	Ausência de compreensão na captação das demandas externas e internas.	direcionamento equivocado do assessoramento que prejudica o alcance de metas.	5	3,8	19,0	Fortalecimento do diálogo entre as partes envolvidas, acompanhamento das demandas; verificar o resultado efetivo das ações.	Reduzir	1	1,85	1,9
Elaboração do Plano Estratégico de Pessoas	Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria Administrativa e Financeira	Elaboração de indicadores pouco relevantes para a consecução de nossos objetivos estratégicos da ALRN	Dificuldades para elaborar indicadores atrelados ao Horizonte 2024-2027	Não medição de indicadores propostos	2	4,15	8,3	Alinhar as definições de metas e indicadores compatíveis com o Planejamento Estratégico Horizonte 27	Reduzir	1	2,15	2,2

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Elaboração do Plano Estratégico de Pessoas	Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria Administrativa e Financeira	Plano Estratégico de Pessoas desalinhado com o Plano Estratégico da ALRN (Horizonte 27)	Falha na comunicação com as partes interessadas da importância de seu envolvimento no processo de elaboração do plano estratégico de pessoas	Plano não atende às necessidades reais da ALRN	8	5,25	42,0	Para o quadriênio 2024-2027 o novo plano de gestão de pessoas será elaborado. A Diretoria de Gestão de Pessoas fez a solicitação da contratação de uma empresa especializada para auxiliar na elaboração em conformidade com o plano estratégico da ALRN	Reduzir	1	4,4	4,4
Elaboração do Plano Estratégico de Pessoas	Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria Administrativa e Financeira	Ignorar tendência/mudanças na área de gestão de pessoas	Falta/falha na análise dos cenários internos e externos	Falta de clareza na definição dos objetivos estratégicos de gestão de pessoas	8	4,85	38,8	Realização da análise SWOT dentro do processo de elaboração do Plano de Gestão de Pessoas	Reduzir	1	4,4	4,4

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Elaboração do Plano Estratégico de Pessoas	Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria Administrativa e Financeira	Incapacidade de medição dos indicadores propostos	Indisponibilidade de dados organizados em um sistema de gerenciamento eletrônico para o cálculo dos indicadores	Não confiabilidade das informações coletadas	2	3,25	6,5	Desenvolver ou adquirir sistemas de gerenciamento eletrônico para que os dados necessários ao cálculo dos indicadores possam ser devidamente armazenados e para que o cálculo, em si, dos indicadores seja feito de maneira automatizada, conferindo ao processo maior confiabilidade.	Reduzir	1	2,15	2,2
Elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação	Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação e Diretoria-geral	Não conseguir elaborar um Plano Estratégico de Tecnologia da Informação que, de fato, seja colocado em prática e auxilia a elevação do nível de maturidade em TI da instituição.	1. Complexidade da tarefa; 2. Falta de experiência e de cultura organizacional em elaborar planos estratégicos de TI. 3. Sobrecarga das equipes de TI.	1. Esforços dispensados pela TI não estarem alinhados às necessidades da instituição.	5	6,3	31,5	1. Priorização da demanda. 2. Capacitação do pessoal envolvido com a elaboração do plano. 3. Preparação para contratação de consultoria para auxílio a elaboração do plano, caso necessário.	Reduzir	2	5,7	11,4

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Elaboração do Plano de Aquisições e Contratações	Diretoria Administrativa e Financeira e Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Inobservância do Plano Anual de Contratações	Mal planejamento das despesas para o exercício.	Impossibilidade de contratações necessárias ao desenvolvimento das atividades do setor. Comprometimento orçamentário. Dificuldade em executar o orçamento planejado.	5	6,05	30,3	Treinamento e capacitação dos servidores envolvidos na elaboração do Plano Anual de Contratações.	Reduzir	1	2,15	2,2
Elaboração do Plano de Aquisições e Contratações	Diretoria Administrativa e Financeira e Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Planejamento das aquisições e contratações deficitário pelas unidades	1. Falta de planejamento; 2. dedicação de pouco tempo para realizar o subprocesso/ atividade de planejamento; 3. pessoas não-qualificadas para realizar o subprocesso/atividade de planejamento; 4. Previsão	Possibilidade das aquisições e contratações não atenderem fielmente às demandas da Casa; Reiteradas alterações do plano durante o exercício.	8	4,15	33,2	1. Capacitação contínua com os servidores envolvidos na atividade; 2. Disseminar a informação sobre a importância do planejamento das contratações para o alcance das metas do Planejamento Estratégico.	Aceitar	1	1,6	1,6

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
			inadequada do orçamento									
Elaboração do Plano de Aquisições e Contratações	Diretoria Administrativa e Financeira e Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Atraso na aprovação do plano de Aquisições e Contratações	Pouco envolvimento das partes interessadas	Atraso na elaboração do orçamento anual.	5	7,55	37,8	1. Estipulação de prazo fatal para envio das informações do plano de contratações anual.	Reduzir	2	5,6	11,2
Elaboração de planos setoriais	Diretoria-Geral e unidades subordinadas	Não elaboração dos planos setoriais	Falta de prioridade das unidades setoriais	Falta de definição das estratégias setoriais	5	4,55	22,8	Com a identificação por meio do monitoramento do Plano Estratégico, o Comitê de Governança poderá orientar os setores a elaborarem seus respectivos planos setoriais	Reduzir	2	2,35	4,7
Elaboração do Plano Estratégico	Diretoria da Presidência, Diretoria-Geral e unidades subordinadas	Elaborar o Plano Estratégico desalinhado com a missão da Instituição	Falta de clareza sobre a missão e visão	1. Dificuldade na tomada de decisão; 2. Impacto negativo à tomada de decisão	2	6,4	12,8	Formar uma equipe com os conhecimentos necessários à elaboração do Plano Estratégico	Reduzir	2	6,4	12,8

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Manutenção de metodologias de gestão de projetos e de processos	Assessoria de Planejamento	Inexistência de gerenciamento que define e mantém padrões para a gestão de projetos	Ausência de estrutura para implantação de gestão de projetos	Ausência de abordagem estruturada pode impedir a ALRN de aprender com erros e sucessos resultando na repetição de problemas	8	5,9	47,2	1. Criação do Escritório de Projetos; 2. Especialização do corpo técnico; 3. Disseminação das boas práticas à gestão de projetos	Reduzir	2	1,3	2,6
Manutenção de metodologias de gestão de projetos e de processos	Assessoria de Planejamento	Baixa padronização das atividades da gestão de processos	Ausência de estrutura para gestão de processos	Fragilidade na produção do mapeamento e redesenho de processos	5	3,8	19,0	1. Normatizar a periodicidade de atualização dos instrumentos; 2. Especialização do corpo técnico; 3. Disseminação das boas práticas à gestão de processos	Reduzir	2	1,3	2,6
Manutenção da Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos	Assessoria de Planejamento	Falta de atualização da Cadeia de Valor	Reorganização da estrutura administrativa	Cadeia de Valor desatualizada	2	2,7	5,4	Atualizar, periodicamente, a Cadeia de Valor de acordo com as alterações da estrutura organizacional consolidando todos os subprocessos/atividades	Aceitar	2	1,1	2,2

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Acompanhamento e avaliação das ações institucionais	Mesa da ALRN e Controladoria Interna	Postergação das respostas dos dados solicitados às unidades responsáveis	Falta de prioridade no trabalho desenvolvido pelas unidades interessadas	Adiamento ou não realização da RAE	5	3,25	16,3	Sensibilizar os gestores sobre a importância do envio das informações no prazo solicitado	Reduzir	2	1,7	3,4
Divulgação do Cronograma de Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs)	Diretoria de Comunicação Institucional	Interrupção do diálogo entre setores	Agenda de compromissos internos	Diminuição da comunicação	10	1,15	11,5	Comunicar de forma antecipada	Aceitar	10	1,15	11,5
Reuniões internas de gestão (setoriais)	Diretoria-Geral e unidades subordinadas	Ausência de formalização das reuniões dos Comitês Executivos	Falta de prioridade das unidades setoriais	Os problemas podem ficar pendentes	8	3,95	31,6	O Comitê de Governança poderá recomendar a formalização das reuniões dos Comitês Executivos	Reduzir	2	3,85	7,7
Medição de desempenho	Diretoria-Geral e unidades subordinadas	Não haver medição	Falta de informação pelas unidades setoriais responsáveis pela medição	Não possibilitar a verificação dos resultados dos indicadores estabelecidos no Plano Estratégico	2	5,8	11,6	A Assessoria de Planejamento realiza, periodicamente, o monitoramento solicitando as informações às unidades responsáveis. Caso não receba a informação, comunica-se ao Comitê de Governança para providências necessárias	Reduzir	1	3,65	3,7

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Preparação e realização de RAEs	Diretoria-Geral e Assessoria de Planejamento	Postergação das respostas dos dados solicitados às unidades responsáveis	Falta de prioridade no trabalho desenvolvido pelas unidades interessadas	Adiamento ou não realização da RAE	5	3,25	16,3	Sensibilizar os gestores sobre a importância do envio das informações no prazo solicitado	Reduzir	2	1,7	3,4
Análise e realinhamento da estratégia	Presidência e Diretoria-Geral	Não realização das Reuniões de Análise da Estratégia	Indisponibilidade na agenda dos participantes	Impossibilidade de tomar decisões e definir encaminhamentos	2	5,8	11,6	A Diretoria-Geral encaminha memorando convocando os membros do Comitê de Governança a participarem da reunião e acompanha a confirmação de presença	Reduzir	1	4,9	4,9
Orçamentário, financeiro, contábil e patrimonial	Controladoria Interna	Falha procedimental no acompanhamento de execução do orçamento	Ausência de software	Inviabilidade de acompanhamento de execução do orçamento	5	5,4	27,0	Aquisição/desenvolvimento de softwares.	Reduzir	2	2,95	5,9
Orçamentário, financeiro, contábil e patrimonial	Controladoria Interna	Alteração na legislação de todos os subprocessos / atividades relacionados à área orçamentária, financeira, contábil e patrimonial	Alteração na legislação	Readequação de procedimentos	1	4,25	4,25	Não se aplica	Aceitar	1	4,25	4,3

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Orçamentário, financeiro, contábil e patrimonial	Controladoria Interna	Atraso no repasse das verbas constitucionais	Colapso financeiro, afetando o pagamento das despesas / investimentos do orçamento	Necessidade de realizar readequação orçamentária	8	6,25	50,0	Readequação orçamentária.	Reduzir	5	5,05	25,3
Realização de auditorias	Controladoria Interna	Limitação de Orçamento	Contenção de Despesas Administrativas	Fragilidade dos procedimentos	8	6,05	48,4	Priorizar auditorias com maior retorno para os atos de gestão	Reduzir	2	4,45	8,9
Realização de auditorias	Controladoria Interna	Limitação de força de trabalho	Falta de pessoal	Redução no número de trabalhos realizados	10	5,85	58,5	Disponibilizar servidores para o setor	Reduzir	2	3,85	7,7
Realização de auditorias	Controladoria Interna	Não aprovação do Plano Anual da Controladoria Interna	Envio tardio do PAC; Demora na tramitação do processo de aprovação.	Engessamento provisório na realização dos projetos.	2	5,75	11,5	Ampliar antecedência do envio do Plano Anual da Controladoria Interna	Reduzir	1	2,35	2,4

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Acompanhamento de atos de gestão	Controladoria Interna	Desatualização em relação às normas vigentes	Descentralização das normas regentes à matéria	Realização de atos irregulares ou ilegais.	5	6,2	31,0	Destacamento de grupo para acompanhar inovações legislativas	Reduzir	2	1,45	2,9
Acompanhamento de atos de gestão	Controladoria Interna	Dissonância entre o ato praticado em relação ao controle aplicado	Ausência de processo eletrônico	Possível fragilidade do fundamento do ato praticado	2	5,75	11,5	Aquisição/desenvolvimento de softwares.	Reduzir	2	2,6	5,2
Acompanhamento de atos de gestão	Controladoria Interna	Intempestividade dos controles existentes	Insuficiência no acompanhamento dos atos administrativos	Possíveis danos por controles tardios	5	6,1	30,5	Observância das recomendações sugeridas	Reduzir	2	1,7	3,4
Supervisão do sistema de controle interno	Controladoria Interna	Falta de padronização dos procedimentos	Ausência de mapeamento de processos	Desorganização administrativa	5	5,6	28,0	Edição de manual especificando e detalhando os procedimentos	Reduzir	1	2,65	2,7
Supervisão do sistema de controle interno	Controladoria Interna	Não implantação de recomendações sugeridas	1. Limitação de força de trabalho, impacto na rotina administrativa atual; 2. Resistência das unidades	1. Aumento da vulnerabilidade a riscos 2. Inutilidade das informações e atividades realizadas podendo	8	5,9	47,2	1. Ampliação de corpo técnico atendendo às especificidades de cada unidade administrativa; 2. Apresentar possíveis melhorias com a implantação	Reduzir	8	4,45	35,6

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
			administrativas a mudanças	ampliar a vulnerabilidade em razão do engessamento administrativo				de técnicas modernas e eficientes de trabalho				
Promoção da transparência e controle de gastos	Controladoria Interna	Não atualização e disponibilização das informações	Falha na comunicação/divulgação de informações	Descumprimento de determinações legais	2	5,7	11,4	Reforçar a comunicação interna ampliando seu alcance	Reduzir	2	3,4	6,8
Promoção da transparência e controle de gastos	Controladoria Interna	Descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados	Não observância do preceito legal	Descumprimento de obrigação legalmente imposta sujeita a sanções previstas em lei.	2	7,1	14,2	Atender às especificações legais e suas atualizações	Reduzir	5	2,2	11,0
Relatórios gerenciais e de desempenho institucional	Diretoria-Geral e unidades subordinadas	Ausência de elaboração de relatórios gerenciais e de desempenho institucional	Falta de prioridade no estabelecimento das atividades	Limitação na tomada de decisão	8	4,1	32,8	Desenvolver um Sistema que possibilite a emissão de relatórios gerenciais nas áreas orçamentária, administrativa e financeira	Reduzir	2	3,7	7,4

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Gestão da agenda da Diretoria-Geral	Diretoria-Geral	Agenda com baixo gerenciamento	Descompasso na definição dos horários e priorização da pauta	1. Ocorrência de eventos paralelos; 2. Tempo não otimizado, reflete no resultado dos trabalhos.	5	3,75	18,8	Confirmação prévia	Reduzir	2	2,05	4,1
Gestão da política de comunicação social institucional	Diretoria de Comunicação Institucional	Interrupção do diálogo com diretores	Mudança na gestão	Interrupção da comunicação	2	1,45	2,9	Comunicar de forma antecipada	Reduzir	2	1,1	2,2
Planos de comunicação interna e externa	Diretoria de Comunicação Institucional	Desativação das Tvs interna	Economicidade	Diminuição da comunicação	2	1,25	2,5	Planejar de forma antecipada	Reduzir	1	1	1,0
Comunicação da estratégia	Diretoria de Comunicação Institucional	Proibição do uso da lista de transmissão	Mudança na gestão	Retrocesso da comunicação	1	2,9	2,9	Adequar de forma que não ocorra a interrupção	Aceitar	2	1,45	2,9

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Divulgação das ações institucionais no âmbito jornalístico	Diretoria de Comunicação Institucional	Perder mailing	Falha no sistema	Suspensão da transparência	1	2,1	2,1	Planejar de forma antecipada	Aceitar	1	2,1	2,1
Montagem do Diário Oficial Eletrônico	Diretoria de Comunicação Institucional	Quebra do servidor	Manutenção do equipamento	Atraso nos atos oficiais	2	1,45	2,9	Planejar de forma antecipada	Reduzir	1	1,6	1,6
Interlocação com a sociedade civil	Diretoria de Comunicação Institucional, Diretoria de Representação Institucional e Ouvidoria	Paralisação: falta de procura do manifestante	Inexistência do sistema operacional;	Prejuízos nas demandas	2	1,95	3,9	Monitoramento constante pela Diretoria de Gestão tecnológica. Melhorias/atualizações do sistema.	Reduzir	2	1,35	2,7
Interlocação com a sociedade civil	Diretoria de Comunicação Institucional, Diretoria de Representação Institucional e Ouvidoria	Ausência de informação	Falta de comunicação com a sociedade civil	Não garantia dos direitos à cidadania	2	3,4	6,8	Divulgação constante pela Diretoria de Comunicação	Aceitar	2	3,4	6,8

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Interlocução com a sociedade civil	Diretoria de Comunicação Institucional, Diretoria de Representação Institucional e Ouvidoria	Censura nas redes sociais	Política de gestão	Atraso na comunicação	2	1,6	3,2	Análise e revisão das divulgações	Reduzir	2	1,2	2,4
Interlocução com a sociedade civil	Diretoria de Comunicação Institucional, Diretoria de Representação Institucional e Ouvidoria	Ataque de hacker ao sistema	Causa externa	Suspensão na comunicação	1	1,55	1,6	Planejamento de proteção do sistema	Aceitar	1	1,55	1,6
Monitoramento da imagem do Legislativo	Diretoria de Comunicação Institucional	Falta de acesso as informações	Falta de comunicação	Crise institucional	1	1,2	1,2	Planejar de forma adequada	Aceitar	1	1,2	1,2
Planejamento e realização de ações interinstitucionais	Coordenadoria de Relações Públicas e Cerimonial	Furtos de Patrimônio e objetos pessoais	Vulnerabilidade por estar fora do ambiente de trabalho	Perda de patrimônio pessoal e Institucional	5	4,85	24,3	Aumentar a segurança	Reduzir	5	2,45	12,3

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Planejamento e realização de ações interinstitucionais	Coordenadoria de Relações Públicas e Cerimonial	Transferir a estrutura para outro local	Dificuldade de logística	Prejudicar o que foi planejado para o evento	8	2,35	18,8	Aumentar o número de servidores	Reduzir	2	1	2,0
Gestão da política de comunicação social institucional	Diretoria de Comunicação Institucional	Suspensão orçamentária	Questões financeiras	Suspensão da comunicação	2	1,35	2,7	Planejar de forma adequada	Reduzir	2	1,1	2,2
Planejamento e realização de ações interinstitucionais	Coordenadoria de Relações Públicas e Cerimonial	Destruição ou perda de recursos físicos	Transporte irregular	Depreciação de patrimônio	5	2,45	12,3	Orientar o manuseio e transporte/ disponibilizar pessoas capacitadas	Reduzir	2	1,35	2,7
Planejamento e realização de eventos internos e externos	Coordenadoria de Relações Públicas e Cerimonial e Escola da Assembleia	Falha na logística durante um evento de grande porte	Falta de planejamento detalhado ou subestimação das necessidades logísticas	Atrasos na programação do evento e insatisfação dos participantes	5	4,65	23,3	Estreitamento de relação com os setores que apoiam serviços para eventos, com definição de fluxo mais eficaz	Reduzir	2	4,25	8,5
Planejamento e realização de eventos internos e externos	Coordenadoria de Relações Públicas e Cerimonial e Escola da Assembleia	Violação das leis de acessibilidade durante a realização do evento	Falta de recursos para adaptações adequadas ou falta de conhecimento sobre os re-	Danos à reputação da organização pela percepção de falta de compromisso com a inclusão e diversidade	5	5,25	26,3	Criação de plano para implementação de ferramentas de acessibilidade permanentes	Reduzir	2	4,85	9,7

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
			quisitos legais, referente às necessidades de acessibilidade									
Planejamento e realização de eventos internos e externos	Coordenadoria de Relações Públicas e Cerimonial e Escola da Assembleia	Elevação de custos	Pagamento de diárias	Onerar a Instituição	10	3,1	31,0	Escalamos um número mínimo, mas necessário para a ação	Aceitar	10	3,1	31,0
Planejamento e realização de eventos internos e externos	Coordenadoria de Relações Públicas e Cerimonial e Escola da Assembleia	Não cumprimento de norma legal	Falta de conhecimento/capacitação	Infração por não cumprimento de Normas legais, colocando a Instituição em estado de vulnerabilidade	5	3,75	18,8	Oferecer capacitação.	Reduzir	1	2,2	2,2
Planejamento e realização de eventos internos e externos	Coordenadoria de Relações Públicas e Cerimonial e Escola da Assembleia	Dificuldades financeiras para financiar o evento	Mudanças nas prioridades financeiras e/ou restrições orçamentárias	Interrupção ou cancelamento do evento	5	5,45	27,3	Tornar mais efetivo a relação planejamento x realização, através de definição de calendário para os principais eventos do ano	Reduzir	2	4,85	9,7

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Projetos de aproximação entre ALRN e Sociedade	Coordenadoria de Relações Públicas e Cerimonial, Escola da Assembleia e Diretoria de Políticas Complementares	Custos extras	Locação de recursos para a realização da ação	Onerar a Instituição	8	2,95	23,6	Utilizar os recursos já existentes na Instituição	Reduzir	1	1,2	1,2
Projetos de aproximação entre ALRN e Sociedade	Coordenadoria de Relações Públicas e Cerimonial, Escola da Assembleia e Diretoria de Políticas Complementares	Falha na implementação de iniciativas de aproximação	Ausência de um plano estratégico	Baixa eficácia das iniciativas de aproximação	5	5,15	25,8	Implementar e monitorar as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico da Escola da Assembleia	Reduzir	2	4,55	9,1
Pesquisas de opinião pública	Coordenadoria de Relações Públicas e Cerimonial	Perda de informações	Falta de sistema	Perda de dados importantes	5	3,45	17,3	Implantação de sistema e capacitação dos servidores	Reduzir	1	1,7	1,7
Política de Gestão Corporativa de Riscos	Diretoria-Geral	Falta de atualização da Política de Gestão Corporativa de Riscos	1. Alta demanda de atividades da equipe envolvida;	Perdas ou danos à ALRN	2	3,2	6,4	Realizar benchmarking com instituições visando incorporar as inovações e melhores	Reduzir	1	2,9	2,9

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
			2. Mudanças regulatórias.					práticas de gestão de riscos				
Elaboração do Plano de Gestão de Riscos	Diretoria da Presidência, Diretoria-Geral e unidades subordinadas	Ausência de atualizações do rol de atividades setoriais	indefinição quanto aos riscos reais existentes no processo de trabalho.	Impossibilidade de identificar os riscos setoriais.	5	2,9	14,5	Atualização do rol de atividades setoriais por parte de uma nova resolução.	Reduzir	2	1,2	2,4
Elaboração do Plano de Gestão de Riscos	Diretoria da Presidência, Diretoria-Geral e unidades subordinadas	Ausência de fundamentos empíricos aliados aos técnicos.	Análise superficial do ambiente organizacional.	Impossibilidade de analisar precisamente o risco.	2	3,05	6,1	Observância na análise cujas diretrizes devem ser acrescidas com dados empíricos coletados dos Gestores de cada unidade administrativa.	Reduzir	1	1	1,0
Elaboração do Plano de Gestão de Riscos	Diretoria da Presidência, Diretoria-Geral e unidades subordinadas	Demérito do risco no processo de trabalho.	Não percepção de problemas futuros.	Impossibilidade de sanar as falhas eminentes.	2	2,45	4,9	Além da coleta criteriosa dos dados, devem ser dirimidas as dúvidas quanto ao detalhamento das questões de riscos nas atividades setoriais. Os dirigentes devem participar ativamente desta avaliação.	Reduzir	1	1	1,0

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Elaboração do Plano de Gestão de Riscos	Diretoria da Presidência, Diretoria-Geral e unidades subordinadas	Não elaboração do Plano de Gestão de Riscos	Falta de cultura institucional para gestão de riscos	Perdas ou danos à ALRN	1	3,9	3,9	Realizar atividades de sensibilização junto aos diretores e servidores da Casa para apresentar a importância da elaboração do Plano de gestão de riscos	Reduzir	1	3,5	3,5
Elaboração do Plano de Gestão de Riscos	Diretoria da Presidência, Diretoria-Geral e unidades subordinadas	Atraso na elaboração do Plano de Gestão de Riscos	Complexidade no entendimento do processo	Plano elaborado em desacordo com as necessidades da Casa	8	4,7	37,6	1. Realizar atividades de capacitação junto aos servidores da Casa; 2. Desenvolver um Sistema	Reduzir	1	2,9	2,9
Monitoramento e análise crítica	Diretoria da Presidência, Diretoria-Geral e unidades subordinadas	Ausência de monitoramento do Plano de Gestão de Riscos	1. Falta de prioridade; 2. Ausência de Sistema que dê suporte na captação das informações.	1. Impossibilidade da análise pelos diretores dos fatores de riscos que podem atingir as atividades da ALRN; 2. Dificuldade de atuação pela limitação de informações	5	6,8	34,0	Desenvolver um Sistema que possibilite o monitoramento do Plano de gestão de riscos	Reduzir	2	3,5	7,0

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Avaliações dos controles de riscos	Controladoria Interna	Falta de padronização das avaliações	Ausência de normatização dos procedimentos	Lacunas nas avaliações	10	4,9	49,0	Edição de manual normativo disciplinando o procedimento de avaliação	Reduzir	2	3,45	6,9
Avaliações dos controles de riscos	Controladoria Interna	Inaplicabilidade de métodos modernos de avaliação	Ausência de sistema de eletrônico	Realização de avaliações manualmente, gerando morosidade na processo de avaliação	8	4,6	36,8	Aplicar as inovações de métodos e técnicas	Reduzir	5	2,45	12,3
Avaliações dos controles de riscos	Controladoria Interna	Inobservância da legislação vigente nas avaliações	Capacitação insuficiente	Avaliações em desacordo com a legislação vigente, sem padronização do conteúdo e procedimento	5	3,65	18,3	Identificar lacunas de conhecimento e promover capacitações necessárias	Reduzir	5	2,1	10,5
Segurança pessoal de autoridades	Gabinete de Segurança Institucional	Ações hostis durante o traslado do Presidente da ALRN na capital do estado e durante viagens ao interior do RN	1. Insegurança pública; 2. Ações de grupos e facções armadas no estado do RN; 3. Horários ou rotas não adequadas ao	Prejuízos à incolumidade física do Presidente da ALRN, ao do efetivo de segurança pessoal empregado e de terceiros / Repercussões	2	6,15	12,3	Alinhamento entre o Presidente e a equipe de segurança, para ajudar na postura mais segura de toda a equipe / Compartimentação de dados sensíveis relativos aos itinerários de deslocamentos e	Reduzir	2	3,6	7,2

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
			deslocamento; 4. Inteligência adversa em posse de informações sensíveis	negativas na imprensa e outros veículos de comunicação				horários / Doutrina de compartimentação de informações sensíveis adotado por toda a equipe de segurança do Presidente				
Segurança pessoal de autoridades	Gabinete de Segurança Institucional	Ataques, manifestações e ações adversas em eventos de participação da ALRN em que estejam presentes o Presidente do Legislativo Potiguar	1. Ações de movimentos sociais, grupos políticos antagônicos etc.; 2. insegurança pública: grupos e facções armadas no estado do RN, contribuindo com riscos de assaltos; 3. Inteligência adversa em posse de informações sensíveis relativos ao evento	Prejuízos à incolumidade física do Presidente da ALRN, de membros da Mesa, de outras autoridades, do efetivo de segurança pessoal empregado e de terceiros / Repercussões negativas na Imprensa	2	6,45	12,9	Compartimentação de dados sensíveis relativos a particularidades do evento / envio de equipe precursora para avaliação do local, análise de vulnerabilidades e obtenção de fotos / trabalho em parceria com a Divisão de Inteligência e Operações para levantamento de possíveis ameaças à realização do evento / interação da equipe de segurança com outras equipes (cerimonial, segurança privada etc.)	Reduzir	2	3,6	7,2

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Segurança pessoal de autoridades	Gabinete de Segurança Institucional	Ações ou ataques contra a imagem pessoal do Presidente da ALRN	1. Ações de "paparazzis"; 2. Cidadãos que reconheçam políticos e queiram registrar áudio e imagens etc.	Repercussões negativas na Imprensa e outros veículos de comunicação	2	5,7	11,4	Treinamento e orientação da equipe de segurança pessoal do Presidente da ALRN / adoção de doutrina de restrição do acesso não autorizado e delimitação de um raio mínimo de proximidade com a pessoa do presidente / cuidado com captação de imagens não autorizadas e áudio eventual	Reduzir	2	3	6,0
Policimento legislativo	Gabinete de Segurança Institucional	Invasão de grupos hostis/armados no interior do ambiente legislativo afetando os diversos ativos da instituição, pessoais e materiais	Insegurança pública, crescimento de facções no estado do RN, aumento das estatísticas de assaltos e roubos no estado do RN / localização dos prédios da ALRN em locais sensíveis quanto à	Prejuízos materiais e à incolumidade física de servidores, visitantes etc. / Repercussões negativas na Imprensa e outros veículos de comunicação / Quebra da ordem interna e	5	6,2	31,0	Aumento do efetivo para englobar a segurança orgânica de todos os anexos, incluindo os novos que estão em obras e necessitam de acompanhamento / ampliação e modernização do sistema de monitoramento por imagens (CFTV) no prédio sede e anexos da ALRN /	Reduzir	5	4,4	22,0

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
			segurança pública - proximidade com a comunidade Paço da Pátria, Rocas, Ribeira, Mãe Luíza etc.	da segurança orgânica				nos anexos, implantação de barreiras físicas e equipamentos de detecção de metais durante o controle de acesso, ação esta que depende de projeto juntamente com o gestor de Engenharia da ALRN e também licitação de equipamentos / Continuidade e renovação do Convênio ALRN-PMRN				
Policimento legislativo	Gabinete de Segurança Institucional	Manifestações contra o Legislativo Potiguar no entorno das instalações do prédio sede da ALRN	Ações de movimentos sociais e grupos políticos antagônicos / falhas na segurança na verificação do acesso de pessoal / falta de barreiras efetivas contra o acesso	Prejuízos materiais e à incolumidade física de servidores, visitantes etc. / Repercussões negativas na Imprensa e outros veículos de comunicação / Quebra da ordem interna e	5	7,3	36,5	Treinamento constante da equipe de serviço 24h / Atividade de inteligência se antecipando aos fatos / Aprimoramento do sistema de CFTV / Capacidade de emprego rápido do efetivo	Reduzir	5	5,15	25,8

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
			não autorizado / informações sensíveis vazadas / arquitetura do prédio sede da ALRN, todo em vidro, facilitando depredações e acessos em setores não autorizados	da segurança orgânica / Ocupação de manifestantes nas dependências da ALRN, com a geração de posterior demanda para negociação/retirada destes e restabelecimento da disciplina original								
Policimento legislativo	Gabinete de Segurança Institucional	Ações internas de funcionários, terceirizados ou visitantes que afetem a segurança orgânica das instalações da ALRN	Surto psicótico de funcionários, colaboradores ou visitantes / desentendimentos pessoais / servidores, colaboradores ou visitantes insatisfeitos etc.	Prejuízos materiais e à incolumidade física de servidores, visitantes etc. / Repercussões negativas na Imprensa e outros veículos de comunicação / Quebra da ordem interna e da segurança orgânica	5	6,8	34,0	Contrato de manutenção para os equipamentos detectores de metais / Aprimoramento do sistema de CFTV / Treinamento constante da equipe de serviço 24h / ações de contrainteligência visando antecipação de eventuais situações	Reduzir	5	5,15	25,8

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Policiamiento Legislativo	Gabinete de Segurança Institucional	Ações de policiamento externo, a partir do Acordo de Cooperação Técnica entre a ALRN e a Polícia Militar do Rio Grande do Norte	Devido à necessidade de reforço na segurança do perímetro externo da sede e anexos do Poder Legislativo Estadual, bem como à realidade de insegurança vivida pelo Centro da Cidade, há a necessidade de reforço do efetivo policial.	Aumento da sensação de segurança pública /Inibição de delitos nos arredores e proteção contra furtos e roubos na circunscrição	5	7,6	38,0	Renovação do convênio / Inclusão dos policiais no Sistema Agente de Campo, para produção de dados estatísticos das ocorrências e georreferenciamento das equipes	Melhorar	8	7	56,0

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Brigada de incêndio	Gabinete de Segurança Institucional	Sinistro: incêndio nas instalações do prédio sede da ALRN ou em seus anexos	Eventos de ordem elétrica - curto-circuito, vazamentos de gás dos botijões nas copas existentes, superaquecimento de maquinários ou do sistema de ar-condicionado, falta de atenção de servidores ao desligar seus computadores e equipamentos em suas salas ao sair	1.Colapso de estruturas, ameaça à incolumidade física de funcionários e visitantes; 2.Prejuízos materiais / repercussões negativas na imprensa e outros veículos de comunicação	5	9,4	47,0	Treinamento constante da Brigada de Incêndio e Salvamento / Projeto de emergência e de contra incêndio feito por engenheiro ou arquiteto (Setor de Engenharia da ALRN) para estabelecer protocolos, plano de evacuação, adequação e cumprimento de todas as normas de acordo com a tipologia das edificações da ALRN.	Reduzir	5	4,7	23,5

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Brigada de incêndio	Gabinete de Segurança Institucional	Sinistro: necessidade de evacuação do prédio sede da ALRN (não há plano de contingência para essa necessidade)	Incêndios, manifestações públicas no exterior do prédio sede da ALRN ou em seus anexos, ataques terroristas / falta de um plano de evacuação e de plano de treinamento simulado	Prejuízos à incolumidade física de servidores e visitantes / repercussões negativas na imprensa e outros veículos de comunicação / quebra da ordem interna e da segurança orgânica	5	9,6	48,0	Elaboração de um Plano de evacuação do prédio sede da ALRN (que também deve ser previsto para os seus anexos) / Treinamento e exercício de evacuação dos servidores e colaboradores, seguindo o Protocolo definido no Plano de evacuação do prédio sede.	Reduzir	5	4,7	23,5
Investigação e sindicâncias de polícia institucional	Gabinete de Segurança Institucional	Vazamento de dados sensíveis quanto a coleta de provas e imagens / quebra da cadeia de custódia de provas / quebra do sigilo das investigações e sindicâncias	Acessos não autorizados a provas ou informações / fator político do acesso a provas ou informações	Prejuízo ao correto andamento de investigações e sindicâncias, com comprometimento no resultado	2	5,95	11,9	Reforço da cadeia de custódia de documentos e acesso a dados / maior nível de controle ao acesso à gravação do sistema de CFTV / compartimento de dados e proteção através de criptografia de documentos sensíveis nos computadores do GSI	Reduzir	2	4,8	9,6

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Ações de inteligência institucional	Gabinete de Segurança Institucional	Atores internos com interesses escusos (servidores e ex-servidores, terceirizados, visitantes) - acesso às dependências da ALRN e a dados sensíveis	Falhas de controle de acesso / falhas no recolhimento dos crachás de ex-funcionários / falhas na triagem para terceiros visitantes / falta de procedimentos para circulação de terceiros e acessos sem controle a gabinetes ou a locais os quais não estaria autorizado a adentrar	Repercussões na segurança orgânica / Riscos à subtração de materiais da Instituição e de ordem pessoal	5	3,9	19,5	Reforço na política de controle de acesso / modernização do sistema de CFTV / Cultura organizacional de restringir acesso a setores - fechamento de portas ou acesso a estas somente com servidores no setor	Reduzir	2	2,3	4,6

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Ações de inteligência institucional	Gabinete de Segurança Institucional	Ações de inteligência adversa - crime organizado, pessoas mal-intencionadas e com interesses escusos a planejar contra os bens físicos, de pessoas e imateriais da ALRN	Vazamento de informações sensíveis por funcionários e colaboradores	Possibilidade da ocorrência de ações danosas ao patrimônio físico e imaterial da ALRN, à incolumidade dos servidores, colaboradores e visitantes / repercussões negativas na Imprensa e outros veículos de comunicação	5	7,2	36,0	Integração aos sistemas de dados de segurança pública do governo federal, estadual e municipal / Controle de acesso e identificação de visitantes e servidores	Reduzir	5	4	20,0
Ações de inteligência institucional	Gabinete de Segurança Institucional	Contrainformação, desinformação, propaganda hostil, ataques cibernéticos que visem acessar dados e informações sensíveis	Ações de grupos políticos e movimentos sociais com intuito de deturpar a imagem da ALRN / Interesses externos visando benefícios eleitorais /	Prejuízos à imagem da ALRN / prejuízos pecuniários a servidores e colaboradores através de golpes aplicados / distorções nos resultados de	5	3,65	18,3	Criação de campanhas de conscientização dos colaboradores da ALRN quanto aos perigos de disseminação de mensagens falsas / Conscientização quanto aos cuidados com computadores e celulares para pro-	Reduzir	5	2,1	10,5

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
			ações de grupos externos com intensão de aplicar golpes pecuniários etc.	pleitos eleitorais etc.				teção contra hackers e vazamento de informações sensíveis pessoais				
Fornecimento de diretrizes da representação político-parlamentar	Mesa, Presidência e Diretoria da Presidência	Ausência de atividades legiferantes condizentes aos apelos da população.	Elaboração de atividades sem abrangência estatal.	Falta de representatividade nas camadas sociais significativas do RN.	2	8,2	16,4	A Diretoria Legislativa já autoavalia as atividades parlamentares com respaldo legal e fundamentos técnicos criteriosos.	Reduzir	2	8,2	16,4
Audiências públicas	Mesa, Plenário, Diretoria Legislativa	Inocorrência da realização da reunião da Mesa, conforme frequência disposta no artigo 33, §2º, do RI, para deliberar sobre os pedidos de Audiências Públicas (regulamentadas pelo Ato da Mesa nº 148/2024).	A Mesa não se reúne na frequência estabelecida no Regimento Interno.	Dificuldade e atrasos na liberação de matérias sob a responsabilidade desse colegiado.	8	7,7	61,6	Acompanhar e listar as matérias pendentes de deliberação da Mesa, apresentando-as ao Presidente semanalmente.	Reduzir	5	7,7	38,5
Orientação sobre direitos e garantias	Comissão de Defesa do Consumidor, dos Direitos Humanos e Cidadania e Coordenadoria de Defesa	Falta de estrutura adequada e legal	Falta de fiscalização não temos estrutura física, estrutural e legal adequadas.	Pode interferir na qualidade da prestação do serviço	1	1,8	1,8	Adequar estrutura para ser possível a fiscalização do órgão	Reduzir	1	1,8	1,8

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
	do Consumidor											
Registro de reclamações e denúncias	Coordenadoria de Defesa do Consumidor	Falta de estrutura	Falta de fiscalização não temos estrutura física, estrutural e legal adequadas.	Pode interferir na qualidade da prestação do serviço	2	1,2	2,4	Disponibilizar servidores aptos para exercer a função. De acordo com o regimento interno da ALRN	Reduzir	1	1,8	1,8
Apuração de consultas e denúncias	Coordenadoria de Defesa do Consumidor	Falta de estrutura	Falta de fiscalização não temos estrutura física, estrutural e legal adequadas.	Pode interferir na qualidade da prestação do serviço	2	1,2	2,4	Adequar estrutura para ser possível a fiscalização do órgão	Reduzir	1	1,6	1,6
Desenvolvimento de campanhas e programas educativos junto a consumidores e fornecedores	Coordenadoria de Defesa do Consumidor e Escola da Assembleia	Ausência de internet nas ações externas do Procon móvel	Não disponibilizado o uso da internet (wifi) para abertura de processo ou consultas	Pode interferir na qualidade da prestação do serviço	10	5,25	52,5	Adequar a estrutura para ser possível o uso da internet	Reduzir	10	3,75	37,5

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Fiscalização das relações de consumo	Coordenadoria de Defesa do Consumidor	Não realização de tais atividades	Não temos estrutura física, estrutural e legal adequadas.	Prejuízo para a qualidade do serviço prestado.	10	5,8	58,0	Regulamentação e estruturação do Procon para todas as fases que exige a fiscalização.	Reduzir	1	2,55	2,6
Mediação de conflitos entre participantes de relações de consumo	Coordenadoria de Defesa do Consumidor	Falta de estrutura adequada e legal.	Não temos estrutura física, estrutural e legal adequadas para fiscalização.	Prejuízo para a qualidade do serviço prestado.	1	2,2	2,2	Adequar estrutura para ser possível a fiscalização do órgão	Reduzir	1	1	1,0
Promoção de orientação jurídica	Diretoria de Políticas Complementares	Não conhecimento por parte da sociedade dos serviços prestados pelo setor	Ausência de divulgação/publicidade periódica	Poucos usuários atendidos	5	4,55	22,8	Planejamento para aquisição periódica do material para divulgação e desenvolvimento de outras espécies de publicidade.	Reduzir	2	3,75	7,5

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Promoção de orientação jurídica	Diretoria de Políticas Complementares	Falta dos equipamentos e de sistema de informática necessários para o adequado acompanhamento processual	1. Diversos equipamentos de informática que estão no setor são de tecnologia defasada e apresentam defeitos com frequência, bem como não há sistema para cadastro das atividades; 2. Ausência de equipamentos para realização de audiências online	Perda de prazos e prejuízos no acompanhamento processual	8	5,35	42,8	Planejamento para aquisição de novos computadores e equipamentos de informática, como também para a contratação de sistema ou a elaboração de sistema compatível com as demandas do setor.	Reduzir	2	2,4	4,8
Assessoramento jurídico acerca do Direito de Família, Direito Sucessório e questões relacionados a Registro Público.	Diretoria de Políticas Complementares	Orientação não adequada para a demanda do usuário	Ausência de capacitação periódica dos servidores, uma vez que os assuntos jurídicos pertinentes ao setor passam por mudanças	Insatisfação do usuário	5	4,75	23,8	Possibilitar a participação de 3 (três) servidores por semestre em cursos de capacitação e congressos	Reduzir	2	4,15	8,3

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
			e atualizações constantes									
Defesa da Mulher	Diretoria de Políticas Complementares	Falta de sala de atendimento individual, essencial para conciliação entre as partes e acolhimento das mulheres vítimas de violência doméstica	Ausência de estrutura física adequada para o desempenho das atividades	Prestação inadequada dos serviços	5	4,85	24,3	Execução dos projetos arquitetônicos e de contratação para a adequação da estrutura física da Procuradoria da Mulher	Reduzir	1	3,25	3,3
Prevenção e assistência à saúde	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Falta de insumo para realização de campanha para vacinação	Possível quebra na parceria com a Secretaria de Saúde Municipal/Estadual	Interrupção na realização da campanha	5	5,6	28,0	Formalizar a Parceria com os Órgãos competentes	Reduzir	8	3	24,0
Prevenção e assistência à saúde	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Falta de material gráfico para realização das campanhas preventivas	Atraso na entrega do material	Adiamento na data de realização da campanha	2	4,2	8,4	Planejamento prévio das campanhas e fiscalização na execução e entrega do material	Reduzir	2	3,15	6,3

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Prevenção e assistência à saúde	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Falta de insumo para atendimento em geral	Atraso na entrega do material solicitado	Interrupção no atendimento	5	6,2	31,0	Controle rígido do estoque existente no setor	Reduzir	8	1,85	14,8
Trabalhos sobre medicina preventiva e alternativa	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Falta de profissionais nesse campo de atuação	Aposentadoria de servidores	Interrupção no atendimento	5	5,8	29,0	Disponibilizar servidores o para viabilizar a presença do profissional habilitado.	Reduzir	5	4,95	24,8
Promoção de atividades culturais e musicais	Diretoria de Políticas Complementares	Falta de mais opções de espaços físicos para os ensaios do Coral da Assembleia	Eventos no espaço utilizado para o ensaio do Coral	Impossibilidade dos ensaios regulares	2	4,25	8,5	Liberação do auditório Cortez Pereira ou outro espaço adequado para os ensaios do Coral	Aceitar	2	4,25	8,5
Promoção de atividades itinerantes e de cunho social	Presidência e Diretoria de Políticas Complementares	Falta de parceria com os municípios contemplados pelo projeto "Assembleia e Você"	Falta de compromisso da gestão municipal em contribuir com a realização do	Compromete o andamento e sucesso do evento	8	3,2	25,6	Realizar reuniões para ajustar interesses entre a gestão do município contemplado pelo	Aceitar	8	3,2	25,6

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
			Projeto "Assembleia e Você"					Projeto "Assembleia e Você" e a ALRN.				
Promoção de atividades itinerantes e de cunho social	Presidência e Diretoria de Políticas Complementares	Falta de profissionais especializados	Ausência de profissionais médicos especializados para a realização do evento.	Interrupção no atendimento	8	5,9	47,2	Conclusão do processo de contratação de forma regular e periódica de acordo com a necessidade da gestão	Reduzir	1	5,6	5,6
Atendimento médico ambulatorial	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Falta de profissionais especializados	Ausência de profissionais médicos especializados na Casa Legislativa	Interrupção no atendimento	8	6,5	52,0	Conclusão do processo de contratação de forma regular e periódica de acordo com a necessidade da gestão	Reduzir	1	5,6	5,6
Atendimento médico ambulatorial	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Estrutura deficiente para realização dos atendimentos médicos	Locais inadequados, estrutura externa física deficitárias nos eventos externos	Interrupção no atendimento	2	2,75	5,5	Manutenção do controle que vem sendo executado	Aceitar	2	2,75	5,5
Tratamento odontológico radical, restaurador e preventivo	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Mal funcionamento de equipamentos, como equipos, cadeiras odontológicas, entre outros.	Uso inadequado e manutenção deficiente	Paralisação momentânea nos atendimento	2	4	8,0	Fiscalização rigorosa em relação as visitas do técnico	Reduzir	2	3,7	7,4

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Tratamento odontológico radical, restaurador e preventivo	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Falta de insumo para atendimento	Morosidade nos processos de compra	Restrição em alguns procedimentos específicos	2	4,9	9,8	Melhorar a logística no sistema de compras	Reduzir	1	5,5	5,5
Promoção de programas e campanhas preventivas de doença bucal	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Locais inadequados para realização da ação	Deficiência na estrutura física	Impossibilidade na realização da ação	5	5,1	25,5	Criar um protocolo a ser observado mais minuciosamente nas visitas técnicas	Reduzir	2	4,5	9,0
Promoção de programas e campanhas preventivas de doença bucal	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Equipamentos em mal estado de conservação	Falta de manutenção e local inadequado para armazenamento	Deficiência na qualidade do atendimento	5	4,8	24,0	Criar um protocolo para a devida manutenção do equipamento	Reduzir	2	1,75	3,5
Diagnóstico, orientação e terapias de habilitação e reabilitação fonoaudiológica	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Dificuldade de um atendimento dos dependentes que são muitas crianças e necessitam de material e espaço mais adequado.	Espaço físico limitado	Adaptação dos recursos para atendimentos, limitando o tipo de estímulo	8	4,65	37,2	Execução da reforma prevista	Reduzir	8	4,05	32,4

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Diagnóstico, orientação e terapias de habilitação e reabilitação fonoaudiológica	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Ambiente sem circulação de ar, tornando ambiente com riscos biológicos.	Não execução da reforma planejada	Adoecimento do servidor.	8	7,05	56,4	Execução da reforma prevista	Reduzir	8	4,05	32,4
Orientações nutricionais	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Espaço físico, sala dividida entre dois profissionais, tendo prejuízo no número de atendimentos.	Volume de servidores num mesmo turno de trabalho, tendo que dividir o espaço físico	Diminuição no número de atendimentos	8	3,3	26,4	Execução da reforma prevista	Reduzir	2	2,7	5,4
Orientações nutricionais	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Ambiente sem circulação de ar, tornando ambiente com riscos biológicos.	Não execução da reforma planejada	Adoecimento dos servidores	8	3,3	26,4	Execução da reforma prevista	Reduzir	2	2,7	5,4
Orientações nutricionais	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Falta de material tecnológico para um melhor atendimento	Vários pedidos não atendidos pela Diretoria de tecnologia por falta de equipamentos para substituição	Lentidão na entrega do material que precisa dos equipamentos	8	3,3	26,4	Execução da reforma prevista	Reduzir	2	2,7	5,4

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Realização de palestras educativas sobre saúde preventiva, orientação postural ergonomia e outros temas	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Limitação para que os movimentos laborais sejam executados	Espaço físico inadequado para uma melhor orientação ergonômica.	Dores físicas	8	3,3	26,4	Adaptação dos espaços físicos junto a engenharia e arquitetura	Reduzir	2	2,7	5,4
Realização de palestras educativas sobre saúde preventiva, orientação postural ergonomia e outros temas	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Falta de material laboral	Limitação de recursos na divisão para adquirir material laboral	Limitação de estímulos nos movimentos	2	2,7	5,4	Levantamento do material e suas especificações para utilização com os servidores	Aceitar	2	2,7	5,4
Realização de palestras educativas sobre saúde preventiva, orientação postural ergonomia e outros temas	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Não possibilidade de parar a execução de tarefas para o tempo de exercício laboral	Não adesão das chefias imediatas para que o servidor possa ter orientações adequadas para uma melhor saúde física	Doenças osteoarticulares	8	4,25	34,0	Orientação para chefias da importância da ginástica laboral para prevenção de doenças físicas	Reduzir	5	5,25	26,3
Elaboração de cartilhas educativas nas áreas de saúde e bem-estar	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Falta de material Gráfico para realização das campanhas.	Adiamento na data de realização da campanha	Atraso na entrega do material	2	4,2	8,4	Planejamento prévio das campanhas e fiscalização na execução e entrega do material	Reduzir	2	3,15	6,3

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos	Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)			
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)		Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto
Atendimento psicossocial às mulheres vítimas de violência	Procuradoria Especial da Mulher e Diretoria de Políticas Complementares	Desconhecimento do público-alvo	Falta de divulgação	Baixa procura no atendimento	5	4,65	23,3	Campanhas informativas, eventos institucionais	Reduzir	5	3,9	19,5
Atendimento psicossocial às mulheres vítimas de violência	Procuradoria Especial da Mulher e Diretoria de Políticas Complementares	Constrangimento na procura do atendimento devido a localização inadequada	Falta de estrutura física p/ atendimento	Baixo atendimento	8	4,95	39,6	Realização da mudança do local de acolhimento	Reduzir	2	4,25	8,5
Atendimento aos serviços jurídicos de apoio	Procuradoria Especial da Mulher e Diretoria de Políticas Complementares	Falta de parcerias com órgãos externos	Demora nas tratativas	Ausência de fundamentação jurídica para as representações	5	2,55	12,8	Conclusão da formalização de parcerias	Reduzir	2	2,55	5,1
Atendimento aos serviços jurídicos de apoio	Procuradoria Especial da Mulher e Diretoria de Políticas Complementares	Dificuldade de acesso da justiça	Lentidão processual	Morosidade nos processos	10	3,85	38,5	Realizar o monitoramento dos processos	Reduzir	2	2,45	4,9
Capacitação sobre os direitos das mulheres e questões de gênero	Procuradoria Especial da Mulher e Escola da Assembleia	Desconhecimento dos direitos	Falta de informação	Falta de garantia, autonomia e igualdade de gênero	8	3,45	27,6	Campanhas informativas e capacitação	Reduzir	5	3,1	15,5

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Capacitação sobre os direitos das mulheres e questões de gêneros	Procuradoria Especial da Mulher e Escola da Assembleia	Falta de comunicação que abrange a sociedade	Limitação de recurso financeiro	Falta de atingimento em diversos municípios	5	4,8	24,0	Fomentar campanhas de incentivo a participação feminina na política, aumentando a representatividade.	Reduzir	5	3,1	15,5
Interiorização da Procuradoria da Mulher nos municípios	Procuradoria Especial da Mulher, Diretoria-Geral e Diretoria Administrativa e Financeira	Não concretização de todas as ações de interiorização	Ano eleitoral e agenda política	Déficit de representação da mulher na política	8	4,8	38,4	Adiantamento/aceleração dos eventos voltados ao tema e Qualificar agentes sobre tema de desigualdade contra mulher e violência política de gênero	Reduzir	5	3,45	17,3
Interiorização da Procuradoria da Mulher nos municípios	Procuradoria Especial da Mulher, Diretoria-Geral e Diretoria Administrativa e Financeira	Ausência de capacitação	Limitação de recurso financeiro	Não letramento para agentes que atuam contra violência de gênero	8	4,8	38,4	Planejar oficinas de capacitação a mulheres que irão desenvolver os trabalhos específicos de implantação.	Reduzir	5	3,15	15,8
Capacitação dos municípios acerca dos direitos políticos das mulheres	Procuradoria Especial da Mulher, Escola da Assembleia, Diretoria-Geral e Diretoria Administrativa e Financeira	Capacitação deficiente	Limitação de recurso financeiro	Deficiência participativa da mulher na política	5	4,8	24,0	Fomentar eventos, treinamentos e campanhas de incentivo a participação feminina na política, aumentando a representatividade.	Reduzir	2	2,85	5,7

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Capacitação dos municípios acerca dos direitos políticos das mulheres	Procuradoria Especial da Mulher, Escola da Assembleia, Diretoria-Geral e Diretoria Administrativa e Financeira	Desconhecimento dos direitos por parte do público-alvo.	Falta de treinamento e deficiência na comunicação	Deficiência participativa da mulher na política	8	4,8	38,4	Fomentar eventos, treinamentos e campanhas de incentivo a participação feminina na política, aumentando a representatividade.	Reduzir	2	2,85	5,7
Elaboração de cartilhas educativas nas áreas de cidadania e educação política	Diretoria de Políticas Complementares	Ausência de licitação para material gráfico	Não ser provocado/solicitado aos setores competentes a abertura de processo licitatório	Impossibilidade de impressão das cartilhas	1	2,15	2,2	Manter as provocações periódicas para a aberto de processo licitatório	Aceitar	1	2,15	2,2
Elaboração de cartilhas educativas nas áreas de cidadania e educação política	Diretoria de Políticas Complementares	Inexistência de contratos vigentes com empresas aptas a desenvolverem cartilhas	Caso não haja processo administrativo para a contratação da empresa	Inviabiliza a produção das cartilhas	2	6,25	12,5	Solicitar, acompanhar e manter contratos vigentes com empresas que atuam com elaboração de cartilhas	Aceitar	2	6,25	12,5
Elaboração de cartilhas educativas nas áreas de cidadania e educação política	Diretoria de Políticas Complementares	Ausência de servidores na divisão com habilidades técnicas para diagramação e elaboração de cartilhas	Dificuldade de contratação de servidores com especificidades técnicas para a área de comunicação	Dificulta a elaboração das cartilhas	5	5,45	27,3	Requisitar servidores com qualificação técnica para elaboração de cartilhas	Reduzir	2	1,95	3,9

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Realização de palestras e oficinas em escolas públicas	Diretoria de Políticas Complementares	Inexistência de um plano de ação anual para todas as atividades da Divisão de Projetos Culturais e Socioculturais	Não haver um calendário anual com as datas das possíveis ações de cidadania	Impede que a divisão inclua as palestras e oficinas em escolas na programação dos eventos, já que a prioridade são as edições itinerantes do "Assembleia e Você"	8	7,1	56,8	Elaboração de um calendário anual das atividades da Divisão de Projetos Culturais e Socioculturais, especificando as prováveis datas para realização do evento "Assembleia e Você"	Reduzir	2	2	4,0
Realização de palestras e oficinas em escolas públicas	Diretoria de Políticas Complementares	Intervenção não ser autorizada pela secretaria de educação do Estado ou Municípios	Interferências políticas; calendário letivo sem disponibilidade para receber as palestras e oficinas	Torna impraticável a realização das palestras e oficinas	2	7	14,0	Interface entre os poderes para manifestação de valorização das palestras	Reduzir	2	1,7	3,4
Realização de palestras e oficinas em escolas públicas	Diretoria de Políticas Complementares	Falta de dotação orçamentária	Não existir um planejamento financeiro e verbas destinadas à realização da atividade	Inviabiliza a realização de intervenções em escolas públicas	5	7	35,0	Elaboração de um planejamento financeiro anual que considere as despesas da atividade	Reduzir	2	1,35	2,7

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Realização de parcerias com outras instituições para promoção de ações de cidadania	Diretoria de Políticas Complementares	Divergência de interesses entre as partes	Pode estar relacionado a datas, prazos, processos e custos das partes.	O contrato não ser firmado por falta de um comum acordo entre as partes	2	5,6	11,2	Ajustes de interesses	Aceitar	2	5,6	11,2
Realização de parcerias com outras instituições para promoção de ações de cidadania	Diretoria de Políticas Complementares	Impasses burocráticos na elaboração de contratos ou convênios	Análise do setor jurídico	Embargar o processo de realização da parceria.	2	5,6	11,2	Estabelecer termos contratuais dentro das normas das instituições parceiras	Aceitar	2	5,6	11,2
Promoção de conferências, seminários, ciclos de debates nas áreas de economia, política, educação, saúde, meio-ambiente e outros temas	Diretoria de Políticas Complementares	Falta de um planejamento que abranja as vivências para a Promoção de conferências, seminários, ciclos de debates nas áreas de economia, política, educação, saúde, meio-ambiente e outros temas	A inexistência de um calendário das ações do "Assembleia e Você" limita e dificulta o planejamento de outros eventos sociais	Impossibilita a realização de conferências, seminários, ciclos de debates.	8	5,85	46,8	Estabelecer um planejamento que envolva atividades como conferências e seminários	Reduzir	5	4,15	20,8
Promoção de conferências, seminários, ciclos de debates nas	Diretoria de Políticas Complementares	Falta de material para atender as necessidades da Divisão de Programas	Falta de Planejamento para realizar as ações	Não realização dos eventos	8	4,75	38,0	Estabelecer a periodicidade dos eventos em concordância com a	Reduzir	8	3,15	25,2

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
áreas de economia, política, educação, saúde, meio-ambiente e outros temas		Complementares de Saúde e Bem-Estar						Diretoria Administrativa				
Promoção de conferências, seminários, ciclos de debates nas áreas de economia, política, educação, saúde, meio-ambiente e outros temas	Diretoria de Políticas Complementares	Impossibilidade de divulgação do material abordado no acervo do Memorial do Legislativo Potiguar	Falta de interesse das entidades educacionais.	A inviabilização de parceria na promoção da cultura política e histórica do Legislativo.	1	3,45	3,5	Mudança de sede, possibilidade de novas parcerias, inclusive com entidades educacionais.	Explorar	1	4,4	4,4
Exposições e mostras culturais sobre a história política da ALRN	Diretoria de Políticas Complementares	Ausência de incentivo da Assembleia para exposições culturais e históricas.	A impossibilidade de divulgar o trabalho do Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar para a sociedade especialmente as escolas do estado.	A dificuldade em atrair públicos distintos para acompanhar os trabalhos do Memorial e da Assembleia.	8	4,75	38,0	Estabelecer a periodicidade dos eventos em concordância com a Diretoria Administrativa	Reduzir	8	3,75	30,0

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Assessoramento jurídico	Procuradoria-Geral e Procuradoria Legislativa	Instabilidade e inadequações do sistema e-Legis.	Problemas operacionais de Tecnologia da Informação e de adequação ao Regimento Interno da ALRN.	Morosidade e inadequações na tramitação do processo legislativo.	8	4,65	37,2	Reuniões do setor com a Diretoria de Gestão Tecnológica, para aperfeiçoamento do sistema e-Legis.	Reduzir	1	2,55	2,6
Assessoramento jurídico	Procuradoria-Geral e Procuradoria Legislativa	Divulgação de informações secretas referentes a processos de concessão de títulos e honrarias.	Inobservância à determinação sobre a tramitação de caráter secreto para a concessão de títulos e honrarias (art. 197, §2º, do Regimento Interno da ALRN).	Publicização da tramitação dos processos de concessão de títulos e honrarias.	10	6	60,0	Adequação dos procedimentos ao art. 197, §2º, do Regimento Interno da ALRN.	Reduzir	1	4,65	4,7
Assessoramento jurídico	Procuradoria-Geral e Procuradoria Legislativa	Aposentadorias por força de determinação do TCE/RN.	Decisão do TCE/RN, com prazo estabelecido.	Desfalque abrupto na equipe de trabalho.	10	5,15	51,5	Lotação de novos servidores para substituição.	Melhorar	1	1,85	1,9

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Assessoramento jurídico	Procuradoria-Geral e Procuradoria Legislativa	Insuficiência de informações no banco de dados	Falha no acervo físico e digital	Parecer limitado	2	3,95	7,9	A implementação da transparência de forma ampla	Reduzir	1	3,95	4,0
Assessoramento jurídico	Procuradoria-Geral e Procuradoria Legislativa	Precariedade do acervo bibliográfico	1. Ausência de acervo bibliográfico físico ou eletrônico à disposição dos servidores; 2. Ausência de assinatura de periódicos (doutrina, pesquisa acadêmica e jurisprudência) à disposição dos servidores; 3. Necessidade de acompanhamento de decisões e precedentes das Cortes de Contas.	1. Dificuldade na pesquisa e desenvolvimento de peças; 2. Atraso nas entregas de trabalhos; 3. Dificuldade em abalizar os fundamentos jurídicos no entendimento mais atualizado; 4. Servidores tendo que arcar com material de pesquisa às próprias expensas.	2	2,25	4,5	Adquirir acervo e assinar periódicos	Reduzir	2	1,25	2,5

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Assessoramento jurídico	Procuradoria-Geral e Procuradoria Legislativa	Pecariedade do controle das licenças e afastamentos médicos e para tratar de interesses particulares	Ausência de um sistema para cadastro/acompanhamento de licenças e afastamentos	1. Atraso na concessão de licenças; 2. Licenças concedidas de forma equivocada; 3. Descontrole sobre datas de afastamentos e retornos; 4. Descontrole no pagamento de remunerações (auxílios e descontos); 5. Pagamentos/descontos equivocados; 6. Falta de controle dos afastamentos médicos	5	3,15	15,8	1. Implementar sistema eletrônico de controle de licenças/afastamentos; 2. Elaborar manual de padronização de procedimentos; 3. Atualização da legislação, treinamento e capacitação da Junta Médica da ALRN	Reduzir	5	2,8	14,0

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Assessoramento jurídico	Procuradoria-Geral e Procuradoria Legislativa	Ausência de proteção de dados de servidores	1. Inexistência de aplicação da política de proteção de dados na ALRN; 2. Necessidade de normatização sobre dados à luz da Lei n.º 13.709/2018 (LGPD) (dados pessoais, sensíveis, públicos e anonimizados)	1. Publicação de dados sensíveis sobre doenças dos servidores; 2. Acesso a dados sensíveis de servidores e agentes políticos por pessoas não autorizadas; 3. Necessidade de decretação de sigilo, quando necessário, em processos disciplinares ou que possuam dados sensíveis	5	5,1	25,5	Implementar política de proteção de dados	Melhorar	5	2,6	13,0

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Consultoria Jurídica	Procuradoria-Geral e Procuradoria Legislativa	Ausência de implementação da padronização de tramitação processual e do fluxo processual	1. Protocolo sem indicação precisa do objeto, interessado e assunto; 2. Protocolo sem indicação de existência de prazo (peremptório ou não); 3. Protocolo sem indicação de prioridade processual (idoso ou enfermidade).	1. Necessidade de Diligências sobre contagem de prazos e prioridades processuais; 2. Espera de documentos necessários para instrução processual; 3. Processos acumulados sem resolução de mérito	8	4,35	34,8	1. Orientar setores de protocolo e gestão de pessoas para devida instrução processual, com manualização sobre as demandas e aplicação do fluxo processual já existente; 2. Realização de cursos e treinamentos	Melhorar	5	2,6	13,0
Consultoria Jurídica	Procuradoria-Geral e Procuradoria Legislativa	Ausência de uma Contadoria para assessoria em cálculos complexos	1. Ausência de sistema de elaboração de cálculos de verbas indenizatórias; 2. Ausência de sistema de elaboração de cálculos previdenciários; 3. Ausência de sistema de	1. Erros nos cálculos de verbas e vantagens; 2. Erros em implantações em demandas judiciais; 3. Erros em cálculos previdenciários	5	3,15	15,8	1. Desenvolvimento de sistema de cálculos de vantagens e verbas indenizatórias; 2. Desenvolvimento de sistema de elaboração de cálculos previdenciários (média aritmética)	Reduzir	1	2,8	2,8

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
			elaboração de cálculos de vantagens que fazem jus os servidores.									
Consultoria Jurídica	Procuradoria-Geral e Procuradoria Legislativa	Ausência de integração de sistemas de processo administrativo e e-Legis	1. Utilização de dois sistemas para controle de processos administrativos (LegisPad e SisPub); 2. Ausência de integração do sistema de processos administrativos e o e-Legis; 3. Ausência de indicadores no sistema Legispad de prazos peremptórios (judiciais ou extrajudiciais), não peremptórios e prioridades processuais	1. Dificuldade de análise de processos; 2. Demora na apreciação dos processos pela Mesa.	8	3,15	25,2	1. Unificação de sistemas; 2. Integração do sistema de processos administrativos e o e-Legis; 3. Fixação de indicadores no sistema Legispad de prazos peremptórios (judiciais ou extrajudiciais), não peremptórios e prioridades processuais (idosos e enfermidade) através de etiquetas e relógio virtual	Melhorar	1	2,6	2,6

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
			(índios e enfermidade)									
Consultoria Jurídica	Procuradoria-Geral e Procuradoria Legislativa	Ausência de maior fiscalização e controle externo a ser exercido pela ALRN.	Menor atenção institucional à consecução da atividade-fim de Controle Externo (art. 55, § 2º, da Resolução ALRN nº 90/2017).	Menor exercício da função fiscalizatória das contas, finanças, orçamento, operações e patrimônios, e da função de controle dos atos de gestão administrativa do Poder Executivo.	8	7,9	63,2	Implantação do setor e consecução das atividades de controle externo.	Melhorar	2	6,3	12,6
Consultoria Jurídica	Procuradoria-Geral e Procuradoria Legislativa	Insuficiência de informações no banco de dados	Falha no acervo físico e digital	Parecer limitado	2	3,95	7,9	A implementação da transparência de forma ampla	Reduzir	1	3,95	4,0

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Instalação de legislaturas	Diretoria Legislativa	Risco de utilização inadequada do sistema e-Legis pelos novos Deputados e Assessores.	Primeiro contato das novas equipes parlamentares com os processos e protocolos da Casa.	Envio de demandas ou utilização de modelos documentais equivocados pelo sistema e-Legis.	8	2,35	18,8	Revisar, atualizar e inserir no sistema modelos de documentos para solicitação padronizada de cada demanda; realizar treinamentos com os Gabinetes sempre que observada a necessidade ou solicitado; realizar curso de formação no início de cada Legislatura; elaborar, caso necessário, o Manual de Prática Legislativa para os Gabinetes Parlamentares e demais setores relacionados à atividade legislativa, contendo fluxos, procedimentos e modelos de documentos legislativos.	Aceitar	1	1,6	1,6

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Apoio à execução das atividades parlamentares	Diretoria Legislativa	Elevada quantidade de projetos aguardando a deliberação do Plenário.	Ausência de apreciação por falta de quórum deliberativo; escolha de outras matérias para pautar na oportunidade; inexistência de limite de tempo regimental para pautar proposições em tramitação ordinária.	Acúmulo de projetos que não foram pautados e que não podem ser arquivados por já terem passado por análise de Comissão Permanente; risco iminente de sobrestamento da pauta.	10	7,4	74,0	Desenvolver o projeto "Transparência em Números" que exibirá o quantitativo de proposições existentes nas seguintes situações: total de Processos Legislativos em tramitação na ALRN; número de Processos Legislativos em processamento na Diretoria Legislativa; número de Processos Legislativos em tramitação nas Comissões; número de Processos Legislativos aguardando inclusão em pauta; e número de Processos Legislativos aguardando sanção/veto do Poder Executivo. Desenvolver notificação no sistema e-Legis, para cada Gabinete proponente,	Reduzir	5	3,9	19,5

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
								vinculada à situação processual "aguardando inclusão em pauta" ou "aguardando inclusão em pauta de sessão secreta".				
Supervisão das agendas, atas e pautas das reuniões	Coordenadoria de Suporte Legislativo	Ausência de padronização formalizada para elaboração das atas das sessões plenárias.	Inexistência de regulamentação quanto ao assunto.	Elaboração das atas sem critério formalizado.	8	1,8	14,4	Regulamentar o procedimento de elaboração das atas das sessões plenárias da ALRN.	Aceitar	1	1,25	1,3
Acompanhamento de diligências	Coordenadoria de Suporte Legislativo	Entraves no acompanhamento das necessidades setoriais.	Ausência de reuniões setoriais regulares que atualizem os servidores sobre novas decisões na Diretoria Legislativa e permitam, também, o registro e acompanhamento dos encaminhamentos.	Falha no retorno das solicitações realizadas; perda de informações; atraso e esquecimento na concretização de ideias e planos.	8	3,2	25,6	Realização de reuniões setoriais regulares que atualizem os servidores sobre novas decisões na Diretoria Legislativa e permitam, também, o registro e acompanhamento dos encaminhamentos resultantes desses encontros.	Aceitar	2	1,7	3,4

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Consultoria Legislativa	Coordenadoria de Consultoria Legislativa	Produção legislativa de baixa qualidade.	Ausência de cargo ou função de Consultor Legislativo na instituição. Ausência de consultas/pesquisas públicas.	A instituição tem dificuldades para avançar quanto à qualidade das matérias legislativas.	10	5,6	56,0	Estruturar a Consultoria (sugere-se aproximadamente 3 profissionais). Desenvolver consultas/pesquisas públicas com a população.	Reduzir	2	2,15	4,3
Análise de Projeto de Lei	Coordenadoria de Suporte Legislativo	Limitação da análise da existência de matéria análoga à proposição.	Imprecisão do sistema para pesquisar sobre a existência de matéria análoga à proposição.	Emissão equivocada de "Certidão de Inexistência de Matéria Análoga em Tramitação". Publicação de normativas com conteúdo idêntico ou semelhante a outra já em vigor; existência de duas ou mais legislações em vigor tratando da mesma	8	6,8	54,4	Desenvolvimento de ferramenta que utilize da inteligência artificial sempre que realizada a busca por expressões para identificar a existência de matéria análoga no sistema e-Legis.	Reduzir	1	3,35	3,4

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
				matéria; processo legislativo impraticável; procedimento legislativo ineficiente.								
Análise de projetos de resolução	Coordenadoria de Suporte Legislativo	Limitação da análise da existência de matéria análoga à proposição.	Imprecisão do sistema para pesquisar sobre a existência de matéria análoga à proposição.	Emissão equivocada de "Certidão de Inexistência de Matéria Análoga em Tramitação". Publicação de normativas com conteúdo idêntico ou semelhante a outra já em vigor; existência de duas ou mais legislações em vigor tratando da mesma matéria; processo legislativo impraticável; proce-	8	6,8	54,4	Desenvolvimento de ferramenta que utilize da inteligência artificial sempre que realizada a busca por expressões para identificar a existência de matéria análoga no sistema e-Legis.	Reduzir	1	3,35	3,4

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
				dimento legislativo ineficiente.								
Análise de projetos de decretos legislativos	Coordenadoria de Suporte Legislativo	Limitação da análise da existência de matéria análoga à proposição.	Imprecisão do sistema para pesquisar sobre a existência de matéria análoga à proposição.	Emissão equivocada de "Certidão de Inexistência de Matéria Análoga em Tramitação". Publicação de normativas com conteúdo idêntico ou semelhante a outra já em vigor; existência de duas ou mais legislações em vigor tratando da mesma matéria; processo legislativo impraticável; procedimento legislativo ineficiente.	8	6,8	54,4	Desenvolvimento de ferramenta que utilize da inteligência artificial sempre que realizada a busca por expressões para identificar a existência de matéria análoga no sistema e-Legis.	Reduzir	1	3,35	3,4

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Análise de proposta de emenda à constituição	Coordenadoria de Suporte Legislativo	Limitação da análise da existência de matéria análoga à proposição.	Imprecisão do sistema e-Legis para pesquisar sobre a existência de matéria análoga à proposição.	Emissão equivocada de "Certidão de Inexistência de Matéria Análoga em Tramitação". Publicação de normativas com conteúdo idêntico ou semelhante a outra já em vigor; existência de duas ou mais legislações em vigor tratando da mesma matéria; processo legislativo impraticável; procedimento legislativo ineficiente.	8	6,8	54,4	Desenvolvimento de ferramenta que utilize da inteligência artificial sempre que realizada a busca por expressões para identificar a existência de matéria análoga no sistema e-Legis.	Reduzir	1	3,35	3,4

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Impulsão das proposições	Coordenadoria de Suporte Legislativo	Ausência de regularidade na revisão dos modelos e fluxos de documentos no e-Legis.	Ausência de revisão contínua desses procedimentos.	Existência de modelos desatualizados e fluxos processuais inadequados.	8	2,45	19,6	Destacar GT para revisar os modelos de despachos e fluxos de tramitação processual em todas as subunidades da Diretoria Legislativa.	Reduzir	1	2,05	2,1
Processamento e publicação de proposições	Coordenadoria de Consultoria Legislativa	Ausência de compilação, consolidação e publicização, por meio do <i>site</i> Leis Estaduais, das Resoluções e Decretos Legislativos produzidos por esta Casa Legislativa.	O contrato vigente para tratamento dos atos oficiais apenas inclui Leis Ordinárias e Complementares.	Comprometimento/redução na transparência da produção legislativa.	10	5,7	57,0	Realizar aditivo contratual ou novo contrato para compilar, consolidar e publicar as Resoluções e Decretos Legislativos da Casa por meio do <i>site</i> Leis Estaduais.	Reduzir	1	4,4	4,4
Acompanhamento de planos e programas governamentais	Comissões Permanentes e Controladoria Interna e Procuradoria Legislativa	Não conformidade com a legislação vigente	Inadequação de recursos humanos ou financeiros.	Sanções políticas, legais ou administrativas.	2	4,85	9,7	Desenvolver e implementar um manual de procedimentos formais para a fiscalização.	Reduzir	1	4,85	4,9
Acompanhamento de planos e programas governamentais	Comissões Permanentes e Controladoria Interna e Procuradoria Legislativa	Falhas na execução e monitoramento de políticas.	Falta de transparência ou de informações adequadas	Impactos negativos no desenvolvimento social e econômico.	2	4,85	9,7	Treinamento regular para os servidores em práticas de fiscalização e uso de tecnologias de monitoramento.	Reduzir	1	4,85	4,9

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Acompanhamento de planos e programas governamentais	Comissões Permanentes e Controladoria Interna e Procuradoria Legislativa	Falhas na comunicação entre órgãos governamentais.	Resistência quanto ao fornecimento de informações interna ou externa à fiscalização.	Perda de confiança pública.	2	4,85	9,7	Implementação de sistemas integrados de monitoramento regular para garantir a aderência às normas vigentes.	Reduzir	1	4,85	4,9
Análise de proposta de fiscalização e controle	Comissões Permanentes e Procuradoria Legislativa	Dificuldade de estabelecer proposta antecipada de fiscalização	Caráter político da atividade parlamentar; Demandas externas	Respostas imediatistas e sob demanda às situações que devem ser fiscalizadas	10	3,65	36,5	Reunir os principais interessados na política pública para ter participação na atividade parlamentar	Aceitar	10	3,65	36,5
Organização de concursos públicos	Diretoria de Gestão de Pessoas	Déficit no quadro de servidores efetivos	Em decorrência das solicitações contínuas de aposentadoria pelos servidores que já possuem critérios para tal.	Pode haver precariedade na prestação dos serviços	8	9,4	75,2	Disponibilização de servidores para provimento de cargos vagos	Reduzir	1	6,8	6,8

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Execução e acompanhamento de processos seletivos para ocupação de cargos e funções	Diretoria de Gestão de Pessoas	Postergação na execução do concurso	Atraso no estudo do dimensionamento da força de trabalho da ALRN.	Atraso na viabilidade da realização do certame.	5	6,5	32,5	Promover estudos à cerca das áreas críticas para sucessão dos servidores efetivos.	Reduzir	1	1	1,0
Admissão de pessoal	Mesa e Diretoria de Gestão de Pessoas	Nomeação para vaga indisponível	Possível falha no controle de quantitativo de cargos (em comissão) disponíveis	Nomeação indevida	1	3,1	3,1	Atualização no sistema de controle de nomeação para mitigar possíveis falhas.	Reduzir	1	1	1,0
Nomeação e exoneração de servidores	Mesa e Diretoria de Gestão de Pessoas	Exoneração indevida	Recebimento de memorando com informações insuficientes	Liberação de vagas indevidas	1	3,1	3,1	Desenvolver módulo no sistema para controle dos memorando recebidos solicitando nomeação e exoneração	Reduzir	1	1,2	1,2
Alocação de pessoas conforme perfis de competências e necessidades institucionais	Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria Administrativa e Financeira	Alocação em setor incompatível com as competências do servidor	Impossibilidade de gerenciamento por competências por parte da Diretoria de Gestão de Pessoas	Inadequação da estrutura das estações de trabalho em face do quantitativo de servidores.	5	5,6	28,0	Estudo e definições da competências	Reduzir	1	1	1,0

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Manutenção de registros funcionais, cadastrais e financeiros de deputados e servidores	Diretoria de Gestão de Pessoas	Problemas de cadastramento de informações	Erro humano no cadastramento	Os efeitos dependem da natureza das informações cadastradas erroneamente, podendo variar desde a impossibilidade de contato com o servidor em caso de necessidade até a não atualização, por exemplo, endereço do servidor.	5	3,8	19,0	Comparecimento dos servidores nomeados (e não dos chefes de gabinete) junto à Diretoria de Gestão de Pessoas com a documentação completa para a nomeação, sem a abertura de exceções para a apresentação posterior de documentos essenciais, nos moldes do que já acontece quando se trata dos servidores convocados por concurso público.	Reduzir	2	1	2,0
Emissão de certidões, atestados e declarações da vida funcional	Diretoria de Gestão de Pessoas	Inconsistências na emissão de certidões, atestados e declarações da vida funcional	Emissão de certidões manualmente, o que pode prejudicar na confiabilidade dessas informações por erros de digitação	Emissão de certidões contendo informações erradas ou erro no processamento de informações recebidas de outros regimes.	2	2,5	5,0	Adequação de nossos sistemas para a emissão automática de certidões.	Reduzir	1	1	1,0

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Organização da legislação de pessoal	Diretoria de Gestão de Pessoas	Faltam sistemas que integrem e façam compilação das legislações de ordem de pessoal	Desconhecimento da legislação de pessoal por parte dos servidores e dificuldade em localizar de maneira ágil tais legislações	Desconhecimento da legislação de pessoal por parte dos servidores	5	3,95	19,8	Criação de um sistema para disponibilização para a consulta de atos e normas com ferramentas de buscas, com vocabulários controlados para garantir a entrega de resultados.	Reduzir	1	1	1,0
Averbação de tempo de serviço	Diretoria de Gestão de Pessoas	Erros na emissão de Certidão de Tempo de Contribuição ou no recebimento de CTC de outros regimes	Falta de informação de vínculos anteriores	Emissão de certidões contendo informações erradas ou erro no processamento de informações recebidas de outros regimes.	2	4,7	9,4	Adequação de nossos sistemas para que a averbação possa ocorrer de maneira mais automatizada, contemplando a emissão de relatórios e considerando a emissão de certidões automaticamente pelo sistema.	Reduzir	1	1,2	1,2
Manutenção da política de gestão de pessoas	Diretoria de Gestão de Pessoas	Ausência de sistema para algumas políticas	Dificuldades para elaborar indicadores atrelados ao Horizonte27.	Dificuldade de controle	5	4,55	22,8	Criar um módulo integrado das políticas de gestão de pessoas	Reduzir	1	1	1,0

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Avaliação de desempenho funcional	Diretoria de Gestão de Pessoas	Ausência de sistema de Avaliação de Desempenho	Não realização da Avaliação de Desempenho no período base de forma coletiva	Atrasos no cumprimento da avaliação	5	4,25	21,3	Sistemas de gerenciamento eletrônico cuja produtividade dos servidores fique registrada para fins de avaliação de desempenho.	Reduzir	1	1	1,0
Avaliação do desempenho por competências	Diretoria de Gestão de Pessoas	Ausência de definição na Resolução 090/2017 em relação a avaliação de desempenho por competência	Falta de definição das lacunas de competências por cargos e setor.	Não suprimento das lacunas reais de competência	5	4,6	23,0	Definir as competências por cargo efetivo, considerando suas atividades laborais	Compartilhar ou Transferir	2	1	2,0
Identificação de lacunas de competências	Diretoria de Gestão de Pessoas e Escola da Assembleia	Inviabilidade da prática de identificação de lacuna de competência	Falta de definição das lacunas de competências por cargos e setor.	Não suprimento das lacunas reais de competência	10	3,25	32,5	Definir as competências por cargo efetivo, considerando suas atividades laborais	Compartilhar ou Transferir	2	1	2,0

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Proposição de programas e ações de formação e aperfeiçoamento (com base em lacunas de competências)	Diretoria de Gestão de Pessoas e Escola da Assembleia	Inexistência de programas e ações direcionados aos setores onde não tenham sido identificadas as lacunas de competência específicas, as quais os programas se dirigem	Inexistência de estudos confiáveis para identificação de lacunas de competência	Não suprimento das lacunas reais de competência	5	4,9	24,5	A definição de competências requer de um estudo aprofundado e alterações nas Resoluções n° 089/2017 e 090/2017.	Reduzir	1	1,85	1,9
Proposição de programas e ações de formação e aperfeiçoamento (com base em lacunas de competências)	Diretoria de Gestão de Pessoas e Escola da Assembleia	Fragilidade na implementação de uma gestão por competência	Subinvestimento em recursos humanos e materiais, planejamento financeiro inadequado ou falta de priorização dos programas de formação	Ações de capacitação não eficazes	8	4,35	34,8	Elaboração do Plano de Capacitação Anual	Reduzir	5	3,5	17,5
Desenvolvimento de competências (técnicas e comportamentais)	Escola da Assembleia	Implementação deficiente de programas de desenvolvimento de competências	Falta de análise detalhada das lacunas de competências, falta de comunicação entre departamentos ou uso de méto-	Insatisfação dos funcionários devido à percepção de que o treinamento oferecido não é relevante para suas funções	10	6,6	66,0	Elaboração do inventário de competência da ALRN	Reduzir	8	5,4	43,2

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
			dos de avaliação inadequados	ou metas de carreira								
Supervisão das ações de treinamento e desenvolvimento	Diretoria de Gestão de Pessoas e Escola da Assembleia	Supervisão ineficaz	Falha no monitoramento por falta de sistema específico, em virtude de ser feito manualmente.	Dependência maior da avaliação dos alunos em cada um dos cursos oferecidos pela escola	8	4,6	36,8	Organização de equipe pedagógica devidamente qualificada voltada para a supervisão de treinamentos com base nos objetivos de suprimento das lacunas de competências devidamente identificadas para avaliar, pelo menos, a correspondência entre as ementas dos cursos e as necessidades de treinamento	Compartilhar ou Transferir	1	1,15	1,2
Supervisão das ações de treinamento e desenvolvimento	Diretoria de Gestão de Pessoas e Escola da Assembleia	Falta de avaliação e acompanhamento pós-treinamento para medir o impacto e a eficácia dos programas de desenvolvimento	Falta de conhecimento sobre metodologias de avaliação ou falta de priorização da análise de resultados	Incapacidade de medir o retorno sobre o investimento em treinamento devido à falta de dados e análises	8	4,55	36,4	Propor a criação de comissão própria de avaliação dos treinamentos, com participação de servidores da Diretoria de Gestão de Pessoas, da Escola da Assembleia e Diretoria	Reduzir	5	3,6	18,0

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
				sobre o impacto dos programas.				Administrativa e Financeira.				
Levantamento de substituições, progressões e outras formas de movimentação	Diretoria de Gestão de Pessoas	Impossibilidade de realização do levantamento	Inadequação dos sistemas de gerenciamento eletrônico para tanto	Não realização das atividades a contento	5	3,75	18,8	Com a instituição do processo eletrônico juntamente com a melhoria do atual sistema de gerenciamento eletrônico, é possível: ganhar tempo, acelerando o trâmite desses processos; garantir o registro dessas informações com maior exatidão no sistema, melhorando a confiabilidade dessas informações; bem como, gerar relatórios contendo essas informações para proporcionar uma visão macro desses processos e oferecer prontamente à gestão essas informações para subsidiar as tomadas de	Reduzir	2	1,2	2,4

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
								decisão no que digam respeito à continuidade de nossas atividades em face dessas movimentações.				
Alocação de pessoas conforme perfis de competências e necessidades institucionais	Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria Administrativa e Financeira	Falta ou Mapeamento inadequado de competências dos postos de trabalho	Atividade de mapeamento não é priorizada pela gestão.	Alocação inadequada de pessoal; Baixa produtividade; Insatisfação com o trabalho; Aumenta da rotatividade.	8	4,25	34,0	Definir dimensionamento da força de trabalho setorial e matriz de competências recomendadas para gestores e demais cargos	Reduzir	1	2,9	2,9
Remoção de servidores	Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria Administrativa e Financeira	Não há unidades administrativas diversas para que haja tal subprocesso	A sede e os anexos são localizados na capital do Estado do Rio Grande do Norte	Não ocorrer o risco	1	1	1,0	Por não haver remoção, não como definir uma proposta	Aceitar	1	1	1,0
Remoção de servidores	Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria Administrativa e Financeira	Remoção de servidores sem adoção de critérios objetivos	Ausência ou mapeamento inadequado de competências	1. Possível sobrecarga de trabalho do setor de origem; 2. Possível folga de trabalho do setor de destino;	10	3,55	35,5	Definir processo para mobilidade horizontal	Reduzir	2	2,9	5,8

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
				3. Insatisfação de pessoal.								
Remoção de servidores	Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria Administrativa e Financeira	Desbalanceamento da carga de trabalho entre os setores	Remoção inadequada de servidores	1. Possível sobrecarga de trabalho do setor de origem; 2. Possível folga de trabalho do setor de destino; 3. Insatisfação de pessoal.	8	3,55	28,4	Definir processo para mobilidade horizontal	Reduzir	2	2,9	5,8
Evolução funcional	Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria Administrativa e Financeira	Não requerimento por parte do servidor	Pode acontecer do servidor não estar atento às datas base para requerer sua progressão	Não recebimento do benefício	5	2,8	14,0	O servidor pode ser lembrado por notificação no portal do servidor e ser incentivado a realizar cursos no período correto para obter sua evolução funcional.	Compartilhar ou Transferir	1	1,35	1,4
Gestão da concessão de adicional de qualificação	Diretoria de Gestão de Pessoas	Não solicitação do adicional por parte do servidor.	Pode acontecer do servidor não se sentir motivado para buscar qualificação profissional	Comprometimento das competências de parte do corpo de trabalho em decorrência de	5	5,25	26,3	Melhorar o planejamento de oferta de cursos junto à Escola e promover ações motivacionais nesse sentido.	Compartilhar ou Transferir	2	1,45	2,9

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
				desinteresse ou inaptidão								
Coordenação e controle de frequências e afastamentos eventuais	Diretoria de Gestão de Pessoas	Falha no recebimento das informações	Controle insuficiente no sistema de afastamentos.	A possibilidade de falha no registro da frequência de alguns servidores da casa.	5	2,7	13,5	Criar um aba no sistema de frequência para controle de afastamentos.	Reduzir	1	2,05	2,1
Estabelecer procedimentos de enquadramento no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos	Mesa e Diretoria de Gestão de Pessoas	Realizar o enquadramento em desacordo com a legislação vigente	Erro humano na alimentação das informações ou na interpretação da legislação	Enquadramento indevido	5	2,6	13,0	Embasar o enquadramento com pareceres e análises técnicas	Compartilhar ou Transferir	2	2	4,0
Desenvolvimento e progressão funcional de servidores	Mesa e Diretoria de Gestão de Pessoas	Controle dos períodos bases inadequado	Pode acontecer do servidor não estar atento às datas base para requerer sua progressão	Atraso na progressão	2	3	6,0	O servidor pode ser lembrado por notificação no portal do servidor e ser incentivado a realizar cursos no período correto para obter sua progressão.	Compartilhar ou Transferir	2	2	4,0
Controle do quantitativo de cargos (de carreira e em comissão) e funções de confiança	Diretoria de Gestão de Pessoas	O sistema não ser alimentado corretamente	Lançamento indevido	Perda momentânea desse controle	1	1,8	1,8	Melhorias constantes no sistema	Compartilhar ou Transferir	1	1	1,0

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Desenvolvimento e manutenção de integração com os sistemas do e-Social	Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Não conseguir implementar as integrações entre os sistemas da ALRN e o e-social dentro dos prazos definidos.	1. Complexidade do Sistema do e-social, em si. Alteração de regras e de padrões de integração; 2. Dependência de terceiros para desenvolver algumas partes da integração; 3. Processo de gestão de pessoas em especial e da instituição, no geral, não estão adaptadas as necessidades impostas pelo e-social.	1. Não atender a demandas legais e regulamentares relacionadas ao uso do E-Social.	5	7,4	37,0	1. Contratação/Terceirização de solução que simplifica a integração com o e-social; 2. Priorização da demanda; 3. Revisão de estratégia com revisão da contratação de solução 1.	Aceitar	2	7,4	14,8
Desenvolvimento e manutenção de integração com os sistemas do e-Social	Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Perda de comunicação no envio dos dados de e-Social à Receita Federal	Mudança de empresa para outra devido exigência de licitação após um período longo de contratação.	Em caso de haver licitação periódicas, pode existir falha na Comunicação por parte	5	6,3	31,5	Sistemas de gerenciamento eletrônico aptos a desempenharem as demandas referentes ao E-social	Compartilhar ou Transferir	1	5,7	5,7

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
				de outras empresas que possam vir assumir/ganhar licitação.								
Desenvolvimento e manutenção de integração com os sistemas do e-Social	Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Não conseguir implementar as integrações entre os sistemas da ALRN e o e-social dentro dos prazos definidos.	1. Complexidade do Sistema do e-social, em si; 2. Alteração de regras e de padrões de integração; 2. Dependência de terceiros para desenvolver algumas partes da integração; 3. Processo de gestão de pessoas em especial e da instituição, no geral, não estão adaptadas as necessidades impostas pelo e-social.	1. Não atender a demandas legais e regulamentares relacionadas ao uso do E-Social.	5	7,4	37,0	1. Contratação/Terceirização de solução que simplifica a integração com o e-social; 2. Priorização da demanda; 3. Revisão de estratégia com revisão da contratação de solução 1.	Aceitar	2	7,4	14,8

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Recepção, consolidação e envio de informações ao Sistema e-Social	Diretoria de Gestão de Pessoas	Lançamentos no sistema de alguma informação inconsistente e disponibilizadas automaticamente	Informações não prestadas nos prazos definidos	Penas, multas e sanções em caso de descumprimento	5	5,8	29,0	Aprimorar continuamente a Gestão da informação por meio de sistemas de gerenciamento eletrônico	Reduzir	1	3,75	3,8
Promoção da qualidade, medicina e segurança do trabalho	Diretoria de Gestão de Pessoas, Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho e Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho	Não elaboração de Laudos Técnicos de Segurança no Trabalho, LTCAT, PGR e outros	Em nosso quadro funcional não tem cargos específicos da área de Saúde e Segurança do Trabalho, tais como: Técnico de Segurança do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Médico do Trabalho e Enfermeiro do Trabalho	A ALRN pode vir a ser notificada pelo ministério público do trabalho em caso de acidente de trabalho e não haver registrado a Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT; Multa para a ALRN por não ter documentado os riscos físicos, ergonômicos e/ou químicos; O servidor pode vir a ter sérias dificuldades	8	6,7	53,6	Elaboração de Laudos Técnicos pertinentes a área de Saúde e Segurança no Trabalho	Reduzir	2	5,1	10,2

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
				futuras em razão do acidente; Comprometimento do recebimento de auxílio por incapacidade temporária e licença para tratamento de saúde, dentre outras consequências.								
Promoção da qualidade, medicina e segurança do trabalho	Diretoria de Gestão de Pessoas, Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho e Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho	Ausência da comunicação de acidente de trabalho	Falha na comunicação de eventual acidente de trabalho, em razão da não identificação daquele pelo servidor acidentado, pela junta médica da Casa ou pela Coordenadoria de	A ALRN pode vir a ser notificada pela justiça em caso de acidente de trabalho e não haver registrado a CAT; Multa para a ALRN; O servidor pode vir a ter sérias dificuldades	5	4,85	24,3	Formalização de controles devidos referentes às comunicações de acidentes de trabalho	Reduzir	1	2,1	2,1

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
			Gestão de Pessoas.	futuras em razão do acidente; Comprometimento do recebimento de auxílio por incapacidade temporária ou licença para tratamento de saúde, respectivamente, pelo INSS ou IPERN.								
Promoção da qualidade, medicina e segurança do trabalho	Diretoria de Gestão de Pessoas, Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho e Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho	Risco ergonômico	Carência de estrutura física adequada, que contemple a totalidade dos servidores.	Pode interferir nas características psicofisiológicas do servidor, causando desconforto ou afetando sua saúde, gerando doenças de trabalho e sequelas.	5	6,7	33,5	Disponibilização de profissionais engenheiros e técnicos em segurança do trabalho para possibilitar a formalização de controles devidos referentes ao tema da segurança no trabalho	Reduzir	1	2,75	2,8

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Mapeamento de risco à saúde	Diretoria de Gestão de Pessoas e Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho	Desconhecimento de situações de risco	Falta de fiscalização por profissionais técnicos na área.	Ocorrência de acidentes entre os servidores sem que haja, em contrapartida, o devido amparo ao servidor acidentado.	5	5,6	28,0	Disponibilização de profissionais engenheiros e técnicos em segurança do trabalho para possibilitar a formalização de controles devidos referentes ao tema da segurança no trabalho	Reduzir	1	3,5	3,5
Mapeamento de risco à saúde	Diretoria de Gestão de Pessoas e Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho	Não cumprimento das adequações sugeridas nos Laudos Técnicos de identificação de riscos no âmbito da ALRN	Ambientes de trabalho com riscos eminentes para acidente de trabalho	A ALRN pode vir a ser notificada pela justiça em caso de acidente de trabalho. Multas para ALRN pelo não cumprimento das adequações sugeridas nos Laudos Técnicos.	8	5,6	44,8	Realização do estudo técnicos dos riscos dos ambientes de trabalho	Reduzir	5	4,1	20,5

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Mapeamento de risco à saúde	Diretoria de Gestão de Pessoas e Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho	Desconhecimento de situações de risco a saúde	Falta de fiscalização por profissionais técnicos.	Ocorrência de acidentes entre os servidores sem que haja, em contrapartida, o devido amparo ao servidor acidentado.	5	5,6	28,0	Disponibilização de profissionais engenheiros e técnicos em segurança do trabalho para possibilitar a formalização de controles devidos referentes ao tema da segurança no trabalho ou contratação de empresa por meio de licitação para mapeamento dos riscos	Reduzir	2	3,15	6,3
Programa de ginástica laboral	Diretoria de Políticas Complementares	Não execução dos programas de ergonomia para saúde do trabalhador	Falta de calendário	Não melhoria na saúde corporal do servidor	2	1,7	3,4	Elaboração do calendário de ações	Aceitar	2	1,9	3,8
Cálculos e conferência da folha de pagamento	Coordenadoria de Remuneração e Benefícios	Quantidade de servidores insuficientes	Redução do quadro	Pagamento com margem de erro	10	2,75	27,5	Qualificar, através de treinamento, servidores para desenvolverem as atividades (7 no mínimo), atualmente.	Reduzir	8	2,75	22,0

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Cálculos e conferência da folha de pagamento	Coordenadoria de Remuneração e Benefícios	Inexistência de Sistema de Folha de Pagamento	Quantidade de servidores insuficiente	Pagamento equivocado e/ou indevido.	10	2,75	27,5	Qualificar, através de treinamento, servidores para desenvolverem as atividades (6 no mínimo), atualmente.	Reduzir	8	2,75	22,0
Processamento da folha de pagamento	Coordenadoria de Remuneração e Benefícios	Erro no pagamento de servidor	Lançamento equivocado de valores na folha de pagamento	Pagamento equivocado e reclamação do servidor	2	1,4	2,8	Conferência mais minuciosa	Aceitar	2	1,4	2,8
Acompanhamento e avaliação das despesas com pessoal	Coordenadoria de Remuneração e Benefícios	Descontrole dos gastos com pagamento de pessoal	Servidores de férias em mesmo período	valor excedente da folha de pagamento	2	2,75	5,5	Acompanhar mensalmente os dados informados no sistema	Aceitar	2	2,75	5,5
Informes de rendimentos	Coordenadoria de Remuneração e Benefícios	Não prestar as informações obrigatórias a RFB	Inexistência de um sistema de Folha de Pagamento	Punição de um órgão Federal à ALERN	2	2,65	5,3	manter o sistema em funcionamento e servidores aptos, através de treinamentos, para utilizá-lo.	Aceitar	2	2,65	5,3

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Informes de rendimentos	Coordenadoria de Remuneração e Benefícios	Não fornecer os comprovantes de rendimentos aos servidores.	Inexistência de um sistema de Folha de Pagamento	impossibilitar aos servidores declarar seu imposto de renda.	2	2,85	5,7	manter o sistema em funcionamento e servidores aptos, através de treinamentos, para utilizá-lo.	Aceitar	2	2,85	5,7
Estudo e controle da evolução dos custos com folha de pagamento	Coordenadoria de Remuneração e Benefícios	Ultrapassar limites já condicionados através de Leis	Insuficiência de dados no controle de gastos com pessoal	Não podendo haver reajustes e recomposições futuras a serem concedidas.	5	5,3	26,5	Amplos estudos para buscar manter o equilíbrio nas despesas com pessoal.	Aceitar	5	5,3	26,5
Pagamento de vantagem de assistência à saúde	Diretoria de Gestão de Pessoas	Não restituição ou pagamento desatualizado.	Controle automatizado no sistema; falta do requerimento por parte do servidor.	Não recebimento ou recebimento indevido; abertura de processos para ressarcimento; retrabalho.	5	5,5	27,5	Maior divulgação sobre as normas que regulamentam a vantagem.	Reduzir	1	1	1,0
Pagamento de férias	Diretoria de Gestão de Pessoas e Coordenadoria de Remuneração e Benefícios	A falta da inclusão do servidor no referido arquivo encaminhado	Não ter sido informado através de arquivo no Sistema de Folha de Pagamento	Não pagamento do 1/3 férias devido	2	2,35	4,7	Controle na alimentação do sistema, pelos chefes.	Aceitar	2	2,35	4,7

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Pagamento de férias	Diretoria de Gestão de Pessoas e Coordenadoria de Remuneração e Benefícios	Cadastramento indevido de pagamentos referentes a períodos aquisitivos posteriores, em desrespeito à ordem cronológica.	Inaptidão do sistema para o cálculo acerca da ordem cronológica dos registros referentes ao pagamento de férias.	Surgimento de processos referentes a pagamentos de exercícios anteriores; atraso no recebimento do 1/3 constitucional de férias.	5	4,75	23,8	Atualização do sistema e-legis para possibilitar o controle dos períodos aquisitivos e concessivos de férias.	Reduzir	1	2,6	2,6
Promoção dos benefícios previdenciários	Diretoria de Gestão de Pessoas e Coordenadoria de Remuneração e Benefícios	Não recolhimento para a Previdência Social	Não comunicação do tipo de previdência a qual o servidor estaria vinculado.	Impedimento de gozar de benefícios previdenciários.	2	1	2,0	No Ato da nomeação o servidor deve informar obrigatoriamente qual o tipo de previdência será descontado.	Reduzir	1	1	1,0
Emissão de certidões de tempo de contribuição previdenciária	Diretoria de Gestão de Pessoas	Erros na emissão de CTC ou no recebimento de CTC de outros regimes	Falta de informações funcionais de períodos mais antigos	Emissão de certidões contendo informações erradas ou erro no processamento de informações recebidas de outros regimes.	5	5,35	26,8	Adequação de nossos sistemas para que a certidão possa ser emitida de maneira mais automatizada, contemplando a emissão de relatórios pelo sistema.	Compartilhar ou Transferir	1	1	1,0

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos	Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)			
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)		Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto
Elaboração de relatórios de benefícios previdenciários	Coordenadoria de Remuneração e Benefícios	Insuficiência de informações quanto as Contribuições Previdenciárias	Inexistência de dados para a elaboração da GFIP	Falta da Comprovação do desconto previdenciário	1	1,55	1,6	Controle no cadastro quanto a informação do PIS PASEP comprovando seu credenciamento junto ao INSS ou ao Poder Executivo.	Reduzir	1	1	1,0
Encaminhamento de auxílio de assistência à saúde	Procuradoria Previdenciária, Diretoria de Gestão de Pessoas e Coordenadoria de Remuneração e Benefícios	O recebimento do benefício previdenciário de auxílio-doença pode ser prejudicado caso a AL não tenha prestado as informações referentes aos salários de contribuição ao INSS ou ao IPERN	Gestão inadequada das informações previdenciárias	A depender do regime previdenciário, o instituto pode necessitar realizar acertos de vínculos, exigindo a comprovação por parte do segurado dos salários de contribuição.	2	5,65	11,3	Atualizações em nossos processos para garantir o repasse de informações previdenciárias ao INSS e ao IPERN	Reduzir	2	2,35	4,7
Encaminhamento de auxílio de assistência à saúde	Procuradoria Previdenciária, Diretoria de Gestão de Pessoas e Coordenadoria de Remuneração e Benefícios	Legislação estadual desatualizada	Emenda à Constituição Federal trouxe novo rol de benefícios previdenciários	Concessão de benefícios de forma inadequada	10	6,1	61,0	Lei Estadual e regulamentação interna	Reduzir	1	6,05	6,1

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Encaminhamento de auxílio de assistência à saúde	Procuradoria Previdenciária, Diretoria de Gestão de Pessoas e Coordenadoria de Remuneração e Benefícios	Fluxograma desatualizado com relação ao LegisPAD	novas rotinas processuais estabelecidas com o LegisPAD	ausência de padronização de condutas processuais pelos setores e servidores	5	3	15,0	regulamentação interna - atualização do fluxograma de processos	Reduzir	2	2,65	5,3
Encaminhamento de auxílio de assistência à saúde	Procuradoria Previdenciária, Diretoria de Gestão de Pessoas e Coordenadoria de Remuneração e Benefícios	Não comprovação do pagamento pelo servidor	Não cadastramento no portal do servidor.	Não ressarcimento do benefício	10	2,3	23,0	Manter a exigência da inclusão da documentação de comprovação de pagamento no Sistema - (Portal do Servidor).	Aceitar	10	2,3	23,0
Compensação previdenciária	Coordenadoria de Remuneração e Benefícios	Falta de compensação junto aos Institutos de previdência	Morosidade dos processos na solicitação dos benefícios previdenciários.	Déficit e Perdas para o erário da ALERN.	5	4,6	23,0	Aperfeiçoar o sistema para dar celeridade ao processo.	Reduzir	1	2,35	2,4
Concessão de aposentadoria	Coordenadoria de Remuneração e Benefícios	Falta da publicação do Ato Aposentador	O servidor não solicitar a aposentadoria	O servidor não poderá se aposentar	1	4,25	4,3	Comunicação prévia do direito adquirido.	Reduzir	2	1	2,0

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Concessão de licenças maternidade, adoção e guarda judicial	Procuradoria Previdenciária e Diretoria de Gestão de Pessoas	Não recebimento pela AL de informações referentes à concessão de licença-maternidade precedida de auxílio-doença.	O servidor pode não comunicar a concessão do auxílio-doença à ALRN.	Pode acontecer da AL não retirar o servidor da folha de pagamento ocasionando o duplo recebimento pelo servidor.	1	3,85	3,9	Atualizações em nossos processos para garantir o repasse de informações previdenciárias ao INSS e ao IPERN	Reduzir	1	1,85	1,9
Concessão de licenças maternidade, adoção e guarda judicial	Procuradoria Previdenciária e Diretoria de Gestão de Pessoas	Legislação estadual desatualizada	Emenda à Constituição Federal trouxe novo rol de benefícios previdenciários	Concessão de benefícios de forma inadequada	10	6,1	61,0	Lei Estadual e regulamentação interna	Reduzir	1	6,05	6,1
Concessão de licenças maternidade, adoção e guarda judicial	Procuradoria Previdenciária e Diretoria de Gestão de Pessoas	Exoneração de servidoras durante período de estabilidade gestacional	ausência de cautela com relação a nomeações e exonerações de servidoras comissionadas	Pagamento de indenizações	5	7,3	36,5	maior cautela com relação ao gerenciamento do quadro de pessoal	Reduzir	5	2,55	12,8
Concessão de licenças maternidade, adoção e guarda judicial	Procuradoria Previdenciária e Diretoria de Gestão de Pessoas	Fluxograma desatualizado com relação ao LegisPAD	novas rotinas processuais estabelecidas com o LegisPAD	ausência de padronização de condutas processuais pelos setores e servidores	5	3	15,0	regulamentação interna - atualização do fluxograma de processos	Reduzir	2	2,65	5,3

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Controle e manutenção de dados sobre saúde ocupacional e geral de servidores	Diretoria de Gestão de Pessoas e Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Não realização de controle e manutenção de dados sobre a saúde ocupacional dos servidores	Inexistência de uma equipe com profissionais da área de segurança do trabalho	Desconhecimento acerca da quantificação dos principais CIDs informados e tipos de afastamentos.	5	6	30,0	Realização de concursos públicos que contemplem profissionais da área de segurança do trabalho, incluindo técnicos, engenheiros e profissionais de saúde	Compartilhar ou Transferir	2	2,9	5,8
Concessão de licença por motivo de saúde do servidor	Mesa e Diretoria de Gestão de Pessoas	Demora na publicação de Ato da Mesa no DOE homologando a licença-médica dos servidores.	Trâmite do processo junto à Procuradoria Previdenciária	Não compensação por parte do IPERN dos valores pagos pela AL aos servidores durante a licença-médica.	5	4,55	22,8	Cobrar do servidor o ressarcimento dos valores recebidos indevidamente.	Aceitar	2	3,2	6,4
Desenvolvimento de programas de atendimento, orientação e acompanhamento biopsicossocial do servidor	Diretoria de Gestão de Pessoas, Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho e Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Não execução de projetos educativos, palestras educativas, rodas de conversas, atendimentos individuais nos anexos e sedes de forma periódica para os servidores	Demandas diárias dos servidores de atenção básica na saúde mental e física	Não melhoria na saúde do servidor	2	4,25	8,5	Adaptação do material de saúde mental e atividades laborais físicas	Reduzir	1	2,6	2,6

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Desenvolvimento de programas de atendimento, orientação e acompanhamento biopsicossocial do servidor	Diretoria de Gestão de Pessoas, Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho e Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Não criação de cartilhas educativas e cards para o servidores	Material para que as orientações não sejam perdidas e que possam ser levadas para outras pessoas a qual os servidores tenham acesso, assim o servidor participa da psicoeducação e suas etapas.	Não melhoria na saúde do servidor	2	4,25	8,5	Adaptação do material de saúde mental e atividades laborais físicas	Reduzir	1	2,6	2,6
Desenvolvimento de programas de atendimento, orientação e acompanhamento biopsicossocial do servidor	Diretoria de Gestão de Pessoas, Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho e Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Não avaliação na necessidade real do servidor	Visitas domiciliares dos profissionais de saúde ao servidor adoecido	Não melhoria na saúde do servidor	2	4,25	8,5	Adaptação do material de saúde mental e atividades laborais físicas	Reduzir	1	2,6	2,6
Desenvolvimento de programas de atendimento, orientação e acompanhamento	Diretoria de Gestão de Pessoas, Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho e	Não realização de tais atividades a contento	Inexistência de equipe devidamente qualificada para tanto; problemas de	Prejuízos à qualidade de vida do servidor.	5	5,8	29,0	Atenção ao tema, com a disponibilização de profissionais para o suprimento de cargos	Reduzir	2	3,35	6,7

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
panhamento biopsicossocial do servidor	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho		comunicação entre os setores.					destinados a compor equipe que atue no sentido de minimizar esses riscos.				
Perícias de acidentes de trabalho e saúde ocupacional	Diretoria de Gestão de Pessoas e Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Não execução de perícias.	Não estruturação de equipe voltada para isso	Prejuízos aos servidores e à AL que pode vir a ter que pagar multas	5	5,8	29,0	Atenção ao tema, com a realização de concursos públicos periódicos para o suprimento de cargos destinados a compor equipe que atue no sentido de minimizar esses riscos. Ou, a contratação de uma empresa especializada na área de saúde e segurança do trabalho.	Reduzir	2	2,55	5,1
Atendimento domiciliar de serviço social a servidores em licença médica	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Falta de disponibilidade do servidor receber a visita domiciliar	Adoecimento limitante para visita domiciliar	Falta de uma atenção maior ao servidor	1	1,4	1,4	Execução de acordo com a necessidade	Aceitar	1	1,4	1,4

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Ações de prevenção à saúde	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Falta de insumo para atendimento em geral, em ações do Assembleia e você e o Movimento-se	Atraso na entrega do material solicitado	Interrupção na realização da campanha	5	6,4	32,0	Controle rígido do estoque existente no setor	Reduzir	8	1,85	14,8
Ações de prevenção à saúde	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Falta de insumo para atendimento para os Deputados, servidores e dependentes.	Possível não atendimento da secretaria Municipal de saúde	Interrupção na realização da campanha	5	5,6	28,0	Formalizar a Parceria com os Órgãos competentes	Reduzir	8	3	24,0
Ações de prevenção à saúde	Diretoria de Gestão de Pessoas e Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Falta de material gráfico para realização das campanhas preventivas	Atraso na entrega do material	Adiamento na data de realização da campanha	2	4,2	8,4	Planejamento prévio das campanhas e fiscalização na execução e entrega do material	Reduzir	2	3,15	6,3
Atendimento médico ambulatorial	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Falta de insumos e medicamentos para suprir a necessidade do setor	Morosidade nos processos de compra	Atraso na entrega dos produtos	10	5,9	59,0	Buscar soluções junto ao setor de compras para desburocratizar o processo de aquisição de insumos para evitar desabastecimento.	Reduzir	2	5,5	11,0

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Atendimento médico ambulatorial	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Estrutura física deficiente para atendimentos médicos ambulatoriais	Espaço físico limitado, falta de equipamento como maca para exame físico e situação insalubre do setor	Perda da qualidade de atendimento até interrupção momentânea de atendimento conforme a gravidade do problema	8	6,1	48,8	Mudança para um local mais adequado, com melhor infraestrutura.	Reduzir	2	7	14,0
Assistência social ao servidor com problema de ordem socioeconômica	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	A impossibilidade legal de atender à solicitação	Demandas diárias	Não atendimento em demandas externas	2	3,95	7,9	Planejamento do calendário anual	Reduzir	2	3,95	7,9
Atividades de psicodiagnóstico e psicoterapia	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Adoecimento dos servidores	Estrutura física deficiente, falta circulação de ar e acústica não adequada para esse tipo de atendimento.	diminuição no número de atendimentos	5	6,05	30,3	Execução da reforma prevista	Reduzir	1	4,35	4,4

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Atendimento fisioterapêutico de recuperação	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Materiais inadequados aos atendimentos	Atraso na entrega do material solicitado	Interrupção na realização da campanha	5	5,15	25,8	Compra do material necessário	Aceitar	5	5,15	25,8
Assessoria em Assuntos Relacionados ao Regime de Previdência Complementar	Coordenadoria de Previdência Complementar	Atualizações legais ou regulamentares não incorporadas a tempo nas orientações fornecidas.	Constante alteração na legislação específica sobre previdência.	Tomada de decisão inadequada por parte dos participantes, baseada em informações erradas, podendo afetar negativamente seu planejamento financeiro e de aposentadoria.	10	3,75	37,5	Realização de treinamentos, pois o processo ainda está em implantação	Reduzir	2	2,25	4,5
Assessoria em Assuntos Relacionados ao Regime de Previdência Complementar	Coordenadoria de Previdência Complementar	Não Conformidade com Normas Regulatórias	Interpretação equivocada da legislação ou das normas regulatórias aplicáveis.	Necessidade de revisão e ajuste dos procedimentos e políticas, o que demanda tempo e recursos.	8	3,3	26,4	Realização de treinamentos, pois o processo ainda está em implantação	Reduzir	2	1,25	2,5

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Assessoria em Assuntos Relacionados ao Regime de Previdência Complementar	Coordenadoria de Previdência Complementar	Falhas na Identificação e Gerenciamento de Conflitos de Interesse	Políticas e procedimentos insuficientes ou ineficazes para identificar e gerenciar conflitos de interesse.	Perda de credibilidade e confiança dos participantes, sociedade e stakeholders, podendo afetar a captação e retenção de participantes.	2	5,45	10,9	Realização de treinamentos, pois o processo ainda está em implantação	Reduzir	1	1,65	1,7
Evolução funcional	Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria Administrativa e Financeira	Deficiência de normativos que regem o direito a evolução funcional	1. ausência de planejamento para estruturar a avaliação do servidor de forma contínua; 2. Sistema de avaliação desatualizado.	Ausência de avaliação do servidor ou avaliação deficiente	5	3,25	16,3	1. Elaborar estudo para estruturar um modelo de avaliação do servidor de forma contínua. 2. Desenvolver um modelo de sistema de avaliação, de modo a possibilitar a percepção fidedigna da informações.	Reduzir	2	2,35	4,7
Evolução funcional	Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria Administrativa e Financeira	Subjetividade na análise da correlação dos cursos exigidos e as atribuições do cargo	Ausência de norma definidora da correlação	Evolução funcional ocorrer sem o nível de capacitação esperado	5	5,35	26,8	1. Resolução que especifique com objetividade a natureza dos cursos para a possibilidade de progressão.	Reduzir	1	1	1,0

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Recebimento de Requerimentos de Adesão ao Regime de Previdência Complementar	Coordenadoria de Previdência Complementar da ALRN, Coordenadoria de Remuneração e Benefícios, Diretoria de Gestão de Pessoas, Diretoria Administrativa e Financeira, Procuradoria-Geral e Diretoria-Geral	Atrasos na Processamento de Requerimentos de Adesão	Falta de procedimentos claros ou treinamento inadequado dos funcionários responsáveis pelo processamento	O atraso no início das contribuições pode afetar o acúmulo de recursos para a aposentadoria dos participantes, impactando negativamente o valor final dos benefícios.	8	3,85	30,8	Realização de treinamentos, pois o processo ainda está em implantação	Reduzir	5	1,65	8,3
Recebimento de Requerimentos de Adesão ao Regime de Previdência Complementar	Coordenadoria de Previdência Complementar da ALRN, Coordenadoria de Remuneração e Benefícios, Diretoria de Gestão de Pessoas, Diretoria Administrativa e Financeira, Procuradoria-	Erro na Avaliação da Elegibilidade dos Requerentes	Interpretação incorreta dos documentos fornecidos pelos requerentes	A inclusão de participantes não elegíveis pode trazer complicações legais e regulatórias, além de riscos financeiros.	5	5,45	27,3	Realização de treinamentos, pois o processo ainda está em implantação	Reduzir	1	1,75	1,8

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
	Geral e Diretoria-Geral											
Recebimento de Requerimentos de Adesão ao Regime de Previdência Complementar	Coordenadoria de Previdência Complementar da ALRN, Coordenadoria de Remuneração e Benefícios, Diretoria de Gestão de Pessoas, Diretoria Administrativa e Financeira, Procuradoria-Geral e Diretoria-Geral	Vazamento ou Uso Indevido de Dados Pessoais dos Requerentes	Procedimentos inadequados de manuseio e proteção de dados por parte dos funcionários	Pode resultar em penalidades legais e financeiras significativas devido à não conformidade com as leis de proteção de dados, como a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) no Brasil.	1	7,4	7,4	Realização de treinamentos, pois o processo ainda está em implantação	Reduzir	1	1,75	1,8

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Fiscalização do Cumprimento das Normas e Regras	Coordenadoria de Previdência Complementar	Ineficiência na Detecção de Não Conformidades	Falta de atualização e treinamento adequado do pessoal de fiscalização sobre as últimas normas e regulamentações.	Impacto Financeiro: Não conformidades não detectadas podem resultar em perdas financeiras diretas, seja por penalidades ou por práticas ineficientes que afetam a sustentabilidade do fundo.	5	1,9	9,5	Realização de treinamentos, pois o processo ainda está em implantação	Reduzir	2	1,65	3,3
Fiscalização do Cumprimento das Normas e Regras	Coordenadoria de Previdência Complementar	Conflitos de Interesse Não Identificados	Deficiências nos processos de fiscalização que não conseguem captar relações e transações potencialmente conflitantes.	Perda de Confiança dos Stakeholders: Participantes, reguladores e o público podem perder confiança na capacidade da instituição de gerir o regime de previdência de forma	2	2,9	5,8	Realização de treinamentos, pois o processo ainda está em implantação	Reduzir	2	1,75	3,5

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
				eficaz e conforme as normas.								
Fiscalização do Cumprimento das Normas e Regras	Coordenadoria de Previdência Complementar	Resistência Interna às Atividades de Fiscalização	Percepção de fiscalização como punitiva em vez de corretiva e preventiva.	Uma cultura que vê a fiscalização de forma negativa pode fomentar atitudes de complacência ou negligência quanto à conformidade, aumentando o risco de não conformidades e irregularidades.	1	1,7	1,7	Realização de treinamentos, pois o processo ainda está em implantação	Reduzir	1	1,25	1,3
Assistência e Assessoria aos Participantes/Assistidos	Coordenadoria de Previdência Complementar da ALRN, Coordenadoria de Remuneração e Benefícios, Diretoria de Gestão de Pessoas, Diretoria Administrativa e	Falha na Comunicação e no Fornecimento de Informações	Canais de comunicação ineficazes ou insuficientes que não atendem às necessidades de informação dos participantes e assistidos.	Desconfiança no Sistema: Falhas de comunicação podem levar a uma percepção negativa do regime de previdência complementar, reduzindo a confiança e a satisfação	10	3,65	36,5	Realização de treinamentos, pois o processo ainda está em implantação	Reduzir	2	1,55	3,1

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
	Financeira e Diretoria-geral			dos beneficiários.								
Assistência e Assessoria aos Participantes/Assistidos	Coordenadoria de Previdência Complementar da ALRN, Coordenadoria de Remuneração e Benefícios, Diretoria de Gestão de Pessoas, Diretoria Administrativa e Financeira e Diretoria-geral	Insatisfação com o Atendimento ou Suporte Oferecido	Tempo de resposta lento ou ineficiente a consultas, solicitações ou reclamações dos participantes e assistidos.	Reputação Negativa: A percepção de um atendimento ao cliente inadequado pode danificar a reputação do fundo, dificultando a retenção e a atração de novos participantes.	8	2,65	21,2	Realização de treinamentos, pois o processo ainda está em implantação	Reduzir	2	1,45	2,9
Assistência e Assessoria aos Participantes/Assistidos	Coordenadoria de Previdência Complementar da ALRN, Coordenadoria de Remuneração e Benefícios, Diretoria de Gestão de Pessoas, Diretoria Administrativa e	Acesso Limitado aos Serviços de Assistência e Assessoria	Falta de recursos dedicados a ampliar e melhorar os canais de atendimento e assessoria, incluindo tecnologias digitais.	Exclusão de Beneficiários: Participantes e assistidos com dificuldades de acesso aos serviços de suporte podem sentir-se excluídos, impactando	1	3,35	3,4	Realização de treinamentos, pois o processo ainda está em implantação	Reduzir	1	1,75	1,8

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
	Financeira e Diretoria-geral			negativamente sua experiência e satisfação.								
Acompanhamento e Envio de Documentos Relacionados	Coordenadoria de Previdência Complementar	Perda ou Atraso no Envio de Documentos	Falhas na comunicação interna que resultam em atrasos ou na não identificação da necessidade de envio de documentos específicos.	Insatisfação dos Beneficiários: Atrasos ou a perda de documentos importantes podem causar frustração e insatisfação entre participantes e assistidos, afetando a percepção da eficiência e confiabilidade do regime de previdência complementar.	5	3,35	16,8	Realização de treinamentos, pois o processo ainda está em implantação	Reduzir	2	1,55	3,1
Acompanhamento e Envio de Documentos Relacionados	Coordenadoria de Previdência Complementar	Envio de Documentos Incorretos ou Incompletos	Falta de revisão adequada ou procedimentos de controle de qualidade antes do envio	Perda de Tempo e Recursos: A necessidade de corrigir e reenviar documentos pode	2	3,25	6,5	Realização de treinamentos, pois o processo ainda está em implantação	Reduzir	2	1,45	2,9

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
			dos documentos.	consumir recursos significativos, tanto para os beneficiários quanto para a administração do fundo.								
Acompanhamento e Envio de Documentos Relacionados	Coordenadoria de Previdência Complementar	Violação de Privacidade ou Segurança dos Dados	Insuficiência de políticas de segurança de dados ou treinamento de funcionários sobre práticas de proteção de informações pessoais e sensíveis.	Custos de Recuperação e Indenização: Além de possíveis multas, o fundo pode incorrer em custos significativos para reparar violações de dados, incluindo medidas de mitigação, investigações e possíveis indenizações aos afetados.	2	5,9	11,8	Realização de treinamentos, pois o processo ainda está em implantação	Reduzir	2	1,55	3,1

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Acompanhamento de Investimentos da EFPC	Coordenadoria de Previdência Complementar	Desempenho Insuficiente dos Investimentos	Falhas na gestão de riscos de investimento, incluindo a falta de diversificação e monitoramento inadequado de mudanças nos cenários econômicos e financeiros.	Impacto nos Benefícios Futuros: A incapacidade de alcançar os retornos esperados pode comprometer a sustentabilidade do plano, potencialmente resultando em ajustes nos benefícios ou nas contribuições.	5	2,6	13,0	Realização de treinamentos, pois o processo ainda está em implantação	Reduzir	2	1,45	2,9
Acompanhamento de Investimentos da EFPC	Coordenadoria de Previdência Complementar	Violação das Políticas de Investimento ou Normativas Regulatórias	Falhas no processo de acompanhamento e controle que permitem desvios das políticas de investimento estabelecidas ou da legislação aplicável.	Revisões Compulsórias e Ajustes: A necessidade de realinhar as carteiras de investimento às políticas ou normativas pode forçar vendas desvantajosas ou reestruturações custosas.	2	2,7	5,4	Realização de treinamentos, pois o processo ainda está em implantação	Reduzir	2	1,55	3,1

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Levantamento de demandas orçamentárias para o quadriênio	Diretoria Administrativa e Financeira	Racionalização das contratações por meio de um plano anual de contratações	1. Exigência Normativa- Lei Federal nº 14.133/2021	Possibilidade de levantamento das demandas quadrienais com maior fidelidade.	8	4,8	38,4	1. Adequação contínua do Plano Anual de Contratações as necessidades do órgão, de modo a deixá-lo compatível com a realidade orçamentária.	Melhorar	10	4,05	40,5
Levantamento de demandas orçamentárias para o quadriênio	Diretoria Administrativa e Financeira	Incerteza na previsão de demandas orçamentárias para o quadriênio	Mudança de gestão/gestão subsequente com prioridades diferentes	Levantamento de demandas que podem não se concretizar	5	5,9	29,5	1. Acompanhamento sistemático das demandas planejadas para o quadriênio.	Reduzir	2	4,8	9,6
Apoio na elaboração do Plano Plurianual	Assessoria de Planejamento, Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira, Diretoria-Geral e Diretoria Administrativa e Financeira	Falta de alinhamento do Plano Plurianual com as orientações estratégicas	Fragilidade nas informações	Plano Plurianual da ALRN sem refletir o direcionamento institucional	2	6,2	12,4	Compatibilizar o Plano Plurianual com as orientações estratégicas	Reduzir	1	1	1,0

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Apoio na elaboração do Plano Plurianual	Assessoria de Planejamento, Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira, Diretoria-Geral e Diretoria Administrativa e Financeira	Incompatibilidade das metas e prioridades estabelecidas com o orçamento previsto no Plano Plurianual	Planejamento mal elaborado	Perca do prazo legal ou atraso no envio da proposta	2	5	10,0	Revisões periódicas para avaliar a execução das metas e o orçamento disponível.	Reduzir	1	3,15	3,2
Elaboração da proposta orçamentária	Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira e Assessoria de Planejamento, Diretoria-Geral e Diretoria Administrativa e Financeira	Incompatibilidade entre o Plano de Contratações Anual - PCA e os recursos apropriados na Proposta Orçamentária	1. Escassez de recursos; 2. Programação superestimada pelas unidades	Proposta orçamentária com fragilidade	2	4,7	9,4	Revisões periódicas da execução da despesa para melhor elaboração da proposta orçamentária subsequente	Reduzir	1	2,85	2,9
Assessoramento orçamentário e financeiro	Assessoria de Planejamento	Impossibilidade de execução do orçamento aprovado	Ausência de controle nos gastos em relação ao ingresso de recursos	Desequilíbrio fiscal	2	4,9	9,8	1. Acompanhamento do duodécimo; 2. Acompanhamento do gasto da Instituição; 3. Estudo de pers-	Reduzir	1	2,35	2,4

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
								pectiva de encerramento orçamentário e financeiro				
Controle e acompanhamento de resultados da gestão orçamentária e financeira	Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira e Diretoria Administrativa e Financeira	Falta de integração entre os sistemas financeiro do Executivo e ALRN	Cumprimento do Decreto Federal do Sistema Unificado, Necessidade da migração dos dados	Fragilidade nas informações	8	8,4	67,2	Elaborar calendário de trabalhos entre os poderes para efetivar a migração dos sistemas	Reduzir	2	2,55	5,1
Análise de resultados da receita e despesa	Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira	Falta do repasse do duodécimo	Contingenciamento na receita proveniente de duodécimo	Déficit na receita e cancelamento parcial de despesas	5	7,4	37,0	Melhor gerencia da arrecadação do Poder Executivo e cumprimento do repasse constitucional do duodécimo	Reduzir	2	6,6	13,2
Emissão de demonstrativos contábeis	Diretoria Administrativa e Financeira e Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira	Não enviar os demonstrativos contábeis: balanços patrimonial, orçamentário e financeiro e as demonstrações das variações patrimoniais, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido que são consolidados com o Poder Executivo	Falta de dados por inviabilidade de Sistema ou erro de lançamento	Penalidades legais (LRF e TCE)	1	7	7,0	Monitorar o cumprimento dos prazos legais	Reduzir	1	1,1	1,1

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Elaboração de relatórios técnicos para órgãos de controle	Diretoria Administrativa e Financeira e Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira	Não enviar os relatórios contábeis: Relatório de Gestão Fiscal, Relatório Resumido da Execução Orçamentaria,	Falta de dados por inviabilidade de Sistema ou erro de lançamento	Penalidades legais (LRF e TCE)	1	7	7,0	Monitorar o cumprimento dos prazos legais	Reduzir	1	1,1	1,1
Desenvolvimento/ Manutenção de soluções de TI corporativas	Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Não atender as necessidades de sistemas/soluções da instituição.	1. Quantidade de demandas alta; 2. Falta de clareza nas solicitações; 3. Indefinição de processos internos; 4. Mudança/ Indefinição de prioridades; 5. Corpo técnico não possuir conhecimento necessário para atender a demandas específicas de funcionalidades dos sistemas de TI;	1. Dificuldade em manter/evoluir sistemas já em uso. 2. Impacto em várias atividades/processos da instituição.	2	8,2	16,4	1. Contratação de algumas soluções que a instituição necessita; 2. Aperfeiçoamento/ Treinamento da equipes de desenvolvimento de sistemas; 3. Política de expansão da equipe de desenvolvimento de sistemas; 4. Definição de um grupo de trabalho interno de gestão de crise, a atuar em cenários críticos.	Aceitar	2	7,6	15,2

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
			6. Excesso/Sobrecarga de trabalho externo ao desenvolvimento de soluções, consumindo recursos; 7. Definições de necessidade de sistema sem a participação prévia/análise da DGTL.									
Desenvolvimento/ Manutenção de soluções de TI corporativas	Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Mudança na visão da instituição com relação a manter uma equipe de desenvolvimento para os Sistemas de Informação organizacionais.	Natureza da instituição possibilita uma mudança radical na estratégia.	1. Dificuldade em manter/evoluir sistemas já em uso; 2. Impacto em várias atividades/processos da instituição.	2	8,4	16,8	1. Manutenção temporária da equipe de desenvolvimento de sistemas, com o efetivo atual; 2. Contratação de algumas soluções que a instituição necessita; 3. Estabelecimento de normas internas prevendo a continuidade das opera-	Aceitar	1	8,6	8,6

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
								ções de desenvolvimento de sistemas na instituição.				
Desenvolvimento/Manutenção de soluções de TI corporativas	Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Não ter acesso aos recursos para realizar as capacitações às equipes.	1. Dificuldade em contratar serviços cotados em moeda externa/estrangeira; 2. Demora na contratação de serviços dessa natureza.	1. Dificuldade em desenvolver novos sistemas e/ou manter/evoluir sistemas já em uso; 2. Impacto em atividades/processos da instituição.	5	3,85	19,3	1. Priorização de serviços que são comercializados em moeda nacional. 2. Uso de soluções abertas/open-source. 3. Reuso de ata de registros de preços de outros órgãos. 4. Estabelecimento de contato mais próximo com empresas que comercializam soluções cotadas em moeda estrangeira, em moeda nacional.	Reduzir	2	3,85	7,7

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Desenvolvimento/Manutenção de soluções de TI corporativas	Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Equipes não conseguem realizar as capacitações necessárias/adequadas.	Sobrecarga das equipes de TI.	1. Dificuldade em desenvolver novos sistemas e/ou manter/evoluir sistemas já em uso; 2. Impacto em atividades/processos da instituição.	5	3,85	19,3	1. Capacitação é necessária para progressão funcional de servidores efetivos, conforme plano de carreira; 2. Disponibilização de plataforma de estudos online; 3. Contratação de cursos de capacitação para toda a equipe; 4. Desenvolvimento de formas de fomento, internas, a capacitação das equipes.	Reduzir	2	3,85	7,7
Definição e disseminação de normas e padrões de TI	Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Diretoria não conseguir definir as normas e padrões necessários para a área de TI da instituição.	1. Corpo técnico não possuir conhecimento necessário para realizar a definição de normas e padrões que exijam conhecimentos específicos; 2. Sobrecarga	1. Aumento do esforço e dos custos necessários para manter o funcionamento da TI na instituição; 2. Redução dos resultados alcançados pela TI da instituição,	5	5,05	25,3	1. Exigências organizacionais/institucionais; 2. Definição de uma área ou grupo de trabalho responsável por padronização na diretoria.	Reduzir	2	4,45	8,9

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
			das equipes de TI.	no médio prazo.								
Definição e disseminação de normas e padrões de TI	Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Padrões definidos/ estabelecidos não serem adequados para uso no contexto da ALRN.	1. Corpo técnico não possuir conhecimento necessário para realizar a definição de normas e padrões que exijam conhecimentos específicos; 2. Sobrecarga das equipes de TI.	1. Padrões serem colocados em prática, mas não trazerem os benefícios esperados; 2. Padrões não serem colocados em prática, devido à dificuldade/complexidade de serem implantados.	2	5,05	10,1	1. Exigências organizacionais/institucionais; 2. Definição de uma área ou grupo de trabalho responsável por padronização na diretoria.	Reduzir	2	4,45	8,9
Definição e disseminação de normas e padrões de TI	Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Diretoria não conseguir definir as normas e padrões necessários para a área de TI da instituição.	1. Corpo técnico não possuir conhecimento necessário para realizar a definição de normas e padrões	1. Aumento do esforço e dos custos necessários para manter o funcionamento da TI na instituição;	5	5,05	25,3	1. Exigências organizacionais/institucionais; 2. Definição de uma área ou grupo de trabalho responsável por padronização na diretoria.	Reduzir	2	4,45	8,9

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
			que exijam conhecimentos específicos; 2. Sobrecarga das equipes de TI.	2. Redução dos resultados alcançados pela TI da instituição, no médio prazo.								
Definição e disseminação de normas e padrões de TI	Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Padrões definidos/estabelecidos não serem adequados para uso no contexto da ALRN.	1. Corpo técnico não possuir conhecimento necessário para realizar a definição de normas e padrões que exijam conhecimentos específicos; 2. Sobrecarga das equipes de TI.	1. Padrões serem colocados em prática, mas não trazerem os benefícios esperados; 2. Padrões não serem colocados em prática, devido à dificuldade/complexidade de serem implantados.	2	5,05	10,1	1. Exigências organizacionais/institucionais. 2. Definição de uma área ou grupo de trabalho responsável por padronização na diretoria.	Reduzir	2	4,45	8,9

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Coordenação da contratação de sistemas	Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Contratação não atender às necessidades da instituição.	1. Não existir solução que atenda a necessidade da instituição; 2. Não existir solução com a qualidade necessária à instituição, no mercado; 3. Inclusão tardia da Diretoria de Gestão Tecnológica no processo de contratação do sistema/solução; 4. Falhas no planejamento e execução do processo licitatório.	1. Processo de contratação não conseguir selecionar uma opção que, de fato, atenda às necessidades da instituição para com o sistema; 2. Sistema contratado não atender a necessidades críticas da instituição; 3. Adoção de sistema gerar problemas em processos de negócio.	5	7,25	36,3	1. Processo Licitatório de Contratação; 2. Exigência de inclusão da Diretoria de Gestão Tecnológica desde o início do processo de contratação de sistemas.	Reduzir	2	7,25	14,5

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Coordenação da contratação de sistemas	Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Incapacidade de manter os processos de negócio que dependem de sistema em níveis mínimos de funcionamento.	1. Não existir solução com a qualidade necessária à instituição, no mercado; 2. Inclusão tardia da Diretoria de Gestão Tecnológica no processo de contratação do sistema/solução; 3. Falhas no planejamento e execução do processo licitatório.	1. Dificuldade em se adequar o sistema às necessidades dos processos de negócio da instituição; 2. Inviabilidade/Dificuldade em se ajustar os processos de negócio da instituição para uso em conjunto com os sistemas contratados.	5	7,25	36,3	1. Processo Licitatório de Contratação; 2. Exigência de inclusão da Diretoria de Gestão Tecnológica desde o início do processo de contratação de sistemas.	Reduzir	2	7,25	14,5

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Gerenciamento de bancos de dados	Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Incapacidade de atender as demandas de coleta de dados, de organização de dados, e de controle de dados, para uso pelos sistemas da Instituição.	1. Aumento do número de sistemas/soluções mantidas pela instituição; 2. Aumento da complexidade exigida pelas soluções desenvolvidas e mantidas pela instituição; 3. Sobrecarga das equipes de TI.	1. Atraso no desenvolvimento de sistemas internos da instituição; 2. Redução na qualidade e nos níveis de segurança dos bancos de dados da instituição; 3. Indisponibilidade temporária de processos devido a problemas com a operacionalização de sistemas.	5	6,65	33,3	1. Priorização de demandas envolvendo banco de dados na Diretoria de TI e na Coordenadoria de Gestão de Projetos e Desenvolvimento de Sistemas; 2. Capacitação das equipes envolvidas com o gerenciamento de banco de dados da instituição; 3. Contratação de consultoria para auxiliar na implantação de boas práticas de gestão de bancos de dados; 4. Incremento e especialização da equipe envolvida com a manutenção de dados na Diretoria de Gestão Tecnológica.	Reduzir	2	6,05	12,1

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Manutenção do parque computacional	Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Dificuldade na obtenção de componentes específicos de hardware disponíveis no mercado.	1. Vendor Lock-In; 2. Obsolescência; 3. Demora no procedimento licitatório.	1. Dificuldade em atender demandas de suporte; 2. Dificuldade em usar, de forma mais eficiente, os investimentos realizados em aquisição de dispositivos para o parque computacional da instituição.	5	4,6	23,0	1. Manutenção de estoque de componentes/insumos; 2. Estabelecimento de negociação com vários fornecedores; 3. Contratação de empresas de manutenção especializadas em recuperação de equipamentos eletrônicos de informática.	Reduzir	5	3,4	17,0
Manutenção do parque computacional	Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Infraestrutura física dificultar ou mesmo inviabilizar o atendimento às demandas de infraestrutura de TI.	1. Infraestrutura antiga, não projetada para as demandas atuais da TI da organização; 2. Dificuldade de adaptar/reformar a infraestrutura atual para manter os equipamentos	Dificuldade em atender as demandas atuais envolvendo TI.	5	7,1	35,5	1. Adaptação da infraestrutura física para atendimento às necessidades de infraestrutura de TI; 2. Mudança/Alteração dos ambientes físicos (salas etc.), mais novos e projetos para atender as demandas da infraestrutura de TI.	Reduzir	2	6,5	13,0

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
			em funcionamento.									
Manutenção do parque computacional	Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Dificuldade de o corpo técnico resolver demandas envolvendo a manutenção/evolução do parque computacional da instituição.	1. Surgimento de novas tecnologias; 2. Não-capacitação do corpo funcional; 3. Corpo técnico não possuir conhecimento necessário para operacionalização de novos equipamentos de TI.	Atraso no atendimento de demandas de manutenção na infraestrutura de TI.	5	4	20,0	1. Capacitação é necessária para progressão funcional de servidores efetivos, conforme plano de carreira; 2. Treinamento do corpo técnico; 3. Contratação de cursos de capacitação para toda a equipe; 4. Desenvolvimento de formas de fomento, internas, a capacitação das equipes.	Reduzir	2	3,4	6,8
Controle de acesso a micro-computadores	Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Existência de vulnerabilidades de segurança nos processos de controle de acesso implantados e nos softwares utilizados no controle de acesso.	1. Não implementação da política de segurança da informações da instituição; 2. Falta de conscientização do usuário; 3. Falhas nos processos de controle de	Exploração de vulnerabilidades de segurança.	5	7,6	38,0	1. Uso de ferramenta especializada em controle de acessos/segurança (Active Directory); 2. Atualização, em demanda, dos softwares; 3. Revisão contínua dos processos de controle de acesso.	Reduzir	2	7,6	15,2

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
			acesso; 4. Desatualização dos softwares/ferramentas utilizadas no controle de acesso.									
Suporte técnico ao usuário de TI	Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Dificuldade de o corpo técnico resolver demandas de suporte técnico.	1. Corpo técnico não possuir conhecimento necessário para atender as demandas de suporte de TI; 2. Ausência de ferramentas para prestação de suporte técnico ao usuário.	Atraso no atendimento de demandas de suporte de TI.	5	3,2	16,0	1. Capacitação é necessária para progressão funcional de servidores efetivos, conforme plano de carreira; 2. Treinamento do corpo técnico.	Aceitar	5	3,2	16,0
Coordenação do funcionamento da rede de comunicação de dados	Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Incidentes inesperados, considerados catastróficos, nos ambientes de infraestrutura de TI (incêndio, inundação, invasão física).	1. Causas de força maior; 2. Ambiente físico e ambientes de TI não estarem preparados para ocorrências dessa natureza.	Indisponibilidade prolongada dos serviços de TI.	2	7,55	15,1	1. Redundância de link de internet; 2. Redundância de ambientes de Data Center.	Reduzir	2	6,75	13,5

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Gerenciamento e fiscalização dos contratos de tecnologia	Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Contratações realizadas não atenderem as demandas/necessidades da instituição.	Falhas no processo de contratação.	Problemas com a prestação de serviços de TI.	5	6,35	31,8	1. Processo Licitação de Contratação; 2. Contratação de serviços de redundância de serviços de TI.	Reduzir	2	6,35	12,7
Elaboração e manutenção do plano de segurança da informação	Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Não conseguir elaborar um Plano de Segurança da Informação que, de fato, seja colocado em prática e auxilie a elevação do nível de segurança em TI da instituição.	1. Complexidade da tarefa; 2. Falta de experiência e de cultura organizacional em elaborar planos de segurança da informação; 3. Sobrecarga das equipes de TI.	1. Redução dos níveis de segurança dos processos, sistemas e equipamentos de infraestrutura, que envolvem Segurança da Informação; 2. Excesso de burocracia e overhead ocasionado pela implantação de restrições de segurança definidas no plano.	5	6,3	31,5	1. Priorização da demanda; 2. Capacitação do pessoal envolvido com a elaboração do plano; 3. Preparação para contratação de consultoria para auxílio a elaboração do plano, caso necessário.	Reduzir	2	5,7	11,4

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Planejamento de ações educacionais	Escola da Assembleia e Diretoria de Gestão de Pessoas	Planejamento incompatível com as necessidades	1. Quantidade excessiva de servidores; rotatividade de servidores; 2. Inexistência de políticas nesse sentido.	Realização de cursos incompatíveis com as necessidades; impossibilidade de participação de servidores que necessitam dos cursos para aprimoramento.	5	5,1	25,5	Planejamento de cursos voltado à realidade da instituição, realização de concursos para atender às necessidades da casa, planejamento devido de lotações.	Reduzir	1	1,55	1,6
Planejamento de ações educacionais	Escola da Assembleia e Diretoria de Gestão de Pessoas	Ausência de encaminhamentos das demandas de cursos de formação ao setor acadêmico para um planejamento prévio e eficaz da EALRN	Ausência de pesquisa adequada das necessidades educacionais internas, falta de envolvimento das partes interessadas ou priorização de metas educacionais.	Ineficácia das ações educacionais para abordar as necessidades reais dos alunos, resultando em baixo engajamento e desempenho acadêmico.	10	6,2	62,0	Intensificação de diálogos entre os gestores das unidades da ALRN sobre a importância de comunicar as necessidades de formação dos servidores para melhor desempenho das atividades	Compartilhar ou Transferir	8	5,15	41,2
Recrutamento e seleção de docentes	Escola da Assembleia	Dificuldades na definição de critérios objetivos de acordo com a especificidade das demandas	Ausência de justificativas técnicas específicas para as demandas dos cursos	Atrasos na contratação de docentes, prejudicando o planejamento e a	8	4,55	36,4	Lançamento do edital de chamamento público (credenciamento de docentes)	Reduzir	5	4,25	21,3

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
				qualidade do ensino.								
Capacitação pessoal, profissional e técnica de servidores	Escola da Assembleia	Baixa participação dos servidores nas capacitações	Falta de interesse ou conscientização dos servidores sobre a importância do desenvolvimento profissional	Falta de atualização das habilidades e conhecimentos dos servidores, resultando em baixa eficiência e qualidade do trabalho	8	4,85	38,8	Aperfeiçoamento da metodologia de engajamento dos gestores	Reduzir	5	4,6	23,0
Acompanhamento do plano de capacitação de servidores	Escola da Assembleia e Diretoria de Gestão de Pessoas	Não atendimento às lacunas de competências	1.Quantidade excessiva de servidores; rotatividade de servidores; determinação de lotação a cargo da DIAF; 2.Inexistência de políticas nesse sentido.	Realização de cursos incompatíveis com as necessidades, impossibilidade de participação de servidores que necessitam dos cursos para aprimoramento.	5	5,5	27,5	Planejamento de cursos voltado à realidade da instituição, realização de concursos para atender às necessidades da casa, planejamento devido de lotações.	Reduzir	1	1,55	1,6
Acompanhamento do plano de capacitação de servidores	Escola da Assembleia e Diretoria de Gestão de Pessoas	Ausência de avaliação e feedback sobre o plano de capacitação por parte dos servidores participantes	Precários mecanismos formais de avaliação ou comunicação deficiente so-	Perda de oportunidades de aprendizado e aprimoramento devido à falta de feedback	8	3,65	29,2	Elaboração de mecanismos eficazes que facilitem a obtenção de dados em busca da implementação e melhoria contínua do	Reduzir	5	2,9	14,5

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
			bre a importância da avaliação	dos participantes.				plano de capacitações				
Estudos e pesquisas sobre temas de interesse do Poder Legislativo ou projetos de lei em tramitação	Comissões e Escola da Assembleia	Dificuldades na disseminação e compartilhamento dos resultados dos estudos ou pesquisas entre os legisladores e o público em geral.	Falta de estratégias eficazes de comunicação.	Subutilização dos resultados das pesquisas devido à falta de acesso ou compreensão por parte dos legisladores e do público.	5	4,4	22,0	Implementação de uma estratégia para que a EALRN possa auxiliar a ALRN com estudos e pesquisas	Reduzir	2	3,8	7,6
Promoção de eventos sobre gestão pública legislativa e temas atuais da realidade político-brasileira	Escola da Assembleia e Coordenadoria de Consultoria Legislativa	Distanciamento entre a produção legislativa e os temas de relevância para a população.	Ausência do cargo ou função de Consultor Legislativo; possível carência de palestras e conferências sobre os assuntos de interesse do Poder Legislativo; possível carência no desenvolvimento de pesquisas e con-	Produção legislativa de pouco impacto sobre questões que podem ser relevantes para população; possível déficit no nível informacional da população quanto à gestão pública legislativa.	5	2,65	13,3	Estruturar a Consultoria (sugere-se aproximadamente 3 profissionais). Enviar à EALRN a relação de cursos a serem realizados com os servidores do setor, conforme as necessidades observadas internamente. Sugere-se, também, a realização de cursos ou eventos afetos ao tema de gestão pública legislativa,	Aceitar	2	2,15	4,3

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
			sultas públicas pela ALRN.					além do desenvolvimento de pesquisas e consultas públicas pela ALRN.				
Promoção de eventos sobre gestão pública legislativa e temas atuais da realidade político-brasileira	Escola da Assembleia e Coordenadoria de Consultoria Legislativa	Baixa adesão e participação dos interessados	Falta de recursos dedicados à promoção do evento ou estratégias de comunicação pouco eficientes	Baixo impacto do evento devido à falta de público, prejudicando os objetivos de disseminação de conhecimento e engajamento.	5	4,35	21,8	Sensibilização dos setores e parceiros para engajamento às inscrições e comparecimento efetivo	Reduzir	2	3,6	7,2
Promoção de eventos sobre gestão pública legislativa e temas atuais da realidade político-brasileira	Escola da Assembleia e Coordenadoria de Consultoria Legislativa	Dificuldades financeiras para destinar recursos para o evento	Concorrência por recursos limitados, falta de visibilidade ou valor percebido do evento pelos potenciais financiadores	Limitações na qualidade e escopo do evento devido à falta de recursos financeiros.	5	4,55	22,8	Alinhamento com a DIAF, de forma prévia, sobre a disponibilidade financeira para os eventos	Reduzir	2	3,8	7,6
Produção científica	Escola da Assembleia	Atraso na publicação do periódico científico	Ausência de comunicação eficaz entre os setores da ALRN, ou falta de conhecimento	Desmotivação dos pesquisadores devido à frustração com os processos editoriais.	10	4,95	49,5	Alinhamento com os setores envolvidos da ALRN para assegurar o atendimento dos prazos dos periódicos científicos.	Reduzir	8	5,05	40,4

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
			dos requisitos necessários para publicação de uma revista científica.									
Capacitação de lideranças sociais	Escola da Assembleia	Dificuldade em adaptar o programa de capacitação às necessidades específicas das lideranças sociais e das comunidades atendidas.	Falta de flexibilidade e capacidade de resposta às mudanças de contexto e demandas locais.	Questionamentos sobre a eficácia e adequação do programa por parte das partes interessadas.	5	5,6	28,0	Implantação da Academia de Excelência em Gestão Pública	Reduzir	2	5	10,0
Condução do programa Parlamento Jovem	Escola da Assembleia e Coordenadoria de Suporte Legislativo	Baixa participação dos alunos nas sessões do Parlamento Jovem	Deficiência na estratégia de comunicação e promoção do programa junto aos estudantes.	Subutilização dos recursos investidos no programa devido à falta de adesão dos alunos, além da perda de oportunidades de aprendizado e engajamento cívico para os estudantes não envolvidos.	5	4,85	24,3	Elaboração de edital com normativas para viabilizar a participação idônea dos interessados com etapas de seleção e capacitação nas câmaras municipais, com estratégia de divulgação.	Reduzir	2	4,25	8,5

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Condução do programa Parlamento Jovem	Escola da Assembleia e Coordenadoria de Suporte Legislativo	Questionamentos legais sobre a representatividade e legitimidade das decisões tomadas durante as sessões do Parlamento Jovem.	Falhas no processo de seleção dos participantes ou falta de transparência nos critérios de escolha.	Possibilidade de contestação das decisões tomadas durante o programa devido a dúvidas sobre a representatividade dos participantes.	5	4,85	24,3	Elaboração de Edital com critérios objetivos e transparentes e criação de comissão de seleção capacitada	Reduzir	2	4,1	8,2
Apoio aos trabalhos de pesquisa legislativa	Coordenadoria de Suporte Legislativo	Acessibilidade limitada às informações públicas disponibilizadas por meio do Portal da Transparência Legislativa, prejudicando os trabalhos de pesquisa.	O Portal é relativamente novo e necessita de aperfeiçoamentos.	Potencial inutilizado do Portal da Transparência Legislativa.	8	3,9	31,2	Aguardar relatório final do GT para implantação da LGPD no Portal da Transparência Legislativa e, a partir disso, possibilitar maior acessibilidade às informações públicas.	Aceitar	2	2,35	4,7
Manutenção de política de disseminação do conhecimento	Escola da Assembleia e Diretoria de Gestão de Pessoas	Não mapeamento da política de disseminação de conhecimento	Inexistência de um fluxo que possa definir uma política de disseminação de conhecimento.	Não ter uma equipe de servidores capacitados igualmente.	5	5,5	27,5	Criação de uma política de informação no âmbito da ALRN.	Reduzir	1	3,35	3,4

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Manutenção de política de disseminação do conhecimento	Escola da Assembleia e Diretoria de Gestão de Pessoas	Ausência de sessões de compartilhamento de conhecimento entre os servidores da ALRN.	Falta de colaboração e o compartilhamento de conhecimento.	Redução da eficácia das equipes devido à falta de comunicação e colaboração.	8	4,85	38,8	Promoção de capacitações com regularidade sob a condução de servidores com expertise na temática, a fim de facilitar a socialização do conhecimento com os demais servidores da ALRN.	Reduzir	5	3,8	19,0
Gerenciamento do banco interno de talentos	Escola da Assembleia e Diretoria de Gestão de Pessoas	Não existe um banco interno de talentos	Não foi criado ainda um banco de talentos que contemple todos os servidores da casa.	Impossibilidade de realização da gestão por competências	5	4,15	20,8	Criação de um banco de talentos, conforme as necessidades de competência da casa, a partir também da aplicação de um censo entre os servidores.	Reduzir	1	3,15	3,2
Gerenciamento do banco interno de talentos	Escola da Assembleia e Diretoria de Gestão de Pessoas	Baixa participação e engajamento dos funcionários no uso do banco interno de talentos da escola legislativa.	Falta de conscientização e incentivo para os funcionários se cadastrarem e atualizarem seus perfis no banco de talentos.	Subutilização dos recursos humanos disponíveis na escola legislativa	10	5,45	54,5	Realização de chamada pública para os servidores da ALRN, com fins de cadastramento no banco de talentos interno	Reduzir	8	5,35	42,8

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos	Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)			
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)		Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto
Identificação de perfis de conhecimento	Escola da Assembleia e Diretoria de Gestão de Pessoas	Sem a existência de um banco de talentos, essa identificação resta prejudicada.	Não foi criado ainda um banco de talentos que contemple todos os servidores da casa.	Impossibilidade de realização da gestão por competências	5	5,5	27,5	Implantação de um sistema de registro das competências dos servidores da casa	Reduzir	1	1	1,0
Identificação de perfis de conhecimento	Escola da Assembleia e Diretoria de Gestão de Pessoas	Ausência de uma política de gestão por competência	Fragilidade nos critérios técnicos para identificação de perfis de conhecimento.	Falta de alocação adequada de recursos humanos, resultando na baixa produtividade das atividades desenvolvidas.	8	4,35	34,8	Promoção de ações de identificação, em conjunto com a Diretoria de Gestão de Pessoas e o setor de psicologia, a fim de auxiliar no desenvolvimento de uma política de gestão por competência.	Reduzir	5	5	25,0
Estudos preliminares para aquisições e contratações	Coordenadoria de Compras e Patrimônio e Diretoria Administrativa e Financeira	Atraso na confecção dos instrumentos prévios à licitação ou contratação direta	Inicialização do processo de contratação próximo à data de encerramento da vigência do contrato ou ARP. Identificação da demanda efetuada de	Retardamento na contratação. Desabastecimento. Suspensão de atividades ou serviços.	5	2,2	11,0	Aplicação de sanções para setores que descumprirem o calendário anual de contratações. Capacitação permanente.	Reduzir	1	3,1	3,1

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
			forma confusa, sem objetividade									
Estudos preliminares para aquisições e contratações	Coordenadoria de Compras e Patrimônio e Diretoria Administrativa e Financeira	Contratação diferente daquela almejada pelo setor demandante	Falha na especificação da descrição do objeto no DFD	Contratação com características que não atendem ao setor demandante ou à Casa	2	2,8	5,6	Treinamento periódico da equipe face às inovações legislativas e dos tribunais de contas sobre a matéria.	Reduzir	2	2,2	4,4
Estudos preliminares para aquisições e contratações	Coordenadoria de Compras e Patrimônio e Diretoria Administrativa e Financeira	Pesquisa de preço que não reflete a realidade do mercado	Erro na individualização do objeto, o que afeta, por consequência, confecção correta do termo de referência. Pesquisa feita com itens cuja descrição não corresponde àquela individualizada no objeto	Afeta negativamente a celeridade do processo e a qualidade da pesquisa mercadológica. Retrabalho. Licitação deserta, fracassada ou com itens licitados de baixa qualidade.	2	2,8	5,6	Capacitar os servidores que fazem o pedido, assim como aqueles que executam a pesquisa mercadológica.	Reduzir	2	1,75	3,5

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Elaboração de minutas de termos de referência e editais	Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Licitação Fracassada	Pesquisa mercadológica defasada/TR com especificações incompletas/Exigências excessivas	Ocasiona atraso na execução do objeto/ Repetição do processo de aquisição ou contratação	2	2,3	4,6	Planejamento estratégico e operacional entre os setores demandantes e vinculados à contratação do objeto/Treinamento e capacitação	Reduzir	1	1,15	1,2
Elaboração de minutas de termos de referência e editais	Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Licitação Deserta	Pesquisa mercadológica defasada/TR com especificações incompletas/Exigências excessivas	Ocasiona atraso na execução do objeto/ Repetição do processo de aquisição ou contratação	2	2,3	4,6	Planejamento estratégico e operacional entre os setores demandantes e vinculados à contratação do objeto/Treinamento e capacitação	Reduzir	1	1,15	1,2
Elaboração de minutas de termos de referência e editais	Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Aquisição de material de baixa qualidade/ Contratação de empresa com falta de capacidade para executar o objeto	Pesquisa mercadológica defasada/TR com especificações incompletas ou mal detalhadas	Aquisição de produtos de baixa qualidade/Má execução do objeto	2	3,65	7,3	Planejamento estratégico e operacional entre os setores demandantes e vinculados à contratação do objeto/Treinamento e capacitação	Reduzir	1	1,25	1,3

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Acompanhamento dos processos de dispensa, inexigibilidade, leilões, concursos e pregões	Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Ultrapassar o limite estabelecido no art. 75, I e II, da Lei nº 14.133/2021 para as aquisições/contratações por dispensa de licitação.	Ineficiência no planejamento dos setores, no que concerne às despesas do exercício, e inobservância do Plano Anual de Contratações.	Responsabilização de agente público e do Ordenador da despesa, em decorrência do fracionamento da despesa.	5	5,3	26,5	Exigir dos setores demandantes o cumprimento do PCA. Implantar módulo no sistema orçamentário e financeiro que permita fazer esse controle de forma automática.	Reduzir	2	2,05	4,1
Elaboração de minutas de termos contratuais, convênios e outros congêneres	Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Má formulação dos instrumentos-base	Falta de capacidade dos setores demandantes para discriminar tecnicamente o objeto que atenda a demanda	Prejuízo ao erário, entrega de bens e serviços que não atendem às necessidades	8	4,25	34,0	Capacitar os setores demandantes tecnicamente e, antes da autorização da abertura do processo e seguimento do mesmo, analisar efetivamente quanto ao preenchimento dos requisitos básicos do pedido de abertura do processo de despesa, quais sejam, identificação correta do objeto do pedido e justificativa de interesse público e criar movimentos de interesse dos	Reduzir	1	2,15	2,2

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos	Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)			
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)		Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto
								servidores na função.				
Elaboração de minutas de termos contratuais, convênios e outros congêneres	Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Demandas efetuadas em regime de urgência ou em cima do prazo para contratação.	Falta de planejamento do setor demandante e/ou demora de tramitação do processo nos setores.	Má formulação de minutas e contrato falho que não atende as necessidades do setor demandante.	5	3,8	19,0	Implantar políticas de planejamento das despesas e de capacitação Dezembro/2027 dos servidores. Exigir a observância ao Plano Anual de Contratações.	Reduzir	5	2,05	10,3
Elaboração de minutas de termos contratuais, convênios e outros congêneres	Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Trabalhar com instrumentos contratuais provenientes de outros órgãos.	Parcerias firmadas com outros órgãos que exigem a utilização da sua minuta, que por vezes não passa pela DGCC e pela Procuradoria, ou adesão a Ata de Registro de Preço.	Não utilização de nossas cláusulas já padronizadas ou exigência de modus operandi diverso, dificultando a gerência contratual ou do convênio.	8	5,05	40,4	Capacitar servidores em módulos de tipos de convênio, otimizar a relação do setor de contratos com a diretoria da presidência, que é o setor por onde inicia os trâmites de convênios e congêneres.	Reduzir	2	3,05	6,1

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Controle da vigência de contratos e convênios	Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Perda do prazo para renovação de um contrato/convênio/congêneres ou abertura de novos processos, quando os outros setores ou contratado não se manifestam em tempo hábil.	Falta de comprometimento do setor e capacidade de resolução dos problemas.	Paralisação do serviço ou execução de serviço sem a devida cobertura contratual ou contratação emergencial do serviço.	5	5,8	29,0	1. Disponibilizar um sistema que possa ser alimentado com as particularidades dos contratos, convênios e congêneres em relação aos prazos de vigência; 2. Adotar medidas administrativas com vistas a modificar a cultura de inobservância ou descaso dos prazos pelos fiscais e setores demandantes; 3. Cobrar dos fiscais e chefes dos setores uma postura mais contundente na observância dos prazos.	Reduzir	2	3,35	6,7
Acompanhamento e avaliação da execução de contratos e convênios	Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Falta de servidores para gerenciar os contratos e a atuação dos fiscais	Dificuldade em captar servidores para trabalhar no setor de contratos.	Não há avaliação qualitativa quanto a efetividade da contratação.	5	4,25	21,3	Designar servidores capacitados para avaliar qualitativamente a execução contratual. Determinar a lotação de servidores na DGCC, de	Reduzir	1	1,1	1,1

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
								acordo com sua formação e perfil.				
Acompanhamento e avaliação da execução de contratos e convênios	Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Fiscalização ineficiente e relapsa.	Fiscal que não lê o contrato, ARP ou convênio ou congêneres de modo a ter conhecimento do objeto e o que precisa observar no momento da fiscalização, tais como valores, quantidades, objeto etc., seja durante a execução de serviço, seja ao fim da vigência do instrumento.	Prejuízo ao erário, entrega de bens e serviços que não atendem às necessidades da Casa. Responsabilização do agente público.	8	4,5	36,0	1. Propor algum benefício a quem exercer a fiscalização; 2. Criar uma unidade administrativa específica, subordinada à DGCC, para gerenciar os fiscais; 3. Aumentar o quantitativo de servidores na DGCC.	Reduzir	5	1,5	7,5
Recebimento, armazenamento e distribuição de materiais	Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Perecimento de bens materiais, móveis e eletrodomésticos por contaminação e/ou degradação antecipada.	Falta de espaço adequado para o armazenamento dos diversos tipos de materiais que fazem	Desperdício dos materiais, proliferação de pragas e prejuízo ao erário.	5	5,45	27,3	De imediato, alugar um espaço adequado ao armazenamento das mercadorias, inclusive móveis, de acordo com suas especificações, e	Reduzir	1	2,05	2,1

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
			parte do almoxarifado, inclusive, móveis e eletrodomésticos.					disponibilizar os equipamentos para tanto.				
Recebimento, armazenamento e distribuição de materiais	Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Recebimento de bens não condizentes ao licitado ou contratado	Falta de conhecimento do servidor que recebe a mercadoria. Servidor, que não detém capacidade compatível com a função, é designado como fiscal.	Aquisição de produtos de baixa qualidade/Má execução do objeto/material diferente do que foi licitado/	5	2,75	13,8	Avaliação do servidor quanto a sua capacidade de fiscalizar, para só depois ser designado. Treinamento permanente.	Reduzir	1	1	1,0
Controle de bens patrimoniais (mobiliário e imobiliário)	Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Fornecedor descumprir prazos de entrega ou desiste do pregão.	A empresa pode alegar motivos financeiros ou fiscais para não efetuar a entrega	O órgão fica sem os produtos, causando o desabastecimento.	10	6,15	61,5	Nas licitações, habilitar mais de uma empresa para o mesmo produto, de modo a chamar o segundo colocado em caso de falta do 1º.	Reduzir	1	1,55	1,6

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Controle de bens patrimoniais (mobiliário e imobiliário)	Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Oferta de produtos de baixa qualidade. Fornecedores costumam sugerir produtos mais baratos, não se atentando às especificações contidas no Termo de Referência.	Compras direcionadas para buscar o menor preço	Produtos são reprovados, devido à baixa qualidade; a licitação é fracassada; o órgão fica sem fazer a aquisição ou necessita fazer um novo processo licitatório para a compra.	10	5,65	56,5	Rever os parâmetros do Termo de Referência e da pesquisa de preço a fim de evitar que apenas produtos de baixa qualidade participem do processo.	Reduzir	2	1,35	2,7
Classificação, codificação e manutenção dos registros patrimoniais	Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Perda dos dados cadastrados no sistema de controle patrimonial	Problema no sistema de controle do patrimônio	Perda das informações patrimoniais. Responsabilização do ordenador da despesa	2	3,95	7,9	Contratar um sistema seguro e eficaz	Reduzir	2	1	2,0
Controle da movimentação de materiais	Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Perda dos dados cadastrados no sistema de controle patrimonial	Problema no sistema de controle do patrimônio	Perda das informações patrimoniais e orçamentárias	1	1,1	1,1	Sistema seguro e eficaz	Reduzir	1	1	1,0

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Controle do uso e conservação do patrimônio	Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Perecimento de bens materiais, móveis e eletrodomésticos por contaminação e/ou degradação antecipada.	Falta de espaço adequado para o armazenamento dos diversos tipos de materiais que fazem parte do almoxarifado, inclusive, móveis e eletrodomésticos.	Desabastecimento. Prejuízo ao erário. Responsabilização dos agentes envolvidos.	8	4,75	38,0	A curto prazo, locar um espaço destinado ao armazenamento das mercadorias, de acordo com suas especificações, e disponibilizar os equipamentos para tanto.	Reduzir	2	2,35	4,7
Estudos preliminares para aquisições e contratações	Coordenadoria de Compras e Patrimônio e Diretoria Administrativa e Financeira	Baixa aderência na colaboração do planejamento das contratações	Ausência da cultura do planejamento setorial	As consequências são resultantes da falha no processo de aquisição de bens ou contratação de serviços, tais como: 1. retrabalho nas unidades; 2. aquisição de produto ou serviço com qualidade inferior;	5	6,1	30,5	1. Alinhar as normativas de acordo com os anseios da gestão; 2. Acompanhamento/apoio do subprocesso/atividades pelas unidades.	Reduzir	2	2	4,0

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
				3. má utilização do erário; 4. desabastecimento; 5. ampliação de fracionamento de despesas; 6. escolha de solução inadequada ao interesse público ou da Administração.								
Estudos preliminares para aquisições e contratações	Coordenadoria de Compras e Patrimônio e Diretoria Administrativa e Financeira	Estudo preliminar deficiente	Deficiência de capacitação dos servidores envolvidos para a elaboração do preliminar para aquisições e contratações	As consequências são resultantes da falha no processo de aquisição de bens ou contratação de serviços, tais como: 1. retrabalho nas unidades; 2. aquisição de produto ou serviço com qualidade inferior;	5	5,8	29,0	Capacitação dos servidores envolvidos	Reduzir	2	3,75	7,5

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
				3. má utilização do erário; 4. desabastecimento; 5. ampliação de fracionamento de despesas; 6. escolha de solução inadequada ao interesse público ou da Administração.								
Apuração de responsabilidade de danos causados ao patrimônio	Coordenadoria de Compras e Patrimônio e Diretoria Administrativa e Financeira	Danos ao patrimônio sem que haja responsabilização administrativa	Ausência de regulamentação própria para a atividade	Prejuízo ao erário	2	1,15	2,3	Regulamentar a atividade, prevenindo a aplicação de punição e responsabilização por mal uso do bem público	Reduzir	1	1	1,0
Apuração de responsabilidade de danos causados ao patrimônio	Coordenadoria de Compras e Patrimônio e Diretoria Administrativa e Financeira	Atraso no processo de apuração de responsabilidade	Não priorização desse tipo de demanda pelas unidades	Possibilidade de consolidação de danos ao erário	2	3,35	6,7	Implementação de sistemática de priorização dos processos.	Reduzir	2	3,05	6,1

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Apuração de responsabilidade de danos causados ao patrimônio	Coordenadoria de Compras e Patrimônio e Diretoria Administrativa e Financeira	Imparcialidade na apuração de responsabilidade	Influência externa que comprometa a objetividade da investigação	Resultados conflitantes que levam a culpabilização inadequada ou impunidade dos verdadeiros responsáveis pelos danos.	5	4,75	23,8	Apuração ser realizada por comissão de servidores	Reduzir	2	4,75	9,5
Apuração de responsabilidade de danos causados ao patrimônio	Coordenadoria de Compras e Patrimônio e Diretoria Administrativa e Financeira	Aplicação de sanções desproporcionais na apuração de responsabilidade	Instrução inadequada dos processos	Imputação da ônus ao particular além ou aquém do adequado à infração cometida; Anulação judicial do ato administrativo;	2	3,15	6,3	Apuração ser realizada por comissão de servidores	Reduzir	2	2,65	5,3

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Descarte de bens inservíveis	Coordenadoria de Compras e Patrimônio e Diretoria Administrativa e Financeira	Acúmulo de materiais inservíveis	Dificuldade em fazer o descarte ou doação de bens inservíveis	Ocorrência de pragas e dano a saúde dos servidores, ambiente impróprio para guarda dos bens em desuso, mas que podem ser aproveitados por outros órgãos	10	4,75	47,5	Alugar ou construir um prédio destinado ao armazenamento dos bens materiais	Reduzir	1	2,35	2,4
Supervisão e controle do tráfego de veículos	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Insuficiência de veículos para atender as demandas de apoio de transportes.	Excesso das demandas solicitadas em uma mesma data ou período.	Comprometimento das atividades de apoio aos diversos setores administrativos da ALRN	5	3,75	18,8	Acompanhamento contínuo das atividades que necessitam de apoio no seguimento de transportes.	Reduzir	2	3,75	7,5
Controle de gastos com combustíveis	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Descredenciamento de postos de combustíveis pela empresa gerenciadora de fornecimento de combustíveis.	Conflito na negociação de alíquotas da empresa gerenciadora com os postos credenciados para o fornecimento de combustíveis.	Possível transtorno administrativo para abastecimento em localidades que existem apenas um posto credenciado.	2	1,6	3,2	Acompanhamento contínuo dos abastecimentos dos veículos institucionais e locados da ALRN.	Compartilhar ou Transferir	2	1,3	2,6

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Gerenciamento dos serviços prestados pelos motoristas	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Quantidade insuficiente de motoristas para operar a frota de veículos da ALRN, face as demandas administrativas.	Aposentadorias de Servidores, interrupção de contrato de serviço terceirizado de condutores de veículos, impedimentos de ordem administrativas (licenças), etc.	Comprometimento das atividades laborais da Divisão de Transportes, com reflexo ao aporte administrativos dos diversos setores de trabalho da ALRN	2	3,95	7,9	Acompanhamento das situações para subsidiar decisões administrativas.	Compartilhar ou Transferir	2	3,85	7,7
Manutenção preventiva de veículos	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Inobservância da necessidade de manutenção preventiva e/ou realizada de maneira inadequada.	Deficiência no acompanhamento dos registros referentes aos veículos institucionais e locados.	Funcionamento inadequado de veículos, avarias, eventuais acidentes e dispêndio financeiro.	5	2,05	10,3	O controle atual se mostra eficiente.	Aceitar	5	2,05	10,3
Controle da agenda de serviços e utilização dos auditórios e Plenário	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Indisponibilidade dos serviços de garçagem	Rompimento do cronograma de trabalho	Deficiência episódica na prestação do serviço de garçagem	1	1,75	1,8	Acompanhamento contínuo da execução dos serviços	Aceitar	1	1,35	1,4

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Supervisão dos serviços de limpeza, jardinagem, portaria e telefonia	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Indisponibilidade dos serviços de limpeza, jardinagem e portaria	Rompimento do cronograma de trabalho	Deficiência episódica na prestação dos serviços	1	2,35	2,4	Acompanhamento contínuo da prestação dos serviços.	Melhorar	1	1,15	1,2
Recebimento e distribuição de jornais, revistas e correspondências	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Descumprimento do contrato por parte da fornecedora	Falha na execução do contrato	Atraso e/ou interrupção das atividades	2	1,15	2,3	Acompanhamento contínuo da prestação dos serviços	Compartilhar ou Transferir	1	1,15	1,2
Supervisão dos serviços de copeiragem, garçagem e fornecimento de água e café	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Indisponibilidade de garçons e copeiros	Rompimento do cronograma de trabalho e/ou do Contrato	Deficiência episódica na prestação dos serviços	1	3,35	3,4	Acompanhamento contínuo da prestação dos serviços.	Compartilhar ou Transferir	1	2,75	2,8
Supervisão dos serviços de limpeza e higienização	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Indisponibilidade de ASG's e/ou Supervisão	Rompimento do cronograma de trabalho e/ou do Contrato	Deficiência episódica na prestação do serviço limpeza e higienização dos ambientes	1	3,35	3,4	Acompanhamento contínuo da prestação dos serviços.	Compartilhar ou Transferir	1	2,75	2,8

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Descarte de bens inservíveis	Coordenadoria de Compras e Patrimônio e Diretoria Administrativa e Financeira	Possibilidade de descarte inadequado ou acidental de itens ainda úteis ou valiosos	Falta de avaliação precisa dos bens inservíveis	Perda financeira e desperdício de recursos.	5	4,15	20,8	Consulta aos demais setores, da possibilidade de reutilização do bem.	Reduzir	2	3,55	7,1
Descarte de bens inservíveis	Coordenadoria de Compras e Patrimônio e Diretoria Administrativa e Financeira	Descarte inadequado de resíduos perigosos	Falta de conhecimento sobre os regulamentos ambientais ou negligência na identificação de substâncias perigosas contidas nos bens inservíveis	1. Contaminação do solo e águas; 2. Danos à biodiversidade local; 3. Exposição a penalidades legais; 4. Danos reputacionais.	5	5	25,0	Comissão de resíduos implantado	Reduzir	2	3,2	6,4
Descarte de bens inservíveis	Coordenadoria de Compras e Patrimônio e Diretoria Administrativa e Financeira	Possibilidade de descarte inadequado ou acidental de itens ainda úteis ou valiosos	Falta de avaliação precisa dos bens inservíveis	Perda financeira e desperdício de recursos.	5	4,15	20,8	Consulta aos demais setores, da possibilidade de reutilização do bem.	Reduzir	2	3,55	7,1
Gerenciamento de projetos de arquitetura e engenharia	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade e Diretoria	Falta de padronização arquitetônica para os projetos e espaços da ALRN	Inexistência de um manual de Padronização arquitetônica	Demora na elaboração dos projetos, retrabalho, falta de padronização,	5	2,25	11,3	Elaboração do Manual de Padronização arquitetônica e de projetos	Reduzir	1	1,5	1,5

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
	Administrativa e Financeira			gerando maior dificuldade para a manutenção.								
Gerenciamento de projetos de arquitetura e engenharia	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade e Diretoria Administrativa e Financeira	Atraso ou não execução dos projetos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mudança de gestão; 2. Alterações no planejamento das ações da gestão; 3. Inexecução de contrato por parte de terceiro contratado; 4. Falha no gerenciamento do projeto; 5. Alterações do planejamento das ações da gestão; 6. Ausência ou deficiência de mão de obra qualificada. 	Retrabalho dos setores envolvidos; Não cumprimento das metas de gestão; Atraso na entrega do bem ou serviço pretendido; Incidência de reajustes contratuais e outros encargos.	5	7,8	39,0	<ol style="list-style-type: none"> 1. Planejar de forma efetiva os espaços físicos; 2. Monitorar as etapas de execução do planejamento das ações. 	Reduzir	2	5,6	11,2

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Gerenciamento da ocupação dos espaços físicos	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade e Diretoria Administrativa e Financeira	Espaço físico inadequado às atividades laborais	Espaço físico insuficiente para absorver confortavelmente a quantidade de servidores	Queda na produtividade dos servidores em função dos espaços físicos insalubres, desconfortáveis, não ergonômicos ou acessíveis	5	4,45	22,3	Estabelecimento de condições físicas mínimas (espaço, mobiliário) em virtude de mapeamento de tarefas desenvolvidas em cada setor	Melhorar	2	1,45	2,9
Assessoramento técnico à administração predial em matéria de arquitetura e engenharia	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Mudanças repentinas da Administração nas prioridades dos projetos e obras	Mudanças na Gestão e contingências externas	Dificuldade em cumprir os cronogramas físico-financeiros planejados	5	7,9	39,5	Alinhamento semestral para confronto entre as atividades planejadas para o período e o executado e realinhamento de metas, quando necessário	Reduzir	2	6,3	12,6
Elaboração de pareceres técnicos	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Desconhecimento do normativo técnico.	Grande complexidade e diversidade dos serviços relacionados às obras de engenharia, muitas vezes exigindo conhecimentos jurídicos e contábeis.	Possíveis ações judiciais	2	3,15	6,3	Grade de cursos e treinamentos específicos para aperfeiçoamento do corpo técnico do setor	Reduzir	2	2,35	4,7

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Elaboração de termos de referência para contratação de obras e serviços de engenharia	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Impugnações do edital	Ausência de capacitação específica para temas jurídicos relacionados a obras e serviços de engenharia	Atrasos na entrega, retrabalho, questionamento das empresas	5	4,15	20,8	Formação e treinamento de uma equipe multidisciplinar especializada em contratações de serviços e obras de engenharia	Reduzir	1	3,5	3,5
Elaboração de termos de referência para contratação de obras e serviços de engenharia	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Contratação de empresas que não cumprem o contrato a contento (técnica, prazo)	Critérios de qualificação técnica, jurídica e financeira deficientes	Atrasos na obra, perdas financeiras, qualidade do serviço, retrabalho	8	9,3	74,4	Formação e treinamento de uma equipe multidisciplinar especializada em contratações e fiscalizações de serviços e obras de engenharia	Reduzir	2	7,1	14,2
Manutenção da estrutura física	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Alta demanda dos serviços de manutenção da infraestrutura e pouco efetivo para atender as demandas	Atraso nos atendimentos dos serviços.	Atrapalhar o andamento dos serviços dos servidores	8	3,1	24,8	Controle atual atende as necessidades	Aceitar	8	3,1	24,8
Manutenção da estrutura física	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Contratação de empresa com funcionários sem qualificação	Efetuar um serviço sem saber o que está fazendo	Danificar equipamento ou causar acidente	2	4,3	8,6	Controle atual atende as necessidades	Aceitar	2	4,3	8,6

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Manutenção da estrutura física	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Demora na aquisição de material	Dificuldade para substituição de peças e executar alguns serviços	Paralisação do serviço executado pelo servidor	5	4	20,0	Controle atual atende as necessidades	Aceitar	5	4	20,0
Manutenção de instalações elétricas e hidráulicas	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Alta demanda dos serviços de manutenção da infraestrutura e pouco efetivo para atender as demandas	Atraso nos atendimentos dos serviços.	Atrapalhar o andamento do serviço do servidor	8	3,1	24,8	Controle atual atende as necessidades	Aceitar	8	3,1	24,8
Manutenção de instalações elétricas e hidráulicas	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Contratação de empresa de funcionários sem qualificação	Efetuar um serviço sem saber o que está fazendo	Danificar equipamento ou causar acidente.	2	4,3	8,6	Controle atual atende as necessidades	Aceitar	2	4,3	8,6
Manutenção de instalações elétricas e hidráulicas	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Demora na aquisição de material	Atraso nos atendimentos dos serviços.	Paralisação do serviço executado pelo servidor.	5	4,7	23,5	Controle feito pelo almoxarifado do setor e pela necessidade das demandas do material.	Aceitar	5	4,7	23,5

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Fiscalização técnica de contratos de energia, climatização e outros serviços	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Falta de uma pessoa a mais que fique fixo na ALRN para dar suporte nas máquinas de ar-condicionado.	Atraso nos atendimentos e nas manutenções periódicas.	Prejudicar o andamento do serviço do servidor ou até mesmo fazer com que o serviço seja interrompido.	5	5,6	28,0	Controle atual atende as necessidades	Aceitar	5	5,6	28,0
Elaboração de projetos para as redes internas de áudio e vídeo	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Baixa qualidade das transmissões de áudio e vídeo	Ausência de servidores treinados para elaborar e/ou acompanhar os projetos	Comprometimento das publicidades de atividades institucionais	2	3,35	6,7	Avaliação periódica da cobertura contratual e da adequação dos equipamentos às demandas	Melhorar	2	2,55	5,1
Captação, sonorização e gravação de áudios internos e externos	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Ausência programa específico para gravação	Deficiência na qualidade da gravação	Perda da gravação	5	3,75	18,8	Aquisição de programas certificados	Melhorar	2	2,35	4,7
Manutenção dos sistemas de telefonia e audiovisual	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Ausência de contrato de manutenção preventiva e corretiva	Falha nos equipamentos eletrônicos	Interrupção das atividades no Auditório Cortez Pereira, sala das Comissões e Escola da Assembleia.	2	7,25	14,5	Prestação de serviço sem interrupção	Melhorar	1	5,45	5,5

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Suporte à utilização de recursos audiovisuais	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Equipamentos de informática obsoletos	Demora no processamento de áudio e vídeo	Travamento do vídeo	2	3,75	7,5	Aquisição de equipamentos modernos	Melhorar	2	2,75	5,5
Suporte à utilização de recursos audiovisuais	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Demora na licitação para aquisição de equipamentos	Falta de equipamento	Equipamento ultrapassado	5	4,35	21,8	Exigência de licitações mais célere	Melhorar	2	3,35	6,7
Armazenamento de informações de pessoal	Diretoria de Gestão de Pessoas	Coleta insuficiente e/ou com atraso de informações	1.Preenchimento incorreto de formulários; 2.descumprimento de prazos na entrega de documentos essenciais; armazenamento inadequado.	Informações importantes não colhidas e arquivadas	5	5	25,0	Adoção da celeridade processual e respeito à impessoalidade, evitando o favorecimento e o descumprimento de prazos na entrega de documentos	Reduzir	1	1	1,0

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Manutenção e controle de informações de pessoal	Diretoria de Gestão de Pessoas	Perda de informações	Gestão indevida da informação/ gestão indevida de documentos	Comprometimento da confiabilidade e confiabilidade das informações prestadas pela Diretoria de Gestão de Pessoas	2	4,8	9,6	Além da melhoria dos sistemas de gerenciamento eletrônico de informações, carecemos de um processo eletrônico.	Reduzir	1	1	1,0
Recebimento e análise dos processos administrativos e autorização da sua tramitação	Diretoria-Geral	Recebimento de processos com prazo de resposta exíguo	Falta de acompanhamento do prazo de vigência dos contratos e convênios	1. Paralisação das atividades; 2. Impedimento da execução do objeto	8	4,45	35,6	Observância aos fluxogramas com prazos pré-definidos	Reduzir	5	2,25	11,3
Recebimento e análise dos processos administrativos e autorização da sua tramitação	Diretoria-Geral	Má instrução processual	Inobservância dos documentos exigidos/obrigatórios para composição do processo	Atraso na celebração de convênios e acordos de cooperação	10	3,55	35,5	Checklist para unidades que participam do fluxo processual	Reduzir	2	2,05	4,1
Recebimento e análise dos processos administrativos e autorização da sua tramitação	Diretoria-Geral	Não atendimento da demanda	Falha no planejamento da contratação de serviços e aquisição de bens	Insatisfação do demandante	5	3,25	16,3	Realizar o levantamento das necessidades reais para elaboração do Plano de Contratações Anual - PCA	Reduzir	2	2,05	4,1

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Elaboração de Atos da Mesa e do Gabinete da Presidência relativos à administração	Diretoria-Geral	Não elaboração do Ato da Mesa	Má instrução processual	1. Beneficiário prejudicado; 2. sanções administrativas para processos judiciais	2	3,75	7,5	Monitorar o recebimento dos processos	Reduzir	2	2,05	4,1
Coordenação dos trabalhos de elaboração do relatório anual da Assembleia Legislativa	Diretoria-Geral	Atraso na entrega dos relatórios pelas unidades	Falta de prioridade das unidades;	Atraso na conclusão do relatório de gestão;	10	3,25	32,5	Conscientização; início antecipado das atividades; participação maior da alta administração	Reduzir	5	2,35	11,8
Coordenação dos trabalhos de elaboração do relatório anual da Assembleia Legislativa	Diretoria-Geral	Não entrega dos relatórios pelas unidades	Pouco compromisso com as atividades institucionais	Relatório de gestão incompleto;	1	3,25	3,3	Conscientização; início antecipado das atividades; participação maior da alta administração	Reduzir	1	2,35	2,4
Coordenação dos trabalhos de elaboração do relatório anual da Assembleia Legislativa	Diretoria-Geral	Pouca fluidez dos trabalhos	Falta de integração da equipe para elaboração do Relatório de Gestão	Sobrecarga de trabalho para determinados membros	5	2,65	13,3	Reuniões de alinhamento e possível substituição de membros	Reduzir	1	2,05	2,1

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Revisão do regulamento, Regimento Interno e Constituição Estadual	Mesa e Procuradoria-geral	Ausência de Padronização do fluxo processual dos processos que são remetidos à Mesa	1. Ausência de padronização de fluxos processuais em processos que são submetidos à Mesa; 2. Ausência de setor específico que faça a guarda, processamento e cronologia da pauta dos processos administrativos submetidos à Mesa; 3 Ausência de pauta previamente designada para deliberação dos processos administrativos da Mesa	1. Dificuldade de deliberação dos processos; 2. Retrabalho e erros na instrução processual.	5	4,35	21,8	1. Curso, treinamento e manualização dos fluxos processuais em processos que são submetidos à Mesa; 2. Criação de setor específico que faça a guarda, processamento e cronologia da pauta dos processos administrativos submetidos à Mesa	Reduzir	5	2,35	11,8

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Revisão do regulamento, Regimento Interno e Constituição Estadual	Mesa e Procuradoria-geral	Ausência de padronização e conferência de Atos da Mesa antes da publicação	1. Ausência de conferência periódica dos Atos da Mesa, antes de sua publicação no DLE desta Casa, com as informações constantes no processo, evitando erros de publicações e atecias processuais; 2. Ausência de Ata de deliberação, relatório, decisão e voto da Mesa em algumas matérias	1. Erros e republicação de Atos da Mesa; 2. Concessão indevida de vantagens e benefícios	5	4,35	21,8	1. Implementar processo de elaboração e revisão de Atos da Mesa, antes de sua publicação no DLE; 2. Treinamento dos setores que são responsáveis pelos Atos e Portarias para, em conjunto, realizar a padronização de acordo com cada matéria; 3. Implantação de correções semestrais	Reduzir	5	2,35	11,8

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Revisão do regulamento, Regimento Interno e Constituição Estadual	Mesa e Procuradoria-geral	Ausência de padronização de procedimentos disciplinares	1. Ausência de padronização de procedimentos disciplinares levando-se em consideração a legislação em vigor; 2. Ausência de proteção de dados de servidores que são submetidos a procedimentos disciplinares; 3. Ausência de equipe técnica para conduzir o procedimento sigiloso junto à Mesa	1. Demora na análise dos processos; 2. Possíveis falhas e nulidades processuais; 3. Exposição dos fatos investigados e dados de servidores	5	4,65	23,3	1. Padronização de procedimentos disciplinares levando-se em consideração a legislação em vigor; 2. Implementação de política de proteção de dados em procedimentos disciplinares; 3. Necessidade de designação de equipe técnica junto à Mesa para conduzir procedimentos sigiloso; 4. Cursos e treinamentos da equipe técnica sobre a legislação vigente.	Reduzir	5	3,45	17,3

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Manutenção da atualização do Regimento Interno e Constituição Estadual	Coordenadoria de Suporte Legislativo	Ausência de revisão do RI que permita as adequações necessárias para manter a normativa atualizada.	Apesar de recentemente ter sido destacada uma equipe para esta atividade, o relatório do estudo técnico ainda não foi apresentado e a norma segue sem atualização.	Regimento Interno desatualizado.	10	5,9	59,0	Aguardar apresentação do relatório final do Grupo de Trabalho e viabilizar as atualizações aprovadas pela Casa.	Reduzir	2	2,45	4,9
Prestação de informações ao público em geral	Coordenadoria de Suporte Legislativo	Atraso na atualização da carta de serviços da Diretoria Legislativa.	Ausência de revisão periódica do documento.	Repasse de informações desatualizadas e, portanto, equivocadas à população sobre o acesso aos serviços prestados por esta Diretoria Legislativa. Inobservância do artigo 7º, § 4º, da Lei nº 13.460/2017.	8	5,9	47,2	Sugere-se que a Ouvidoria solicite, periodicamente, a revisão da carta de serviços dos setores desta Casa Legislativa, de modo que a Diretoria Legislativa possa planejar e encaminhar a atualização de seu documento.	Reduzir	1	4,8	4,8

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Acompanhamento de publicações sobre as Comissões em periódicos da ALRN	Coordenadoria de Suporte Legislativo	Ausência de disponibilização compilada, no Portal da Transparência Legislativa, das informações referentes à composição das Comissões e outros colegiados da Casa, fato que prejudica a acessibilidade da sociedade às informações.	Os registros realizados por meio do Sistema e-Legis ainda não são disponibilizados no Portal da Transparência Legislativa.	Transparência prejudicada dos registros e alterações sobre a composição das Comissões e demais colegiados devido à indisponibilização desses dados compilados no Portal.	8	4,05	32,4	Sugere-se aperfeiçoar o registro e controle desses dados via sistema e-Legis, de modo a possibilitar a transposição e disponibilização compilada desses dados no Portal da Transparência Legislativa.	Aceitar	1	2,35	2,4
Acompanhamento de publicação de atas e de súmulas das matérias aprovadas	Coordenadoria de Suporte Legislativo	Ausência de tempestividade na publicação das atas das Sessões Plenárias.	Atrasos no processo de elaboração.	Comprometimento, atraso e redução na transparência do conteúdo debatido em Plenário; DOE expondo publicações muito atrasadas; comprometimento de uma das finalidades do instrumento que é a disponibiliza-	8	4,95	39,6	Aprimorar a comunicação com a subunidade responsável e aguardar a entrada em vigor do novo modelo de atas, fato que auxiliará na elaboração e consequente redução do prazo de envio para o DOE.	Aceitar	1	2,25	2,3

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
				ção tempestiva do conteúdo.								
Prestação de informações sobre atividades desenvolvidas no Plenário	Coordenadoria de Suporte Legislativo	Ausência da disponibilização da degravação completa das sessões plenárias, impossibilitando a criação de um registro histórico fidedigno e o acesso público ao formato escrito do conteúdo debatido na sessão.	Necessidade de aperfeiçoamento no sistema de degravação das sessões e de designação da equipe para revisar e ajustar o material antes da publicação.	Transcrição das sessões plenárias indisponível; ausência de registro histórico fidedigno; redução na transparência legislativa.	8	4,65	37,2	Aperfeiçoamento do módulo de atas, no Legis Vídeos, para viabilizar a degravação das sessões plenárias e designação e treinamento de equipe para revisar e ajustar o documento antes da sua publicação.	Aceitar	1	2,35	2,4
Elaboração de atas das sessões plenárias	Coordenadoria de Suporte Legislativo	Ausência de aperfeiçoamento na automatização do sistema de elaboração de atas.	Necessidade de aperfeiçoamento do módulo de atas, no Legis Vídeos, para aprimorar a automatização da sua elaboração a partir dos extratos das sessões plenárias.	Atraso na elaboração das atas.	8	3,75	30,0	Aperfeiçoamento do módulo de atas, no Legis Vídeos, para aprimorar a automatização da sua elaboração a partir dos extratos das sessões plenárias.	Aceitar	1	2,35	2,4

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Gerenciamento da ocupação dos espaços físicos	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade e Diretoria Administrativa e Financeira	Má distribuição dos espaços físicos	Ausência de estudo analítico sobre a estrutura física disponível	Inadequação das instalações de trabalho (uns locais com espaços maiores e outros menores); equipamentos e móveis subutilizados, gerando desperdício de recursos públicos.	8	2,4	19,2	1. Planejar de forma efetiva os espaços físicos; 2. Monitorar as etapas de execução do planejamento das ações; 3. Realizar levantamento/estudo das áreas disponíveis de modo a adequá-las às necessidades das unidades administrativas	Reduzir	2	2,4	4,8
Elaboração do Plano de Logística Sustentável	Diretoria Administrativa e Financeira	Falta de engajamento dos membros do grupo de trabalho de elaboração do PLS	Rotina/ carga adicional de trabalho para dedicação à elaboração do PLS	1.Plano deficiente com portfólio de ações aquém do que poderia ser planejado; 2.Atraso na implementação do PLS.	5	5,2	26,0	1. Definição de um cronograma de atividades; 2. Apoio da gestão e da alta administração; 3. Liberação do grupo de trabalho de suas funções rotineiras para desempenhos das atividades da elaboração do PLS	Reduzir	8	1,2	9,6

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Monitoramento do Plano de Logística de Sustentabilidade	Diretoria Administrativa e Financeira	Sistemática de monitoramento ausente do PLS	Sistemática de monitoramento não definida ou mal definida durante a fase de elaboração do PLS	Dificuldade em acompanhar, de forma consistente e abrangente, o desempenho das iniciativas de sustentabilidade.	5	5,5	27,5	Previsão de contratação de uma consultoria especializada na elaboração PLS, a qual irá orientar como elaborar uma sistemática de monitoramento adequada.	Reduzir	2	5	10,0
Revisão do Plano de Logística Sustentável	Diretoria Administrativa e Financeira	Desconexão entre os processos de monitoramento e de revisão do PLS	Falta de integração dos resultados do monitoramento com as ações corretivas/melhorias do PLS	Perda de oportunidades de melhorias em função da subutilização dos dados do monitoramento.	5	4,45	22,3	Documentar todas as ações corretivas e melhorias derivadas do monitoramento	Reduzir	2	2,65	5,3
Registro, classificação e distribuição da massa documental de interesse da área (administrativa ou legislativa)	Diretoria Administrativa e Financeira e Coordenadoria de Suporte Legislativo	Ausência de definição mais específica do rol de proposições e documentos que carecem de publicidade no DOE.	A orientação existente no RI é muito genérica.	Incerteza sobre o envio para publicidade no DOE de determinados documentos.	5	2,5	12,5	Sugere-se a melhor definição do rol de proposições e documentos que carecem de publicidade, de modo a nortear e padronizar o trabalho de encaminhamento para o DOE.	Aceitar	1	2,05	2,1

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Registro, classificação e distribuição da massa documental de interesse da área (administrativa ou legislativa)	Diretoria Administrativa e Financeira e Coordenadoria de Suporte Legislativo	Descarte indevido de documentos	1. Ausência de normatização interna; 2. Gestão ineficaz do ciclo de vida documental	1. Perda de documentos; 2. Acesso indevido a documentos sigilosos.	5	2,8	14,0	Criação de normatização interna que trata sobre ciclo de vida documental (destinação final dos documentos)	Reduzir	2	2,65	5,3
Registro, classificação e distribuição da massa documental de interesse da área (administrativa ou legislativa)	Diretoria Administrativa e Financeira e Coordenadoria de Suporte Legislativo	Comprometimento da segurança da informação	Classificação incorreta dos documentos; Vazamento de dados.	1. Acesso indevido a documentos sigilosos; 2. Exposição de informações sensíveis.	5	3,25	16,3	Criação de normatização interna que trata sobre ciclo de vida documental (destinação final dos documentos)	Reduzir	2	2,65	5,3
Registro, classificação e distribuição da massa documental de interesse da área (administrativa ou legislativa)	Diretoria Administrativa e Financeira e Coordenadoria de Suporte Legislativo	Retenção excessiva de documentos	Manutenção de documentos além do tempo necessário devido à falta de diretrizes de retenção	Aumento do volume de documentos a serem gerenciados; Dificuldade de localização; Superlotação do arquivo físico.	5	2,2	11,0	Implementar diretrizes de retenção de documentos	Reduzir	2	3,5	7,0

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
Manutenção dos instrumentos de gestão documental da ALRN	Diretoria Administrativa e Financeira	Ausência de padronização de documentos	Falta de norma com modelos dos documento	1.Questionamento quanto a fidedignidade do documento; 2. Falta de cumprimento do propósito do documento;	5	5,75	28,8	Normatização a nível operacional	Reduzir	5	3,25	16,3
Gerenciamento do fluxo de entrada e saída de documentos	Diretoria Administrativa e Financeira	Tramitação inadequada	1. Falta de conhecimento no fluxo de tramitação do processo; 2. Erros operacionais na movimentação do processo	1. Morosidade na tramitação; 2. Perda de prazos; 3. Exposição de informações sensíveis.	8	3,8	30,4	1. Adotar sistemática de revisão periódica nos fluxos dos processos; 2. Capacitação dos servidores na operacionalização do LegisPad.	Reduzir	2	3,7	7,4
Guarda, avaliação e destinação final de documentos, conforme a Tabela de Temporalidade Documental	Coordenadoria de Suporte Legislativo e demais áreas	Possível gestão inadequada de documentos legislativos físicos e eletrônicos.	Ausência de treinamento/orientação para realização destas atividades e de definição de equipe específica para o trabalho.	Gestão inadequada do acervo documental e todas as consequências decorrentes dela, incluindo a dificuldade de con-	5	4,5	22,5	Considerando a atual tramitação de processos legislativos por meio do sistemas e-Legis, faz-se necessário estudo técnico que oriente sobre a gestão dos documentos eletrônicos, além de orientar sobre a gestão	Aceitar	2	2,05	4,1

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
				sulta e possível perda de informações.				dos antigos documentos físicos. Somado a isso, propõem-se a oferta de cursos de capacitação voltados para a equipe designada sobre este tema.				
Preservação, resgate e divulgação da memória (acervo histórico)	Coordenadoria de Suporte Legislativo e Diretoria de Políticas Complementares	Possível lacuna na disponibilização online (compilada) do acervo histórico dos municípios.	A versão digital do livro "História Legislativa dos Municípios do Rio Grande do Norte" foi recentemente disponibilizada online, sendo necessário averiguar os demais materiais elaborados internamente e outros documentos relacionados ao acervo histórico.	Comprometimento/redução da transparência relacionada ao acervo histórico dos municípios.	10	3,85	38,5	Faz-se necessário averiguar os demais materiais elaborados internamente e outros documentos relacionados ao acervo histórico dos municípios que, possivelmente, ainda carecem de publicação.	Aceitar	1	1,8	1,8

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
			rico dos municípios que, possivelmente, ainda carecem de disponibilização.									
Preservação, resgate e divulgação da memória (acervo histórico)	Coordenadoria de Suporte Legislativo e Diretoria de Políticas Complementares	A não participação no programa Assembleia e você	A impossibilidade de divulgação do trabalho do memorial	A população, principalmente a que não mora na cidade de Natal, não ter a possibilidade de conhecer uma parte da história política e cultural do legislativo potiguar	1	2,6	2,6	Implementação de um plano de ação para maior efetividade durante o programa Assembleia e você	Aceitar	1	2,6	2,6
Gerenciamento do ambiente museal	Diretoria de Políticas Complementares	Parceria com a UFRN	A UFRN possui o know-how para capacitar os servidores deste memorial na condução administrativa do espaço museológico. Caso esta parceria não seja	A possibilidade de se conseguir uma parceria com a UFRN para capacitar no gerenciamento da nova sede do Memorial no Solar Tavares de Lyra	1	6,3	6,3	Propor uma reunião entre a ALRN e a UFRN para alinhar como a Universidade poderia auxiliar na capacitação gerencial administrativa de um espaço museológico.	Explorar	8	4,5	36,0

Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Causas	Efeitos / Consequências	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Controles propostos		Nível de Risco Após Novos Controles (Risco Residual)		
					Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Controles (ações) propostos	Tipo principal de resposta ao risco	Nova Probabilidade	Novo Impacto	Nível de Risco (1 a 100)
			firmada pode-se prejudicar o bom gerenciamento da nova sede.									
Gerenciamento do Programa Memorial do Legislativo Potiguar	Diretoria de Políticas Complementares	Capacitação de servidores	Impulsionar as atividades dos servidores do setor.	Dividir as tarefas operacionais e administrativas entre os servidores.	8	1,95	15,6	Reunião e capacitação na Escola da Assembleia para compreender qual a função de um Memorial.	Melhorar	10	2,35	23,5
Pesquisas para o resgate de documentos, registros e objetos de valor histórico	Diretoria de Políticas Complementares	Um plano que pudesse esquematizar as ações do memorial ao longo do ano que corroborasse com o circuito cultural mensal já existente.	Inexistência do plano de ação	A partir da implementação da nova sede expandir as atividades funcionais desempenhadas com ações e projetos, em consonância com estágio supervisionada com alunos de história e museologia	8	2,4	19,2	Ação que pode ser desempenhada a partir da mudança de sede.	Explorar	8	2,85	22,8

9. PLANO DE AÇÃO

O plano de ação é um plano de tratamento para a implementação das medidas de tratamento dos riscos. Nele, constam informações sobre a descrição da ação, data do Início, responsabilidade e prazo de execução. No monitoramento, será aplicado o status da ação (não iniciado, no prazo, atrasado, muito atrasado e concluído). Segundo a Federation Of European Risk Management Associations – FERMA, qualquer plano de tratamento de riscos deve contribuir para promover uma operação eficiente do processo, controles internos efetivos e a observância dos princípios éticos e das leis. Estar em conformidade não é uma opção do plano de tratamento de riscos, pois é dever do órgão respeitar os princípios éticos e as leis aplicáveis e promover sistemas de controle efetivos para garantir sua observância.

Identificação do Riscos				Cálculo do Risco Inerente			Plano de Ação			
Principais Processos	Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Descrição da ação	Data do Início	Responsabilidade	Prazo
				Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)				
Planejamento estratégico	Elaboração do Plano Estratégico de Pessoas	Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria Administrativa e Financeira	Plano Estratégico de Pessoas desalinhado com o Plano Estratégico da ALRN (Horizonte 27)	8	5,25	42,0	Contratação de uma empresa especializada para auxiliar na elaboração em conformidade com o Plano Estratégico da ALRN	Jul/2024	Diretoria de Gestão de Pessoas	Dez/2024
Suporte metodológico em projetos e processos	Manutenção de metodologias de gestão de projetos e de processos	Assessoria de Planejamento	Inexistência de gerenciamento que define e mantém padrões para a gestão de projetos	8	5,9	47,2	1. Especialização do corpo técnico; 2. Definir modelo padrão de uniformidade; 3. Disseminação das boas práticas à gestão de projetos.	Jul/2024	Diretoria-Geral	Dez/2027

Identificação do Riscos				Cálculo do Risco Inerente			Plano de Ação			
Principais Processos	Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)						
				Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Descrição da ação	Data do Início	Responsabilidade	Prazo
Fiscalização dos atos da ALRN	Orçamentário, financeiro, contábil e patrimonial	Controladoria Interna	Atraso no repasse das verbas constitucionais	8	6,25	50,0	Monitoramento de possível ocorrência para readequação orçamentária.	Imediato	Diretoria-Geral, Diretoria Administrativa e Financeira e Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira	Dez/2027
Fiscalização dos atos da ALRN	Realização de auditorias	Controladoria Interna	Limitação de Orçamento	8	6,05	48,4	Monitoramento de possível ocorrência para readequação das atividades.	Imediato	Chefe da Controladoria Interna	Dez/2027
Fiscalização dos atos da ALRN	Realização de auditorias	Controladoria Interna	Limitação de força de trabalho	10	5,85	58,5	Alocação dos servidores na Controladoria Interna	Imediato	Diretoria Administrativa e Financeira	Dez/2027
Fiscalização dos atos da ALRN	Supervisão do sistema de controle interno	Controladoria Interna	Não implantação de recomendações sugeridas	8	5,9	47,2	1. Realizar levantamento da carência de cada unidade 2. Apresentação das possíveis melhorias e qualidade nos processos	Mar/2025	Controladoria Interna	Dez/2025

Identificação do Riscos				Cálculo do Risco Inerente			Plano de Ação			
Principais Processos	Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Descrição da ação	Data do Início	Responsabilidade	Prazo
				Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)				
Gestão da política e processo de gestão de riscos	Avaliações dos controles de riscos	Controladoria Interna	Falta de padronização das avaliações	10	4,9	49,0	Finalização da edição do Manual da Controladoria Interna	Mar/25	Controladoria Interna	Dez/2025
Segurança institucional	Brigada de incêndio	Gabinete de Segurança Institucional	Sinistro: incêndio nas instalações do prédio sede da ALRN ou em seus anexos	5	9,4	47,0	1. Manter o treinamento constante da Brigada de Incêndio e Salvamento; 2. Elaboração de um projeto de emergência e de contra incêndio feito por engenheiro ou arquiteto (Setor de Engenharia da ALRN) para estabelecer protocolos, plano de evacuação, adequação e cumprimento de todas as normas de acordo com a tipologia das edificações da ALRN.	Out/2024	Diretoria Administrativa e Financeira, Gabinete de Segurança Institucional e Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Dez/2027

Identificação do Riscos				Cálculo do Risco Inerente			Plano de Ação			
Principais Processos	Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Descrição da ação	Data do Início	Responsabilidade	Prazo
				Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)				
Segurança institucional	Brigada de incêndio	Gabinete de Segurança Institucional	Sinistro: necessidade de evacuação do prédio sede da ALRN (não há plano de contingência para essa necessidade)	5	9,6	48,0	1. Criação de um plano de contingência para evacuação, principalmente do prédio sede da ALRN, em casos da ocorrência de sinistros e manifestações externas que exijam a evacuação do prédio para manutenção da incolumidade de seus servidores e visitantes; 2. Exercício de simulação de evacuação para treinamento das servidores e equipes responsáveis; 3. Cobertura eventual da TV Assembleia para incentivo a outros órgãos e divulgação da iniciativa	Out/2024	Gabinete de Segurança Institucional, Diretoria Administrativa e Financeira e Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Dez/2027

Identificação do Riscos				Cálculo do Risco Inerente			Plano de Ação			
Principais Processos	Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Descrição da ação	Data do Início	Responsabilidade	Prazo
				Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)				
Representação institucional	Audiências públicas	Mesa, Plenário, Diretoria Legislativa	Inocorrência da realização da reunião da Mesa, conforme frequência disposta no artigo 33, §2º, do RI, para deliberar sobre os pedidos de Audiências Públicas (regulamentadas pelo Ato da Mesa nº 148/2024).	8	7,7	61,6	Acompanhar e listar as matérias pendentes de deliberação da Mesa, apresentando-as ao Presidente semanalmente.	Ago/2024	Diretoria Legislativa, Coordenadoria de Suporte Legislativo, Presidência.	Jan/2027
Defesa do consumidor	Desenvolvimento de campanhas e programas educativos junto a consumidores e fornecedores	Coordenadoria de Defesa do Consumidor e Escola da Assembleia	Ausência de internet nas ações externas do Procon móvel	10	5,25	52,5	Disponibilização aparelho que possibilite acesso a rede de internet wifi, de modo que a Coordenadoria de Defesa do Consumidor obtenha acesso a rede de internet	Abr/2024	Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação (Coordenadoria de Infraestrutura de TI, Coordenadoria de Gestão de Projetos e Desenvolvimento de Sistemas)	Dez/2024

Identificação do Riscos				Cálculo do Risco Inerente			Plano de Ação			
Principais Processos	Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)						
				Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Descrição da ação	Data do Início	Responsabilidade	Prazo
Defesa do consumidor	Fiscalização das relações de consumo	Coordenadoria de Defesa do Consumidor	Não realização de tais atividades	10	5,8	58,0	1. Proposta de regulamentação das atividades de fiscalização do PROCON; 2. Disponibilizar servidores aptos para exercer a função. De acordo com o regimento interno da ALRN;	Jan/2025	1. Diretoria de Políticas Complementares; 2. Diretoria-Geral	Dez/2026
Defesa dos direitos dos cidadãos vulneráveis sociais	Promoção de orientação jurídica	Diretoria de Políticas Complementares	Falta dos equipamentos e de sistema de informática necessários para o adequado acompanhamento processual	8	5,35	42,8	Aquisição de novos computadores e equipamentos de informática, como também a contratação de sistema ou elaboração de sistema compatível com as demandas do setor.	Set/2024	Diretoria de Políticas Complementares (Divisão de Defesa dos Direitos do Cidadão) e Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Jul/2025

Identificação do Riscos				Cálculo do Risco Inerente			Plano de Ação			
Principais Processos	Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Descrição da ação	Data do Início	Responsabilidade	Prazo
				Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)				
Estímulo à saúde e bem-estar	Promoção de atividades itinerantes e de cunho social	Presidência e Diretoria de Políticas Complementares	Falta de profissionais especializados	8	5,9	47,2	Contratar profissionais qualificados de forma eficiente e periódica de acordo com a necessidade da gestão para atuar em eventos de saúde à comunidade	Abr/2024	Diretoria de Políticas Complementares e Diretoria Administrativa e Financeira.	Dez/2024
Estímulo à saúde e bem-estar	Atendimento médico ambulatorial	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Falta de profissionais especializados	8	6,5	52,0	Contratar profissionais qualificados de forma eficiente e periódica de acordo com a necessidade da gestão para atuar em eventos de saúde à comunidade	Abr/2024	Diretoria Administrativa e Financeira	Dez/2024
Estímulo à saúde e bem-estar	Diagnóstico, orientação e terapias de habilitação e reabilitação fonoaudiológica	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Ambiente sem circulação de ar, tornando ambiente com riscos biológicos.	8	7,05	56,4	Levar ao conhecimento da Chefia de Divisão para providências cabíveis	Abr/2024	Diretoria de Políticas Complementares e Diretoria Administrativa e Financeira	Abr/2026
Cidadania e educação política	Realização de palestras e oficinas em escolas públicas	Diretoria de Políticas	Inexistência de um plano de ação anual	8	7,1	56,8	Elaborar um calendário anual das ações	Out/2024	Diretoria-Geral, Diretoria da Pre-	Dez/2027

Identificação do Riscos				Cálculo do Risco Inerente			Plano de Ação			
Principais Processos	Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Descrição da ação	Data do Início	Responsabilidade	Prazo
				Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)				
		Complementares	para todas as atividades da Divisão de Projetos Culturais e Socioculturais				previstas pela Divisão de Programas, Projetos Culturais, Ações Socioambientais e Socioculturais, de Desenvolvimento Humano e Bem-estar, submetido à Diretoria de Políticas Complementares, a ser aprovado pela Diretoria-Geral e pela Diretoria da Presidência.		sidência, Diretoria Administrativa e Financeira, Diretoria de Políticas Complementares	
Cidadania e educação política	Promoção de conferências, seminários, ciclos de debates nas áreas de economia, política, educação, saúde, meio-ambiente e outros temas	Diretoria de Políticas Complementares	Falta de um planejamento que abranja as vivências para a Promoção de conferências, seminários, ciclos de debates nas áreas de economia, política, educação, saúde, meio-ambiente e outros temas	8	5,85	46,8	1. Elaborar um planejamento anual contemplando a realização de conferências, seminários e ciclos de debates sobre meio ambiente, política, educação; 2. Realizar a análise orçamentário-financeira; 3. Aprovar planejamento e análise orçamentário-financeira; 4. Realizar capacitações	Nov/2024	1. Diretoria de Políticas Complementares e Diretoria da Presidência; 2. Diretoria Administrativa e Financeira; 3. Diretoria-Geral; 4. Diretoria da Escola da Assembleia	Dez/2027

Identificação do Riscos				Cálculo do Risco Inerente			Plano de Ação			
Principais Processos	Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Descrição da ação	Data do Início	Responsabilidade	Prazo
				Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)				
Representação judicial da ALRN	Assessoramento jurídico	Procuradoria-Geral e Procuradoria Legislativa	Divulgação de informações secretas referentes a processos de concessão de títulos e honrarias.	10	6	60,0	Adequação dos procedimentos ao art. 197, §2º, do Regimento Interno da ALRN.	Jul/2024	Procuradoria Legislativa, Diretoria Legislativa e Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação.	Dez/2024
Representação judicial da ALRN	Assessoramento jurídico	Procuradoria-Geral e Procuradoria Legislativa	Aposentadorias por força de determinação do TCE/RN.	10	5,15	51,5	Lotação de novos servidores para substituição.	Abr/2024	Diretoria de Gestão de Pessoas e Procuradoria-Geral.	Dez/2024
Representação judicial da ALRN	Consultoria Jurídica	Procuradoria-Geral e Procuradoria Legislativa	Ausência de maior fiscalização e controle externo a ser exercido pela ALRN.	8	7,9	63,2	Implantação do setor e consecução das atividades de controle externo.	Jul/2024	Diretoria-Geral e Procuradoria-Geral.	Dez/2024

Identificação do Riscos				Cálculo do Risco Inerente			Plano de Ação			
Principais Processos	Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Descrição da ação	Data do Início	Responsabilidade	Prazo
				Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)				
Suporte ao processo legislativo	Apoio à execução das atividades parlamentares	Diretoria Legislativa	Elevada quantidade de projetos aguardando a deliberação do Plenário.	10	7,4	74,0	Desenvolver o projeto "Transparência em Números" que exibirá o quantitativo de proposições existentes nas seguintes situações: total de Processos Legislativos em tramitação na ALRN; número de Processos Legislativos em processamento na Diretoria Legislativa; número de Processos Legislativos em tramitação nas Comissões; número de Processos Legislativos aguardando inclusão em pauta; e número de Processos Legislativos aguardando sanção/veto do Poder Executivo. Desenvolver notificação no sistema e-Legis, para cada Gabinete proponente, vinculada à situação processual	Ago/2024	Diretoria Legislativa, Coordenadoria de Suporte Legislativo, Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação.	Ago/2025

Identificação do Riscos				Cálculo do Risco Inerente			Plano de Ação			
Principais Processos	Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Descrição da ação	Data do Início	Responsabilidade	Prazo
				Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)				
							"aguardando inclusão em pauta" ou "aguardando inclusão em pauta de sessão secreta".			

Identificação do Riscos				Cálculo do Risco Inerente			Plano de Ação			
Principais Processos	Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Descrição da ação	Data do Início	Responsabilidade	Prazo
				Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)				
Suporte ao processo legislativo	Consultoria Legislativa	Coordenadoria de Consultoria Legislativa	Produção legislativa de baixa qualidade.	10	5,6	56,0	Estruturar a Consultoria (sugere-se aproximadamente 3 profissionais). Desenvolver consultas/pesquisas públicas com a população.	Ago/2024	Diretoria Legislativa, Coordenadoria de Consultoria Legislativa, Diretoria-Geral, Diretoria de Comunicação Institucional.	Jan/2027
Avaliação documental de proposições	Análise de Projeto de Lei	Coordenadoria de Suporte Legislativo	Limitação da análise da existência de matéria análoga à proposição.	8	6,8	54,4	Desenvolvimento de ferramenta que utilize da inteligência artificial sempre que realizada a busca por expressões para identificar a existência de matéria análoga no sistema e-Legis.	Jul/2025	Diretoria Legislativa, Coordenadoria de Suporte Legislativo e Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Jul/2026

Identificação do Riscos				Cálculo do Risco Inerente			Plano de Ação			
Principais Processos	Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)						
				Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Descrição da ação	Data do Início	Responsabilidade	Prazo
Avaliação documental de proposições	Análise de projetos de resolução	Coordenadoria de Suporte Legislativo	Limitação da análise da existência de matéria análoga à proposição.	8	6,8	54,4	Desenvolvimento de ferramenta que utilize da inteligência artificial sempre que realizada a busca por expressões para identificar a existência de matéria análoga no sistema e-Legis.	Jul/2025	Diretoria Legislativa, Coordenadoria de Suporte Legislativo e Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Jul/2026
Avaliação documental de proposições	Análise de projetos de decretos legislativos	Coordenadoria de Suporte Legislativo	Limitação da análise da existência de matéria análoga à proposição.	8	6,8	54,4	Desenvolvimento de ferramenta que utilize da inteligência artificial sempre que realizada a busca por expressões para identificar a existência de matéria análoga no sistema e-Legis.	Jul/2025	Diretoria Legislativa, Coordenadoria de Suporte Legislativo e Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Jul/2026

Identificação do Riscos				Cálculo do Risco Inerente			Plano de Ação			
Principais Processos	Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)						
				Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Descrição da ação	Data do Início	Responsabilidade	Prazo
Avaliação documental de proposições	Análise de proposta de emenda à constituição	Coordenadoria de Suporte Legislativo	Limitação da análise da existência de matéria análoga à proposição.	8	6,8	54,4	Desenvolvimento de ferramenta que utilize da inteligência artificial sempre que realizada a busca por expressões para identificar a existência de matéria análoga no sistema e-Legis.	Jul/2025	Diretoria Legislativa, Coordenadoria de Suporte Legislativo e Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Jul/2026
Gestão do processo legislativo	Processamento e publicação de proposições	Coordenadoria de Consultoria Legislativa	Ausência de compilação, consolidação e publicização, por meio do <i>site</i> Leis Estaduais, das Resoluções e Decretos Legislativos produzidos por esta Casa Legislativa.	10	5,7	57,0	Realizar aditivo contratual ou novo contrato para compilar, consolidar e publicar as Resoluções e Decretos Legislativos da Casa por meio do <i>site</i> Leis Estaduais.	Abr/2024	Coordenadoria de Consultoria Legislativa.	Abr/2026
Recrutamento, seleção e alocação de pessoal	Organização de concursos públicos	Diretoria de Gestão de Pessoas	Déficit no quadro de servidores efetivos	8	9,4	75,2	Estudos de: a) dimensionamento da força de trabalho da ALRN; b) viabilidade para realização de concurso público.	Fev/2025	Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria Administrativa e Financeira	Fev/2027

Identificação do Riscos				Cálculo do Risco Inerente			Plano de Ação			
Principais Processos	Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Descrição da ação	Data do Início	Responsabilidade	Prazo
				Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)				
Desenvolvimento de pessoal	Desenvolvimento de competências (técnicas e comportamentais)	Escola da Assembleia	Implementação deficiente de programas de desenvolvimento de competências	10	6,6	66,0	Elaborar o inventário de Competência	Jul/2024	Diretoria de Gestão de Pessoas e Escola da Assembleia	Out/2024
Qualidade de vida no trabalho	Promoção da qualidade, medicina e segurança do trabalho	Diretoria de Gestão de Pessoas, Diretoria de Políticas Complementares e Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho	Não elaboração de Laudos Técnicos de Segurança no Trabalho, LTCAT, PGR e outros	8	6,7	53,6	Realização das adequações sugeridas nos laudos técnicos de situações de riscos.	Ago/2024	Diretoria de Gestão de Pessoas e Presidência	Ago/2027

Identificação do Riscos				Cálculo do Risco Inerente			Plano de Ação			
Principais Processos	Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Descrição da ação	Data do Início	Responsabilidade	Prazo
				Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)				
Qualidade de vida no trabalho	Mapeamento de risco à saúde	Diretoria de Gestão de Pessoas e Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho	Não cumprimento das adequações sugeridas nos Laudos Técnicos de identificação de riscos no âmbito da ALRN	8	5,6	44,8	Elaboração dos Laudos em conformidade com as exigências do e-Social: Programa Gerenciamento de Riscos (PGR); Programa Controle Médico Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT).	Abr/2024	Diretoria de Gestão de Pessoas	Dez/2024
Gerenciamento dos benefícios previdenciários	Encaminhamento de auxílio de assistência à saúde	Procuradoria Previdenciária, Diretoria de Gestão de Pessoas e Coordenadoria de Remuneração e Benefícios	Legislação estadual desatualizada	10	6,1	61,0	Elaboração de Projeto de Resolução para normatizar a concessão de benefícios pelo afastamento temporário do servidor ocupante de cargo efetivo da ALRN	Jan/2025	Mesa Diretora	Jul/2025
Gerenciamento dos benefícios previdenciários	Concessão de licenças maternidade, adoção e guarda judicial	Procuradoria Previdenciária e Diretoria de Gestão de Pessoas	Legislação estadual desatualizada	10	6,1	61,0	Elaboração de Projeto de Resolução para normatizar a concessão de benefícios pelo afastamento temporário do servidor ocupante de cargo efetivo da ALRN	Jan/2025	Mesa Diretora	Jul/2025

Identificação do Riscos				Cálculo do Risco Inerente			Plano de Ação			
Principais Processos	Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Descrição da ação	Data do Início	Responsabilidade	Prazo
				Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)				
Serviços de saúde e bem-estar	Atendimento médico ambulatorial	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Falta de insumos e medicamentos para suprir a necessidade do setor	10	5,9	59,0	Desenvolver estratégias de planejamento para tornar mais célere e eficaz a aquisição de insumos, sem que haja interrupção da oferta e risco de desabastecimento.	Ago/2024	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho e Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Ago/2025
Serviços de saúde e bem-estar	Atendimento médico ambulatorial	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho	Estrutura física deficiente para atendimentos médicos ambulatoriais	8	6,1	48,8	Esclarecer sobre a importância de um setor com melhor infraestrutura (espaço mais amplo, funcional e equipado. com mais salas e sem infiltrações ou demais problemas estruturais) e solicitar tal espaço à administração da Casa Legislativa. Realizar reforma do espaço atualmente utilizado ou a mudança para um novo local adequado ao bom funcionamento para um atendimento de qualidade	Ago/2024	Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho e Diretoria Administrativa e Financeira	Ago/2026

Identificação do Riscos				Cálculo do Risco Inerente			Plano de Ação			
Principais Processos	Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Descrição da ação	Data do Início	Responsabilidade	Prazo
				Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)				
Contabilidade e Finanças	Controle e acompanhamento de resultados da gestão orçamentária e financeira	Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira e Diretoria Administrativa e Financeira	Falta de integração entre os sistemas financeiro do Executivo e ALRN	8	8,4	67,2	Elaborar calendário de trabalho entre os poderes para efetivar a migração dos sistemas com a realização de testes de importação de base de dados	Abr/2024	Diretoria-Geral, Diretoria Administrativa e Financeira, Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira e Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação	Dez/2024
Desenvolvimento da formação educacional continuada	Planejamento de ações educacionais	Escola da Assembleia e Diretoria de Gestão de Pessoas	Ausência de encaminhamentos das demandas de cursos de formação ao setor acadêmico para um planejamento prévio e eficaz da EALRN	10	6,2	62,0	Elaborar o Plano de Capacitação Anual, com as lacunas de competências.	Jul/2024	Escola da Assembleia e Diretoria de Gestão de Pessoas	Dez/2027

Identificação do Riscos				Cálculo do Risco Inerente			Plano de Ação			
Principais Processos	Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)						
				Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Descrição da ação	Data do Início	Responsabilidade	Prazo
Incentivo ao aperfeiçoamento cultural, educacional e científico da sociedade	Produção científica	Escola da Assembleia	Atraso na publicação do periódico científico	10	4,95	49,5	Elaborar checklist e atualizar cronograma das atividades e efetivar a publicação do periódico científico.	Abr/2024	Escola da Assembleia	Dez/2024
Compartilhamento de conhecimentos	Gerenciamento do banco interno de talentos	Escola da Assembleia e Diretoria de Gestão de Pessoas	Baixa participação e engajamento dos funcionários no uso do banco interno de talentos da escola legislativa.	10	5,45	54,5	Elaborar Edital e criar comissão de avaliadores dos candidatos para habilitá-los ao banco de talentos	Mai/2024	Escola da Assembleia e Diretoria Administrativa e Financeira	Dez/2024
Gestão de contratos e convênios	Elaboração de minutas de termos contratuais, convênios e outros congêneres	Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Trabalhar com instrumentos contratuais provenientes de outros órgãos.	8	5,05	40,4	1. Capacitação sobre os convênios, inclusive com convites a outros órgãos, reuniões periódicas com equipe da Diretoria-Geral da Presidência;	Jun/2024	Diretoria-Geral, Diretoria Administrativa e Financeira e Diretoria de Gestão de Pessoas	Dez/27

Identificação do Riscos				Cálculo do Risco Inerente			Plano de Ação			
Principais Processos	Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)						
				Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Descrição da ação	Data do Início	Responsabilidade	Prazo
Gestão de materiais e patrimônio	Controle de bens patrimoniais (mobiliário e imobiliário)	Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Fornecedor descumprir prazos de entrega ou desiste do pregão.	10	6,15	61,5	Adotar o sistema cadastro de reserva	Jul/2024	Diretoria-Geral, Procuradoria-Geral, Diretoria Administrativa e Financeira e Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Dez/2027
Gestão de materiais e patrimônio	Controle de bens patrimoniais (mobiliário e imobiliário)	Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Oferta de produtos de baixa qualidade. Fornecedores costumam sugerir produtos mais baratos, não se atentando às especificações contidas no Termo de Referência.	10	5,65	56,5	Averiguar a viabilidade de: 1. refazer a pesquisa de preço, de modo que produtos de melhor qualidade possam ser oferecidos pelas empresas; 2. indeferimento daquelas marcas de produtos que já foram usadas pelo órgão e que são reconhecidamente inadequadas ou de baixa qualidade.	Abr/2024	Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Dez/2027

Identificação do Riscos				Cálculo do Risco Inerente			Plano de Ação			
Principais Processos	Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)			Descrição da ação	Data do Início	Responsabilidade	Prazo
				Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)				
Gestão de materiais e patrimônio	Descarte de bens inservíveis	Coordenadoria de Compras e Patrimônio e Diretoria Administrativa e Financeira	Acúmulo de materiais inservíveis	10	4,75	47,5	A alta direção da casa precisa entender como necessária e urgente providenciar um ambiente adequado para a guarda dos bens materiais	Jan/2024	Diretoria Administrativa e Financeira, Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade e Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Dez/2025
Arquitetura e engenharia	Elaboração de termos de referência para contratação de obras e serviços de engenharia	Coordenadoria de Infraestrutura, Logística e Sustentabilidade	Contratação de empresas que não cumpram o contrato a contento (técnica, prazo)	8	9,3	74,4	Criação e capacitação de uma equipe multidisciplinar para elaboração de TRs; elaboração de orçamentos; análise de qualificação técnica, jurídica, econômica e financeira; gestão e fiscalização de contratos na área de obras e serviços de engenharia.	Jul/2024	Diretoria Administrativa e Financeira e Procuradoria Administrativa	Dez/2025
Atualização de normativos	Manutenção da atualização do Regimento Interno e Constituição Estadual	Coordenadoria de Suporte Legislativo	Ausência de revisão do RI que permita as adequações necessárias para manter a normativa atualizada.	10	5,9	59,0	Aguardar apresentação do relatório final do Grupo de Trabalho e viabilizar as atualizações aprovadas pela Casa.	Mai/2024	Diretoria Legislativa, Coordenadoria de Suporte Legislativo e Procuradoria Legislativa.	Dez/2024

Identificação do Riscos				Cálculo do Risco Inerente			Plano de Ação			
Principais Processos	Subprocesso / Atividade	Unidade Responsável	Eventos de Risco	Nível de Risco Atual (Risco Inerente)						
				Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (1 a 100)	Descrição da ação	Data do Início	Responsabilidade	Prazo
Transparência e publicidade das atividades parlamentares	Prestação de informações ao público em geral	Coordenadoria de Suporte Legislativo	Atraso na atualização da carta de serviços da Diretoria Legislativa.	8	5,9	47,2	Sugere-se que a Ouvidoria solicite, periodicamente, a revisão da carta de serviços dos setores desta Casa Legislativa, de modo que a Diretoria Legislativa possa planejar e encaminhar a atualização de seu documento.	Ago/2024	Diretoria Legislativa, Coordenadoria de Suporte Legislativo e Ouvidoria.	Ago/2025



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa



ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO



(84) 3132-0088



Praça Sete de Setembro, 120
Cidade Alta Natal/RN - CEP 59025-300



assessoriaplanejamento@al.rn.leg.br
www.al.rn.leg.br

www.al.rn.leg.br